

**Sirley Vieira da Silva**

**PIÃO TRECHEIRO:**

**Trabalho, sexualidade e risco no cotidiano  
de homens em situação de alojamento em  
Suape (PE)**





## **PIÃO TRECHEIRO:**

Trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE)



Sirley Vieira da Silva

## **PIÃO TRECHEIRO:**

Trabalho, sexualidade e risco no  
cotidiano de homens em situação  
de alojamento em Suape (PE)



RECIFE | 2014

**Universidade Federal de Pernambuco**

Reitor: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos

Diretora da Editora: Lourival Holanda

Vice-Diretor: Fábio Andrade

EDITORA ASSOCIADA À



**Comissão Editorial**

Presidente: Prof<sup>a</sup> Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Sílvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Rogério Luiz Covaleski, Sílvia Helena Lima Schwamborn.

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

---

- S586p Silva, Sirley Vieira da.  
Pião trecheiro : trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE) / Sirley Vieira da Silva. – Recife : Editora UFPE, 2014.  
[203] p. : il. – (Coleção Teses e Dissertações).
- Apresentada originalmente como dissertação (mestrado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2013) sob o mesmo título.  
Inclui referências e anexo.  
ISBN 978–85-415-0821-6 (broch.)
1. Etnografia – Suape (PE : Microrregião). 2. Trabalhadores – Habitações – Suape (PE : Microrregião). 3. Trabalho. 4. Homens – Comportamento sexual. 5. Sexo. I. Título. II. Título da coleção.
- 305.8 CDD (23.ed.) UFPE (BC2016-068)
- 

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

## **COLEÇÃO TESES E DISSERTAÇÕES**

Ensino, pesquisa, extensão: dos três compromissos da universidade federal brasileira com a sociedade, a pesquisa surge como talvez o mais característico de todo empreendimento universitário. Transmissão do conhecimento através do ensino, e difusão do conhecimento através da extensão, mas transformação do conhecimento através da pesquisa: por meio do pesquisador o conhecimento assume, a cada nova tese ou dissertação defendida, novas aplicações, novas conformações, novos limites. O saber como vetor de transformação da sociedade pressupõe, por fim, o pesquisador como vetor de transformação do próprio saber.

A Coleção Teses e Dissertações, mantida em esforço conjunto pelos Programas de Pós-Graduação da UFPE, pela Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) e pela Editora UFPE, ao se destinar à constituição de um catálogo permanente da pesquisa de excelência produzida na Universidade, não terá outro papel, senão o de ampliar, em todas as áreas disciplinares, o raio de alcance daquele que – socialmente e academicamente – é por excelência o momento crítico do saber.



*Às três mulheres que me fazem ser o que eu sou:  
Minha mãe (Antonia), por tudo que fez por nós!  
Minha esposa (Fabiola), pelo amor que construímos!  
Minha filha (Lívia), por me fazer a cada dia um  
pouco mais feliz!*



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar meus agradecimentos pedindo licença para citar um trecho de uma música de Gonzaguinha com o sugestivo nome “Caminhos do Coração”. Para mim, esse trecho, retrata muito do que estou sentindo nesse momento: *“E aprendi que se depende sempre / De tanta, muita, diferente gente / Toda pessoa sempre é as marcas / Das lições diárias de outras tantas pessoas / E é tão bonito quando a gente entende / Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá / E é tão bonito quando a gente sente / Que nunca está sozinho por mais que pense estar / É tão bonito quando a gente pisa firme / Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos / É tão bonito quando a gente vai à vida / Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração...”*.

Assim, reconhecendo que todos e todas vocês, de diferentes formas, fazem parte desse processo, agradeço: a FACEPE; a Marion Teodósio de Quadros (minha orientadora); ao Instituto PAPAI; a Ana Luiza e Nara Vieira (Narinha); a Ana Roberta; a Fábio Ferreira (Fafá); ao Grupo de Estudo em Gênero e Masculinidades da UFPE (GEMA/UFPE); a Benedito Medrado; a Jorge Lyra; a Ângela (Anjinha); aos professores/as do PPGA-UFPE (em especial aos Professores Russell Perry Scott e Luís Felipe Rios); aos meus irmãos Sidney, Sidcley e Júnior; as minhas cunhadas Flávia, Kakau e Dy; aos meus sobrinhos Brenno, Gabriel e Rodrigo; a minha sobrinha Letícia; a minha sogra, Dona Ceça; a minha mãe Antônia; a Deus (por acreditar que somos livres para decidir sobre nossas escolhas, viver nossas diferenças sem medo, pois o princípio é o amor) e; em especial, a minha esposa, Fabíola e minha filha, Lívia. Amo imensamente vocês duas!

Todos/as vocês me tornam uma pessoa melhor. **Meu muito obrigado!**



# INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é apresentada enquanto contribuição aos estudos de Gênero que refletem sobre as masculinidades, tendo como sujeitos trabalhadores de Suape (Cabo de Santo Agostinho/PE) em situação de alojamento. Seu objetivo consiste em compreender os diversos sentidos que esses homens atribuem à palavra risco, a partir de dois aspectos importantes em suas vidas: o trabalho e a sexualidade.

A pesquisa está vinculada ao projeto “Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape”, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) naquele município.

Realizei minha pesquisa com uma abordagem qualitativa de base etnográfica, tendo como elementos metodológicos entrevistas semiestruturadas e observação participante, com trabalhadores migratórios. Os sujeitos da pesquisa são homens que circulam por vários estados do Brasil, trabalhando em obras que denominam de “trecho”, vivendo a “rodar” por vários locais, dentro ou fora do país, o que os força a morar temporariamente em alojamentos ou dividindo casas alugadas com outros trabalhadores na mesma situação. Vivem aventuras amorosas nas cidades onde trabalham e lidam com vários riscos que fazem parte da vida de um “pião rodado”, pois, como revelado por um deles, “*o pião roda para se manter em pé*”.

São várias as empresas responsáveis pela construção da Refinaria Abreu e Lima. Cada uma delas mantém regimes diferenciados de alojamentos, que dependem de alguns fatores para sua definição, tais como: 1. quantitativo de homens contratados de outros Estados; 2. função que exercem dentro da obra, e; 3. política de alojamento adotada pela empresa por força de contrato com a Petrobrás, que é a financiadora e responsável pela fiscalização geral da obra. Assim, há vários tipos de alojamentos que, a depender dos fatores supracitados,

podem ser pousadas, repúblicas de homens (pequenos apartamentos onde residem entre quatro e oito trabalhadores) ou mesmo alojamentos construídos pela própria empresa.

Os sujeitos da pesquisa vivem em condição de transitoriedade ou, poderíamos dizer, em processo migratório; mesmo residindo durante longo período em uma região, identificam-se como moradores de outros estados, pois consideram que sua casa é onde está sua família. Visitam as cidades que consideram como “lar” em intervalos de 60 ou 90 dias, dependendo da função e do contrato da empresa para a qual trabalham. Após o decurso de determinado tempo de trabalho, ganham o direito ao que chamam de “folga de campo”: período de três até cinco dias úteis, e assim podem viajar para junto da família com as despesas pagas.

Um forte sinal de identidade entre eles se dá pelo modo como se autodenominam: “Pião Trecheiro” ou “Pião de Trecho”. Assim, a dissertação “PIÃO TRECHEIRO: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE)” é o resultado das observações feitas com o grupo. Revelam um estilo de vida composto por três símbolos: trabalho, tempo e deslocamento; juntos, estes compõem o *ethos* dos homens trabalhadores que migram.

O trabalho e a sexualidade configuram-se enquanto marcas centrais da identidade masculina (Sarti, 1994; Quadros, 2004; Portella et al, 2004; Nascimento, 1999). Reconhece-se que existem vários entendimentos sobre o que pode ser percebido enquanto risco para um determinado grupo social; trata-se de um conceito que se diferencia de acordo com os diversos grupos humanos e os contextos socioculturais aos quais estão inseridos (Douglas e Wildavsky, 1982; Douglas, 1992; Le Breton, 1991; Peretti-Watel, 2000, 2001).

Além disso, a dinâmica social que anima determinados grupos está associada a um conjunto de normas e regras que vão sendo incorporadas na prática e vivência dos sujeitos, compondo assim um *ethos* identitário (Bourdieu, 1983; Eckert, 1995) que fundamenta um *habitus* de como esses grupos lidam ou entendem os riscos.

A partir do trabalho de campo, procuro traduzir a experiência desse grupo de homens que vivenciam experiências mediadas pelo trabalho que exercem, o qual os faz ficar longo tempo distante da família. Tal distância contribui simbolicamente para que pensem outras formas de interação local, incluindo relacionamentos extraconjugais na região onde ficam instalados.

Assim, esta dissertação é um esforço de descrever e refletir sobre como esses sujeitos operam as questões supracitadas em suas atividades profissionais e em suas vivências sexuais. O foco central é lançar o olhar sobre o universo simbólico e o cotidiano desses sujeitos, a partir de suas interações sociais.

Sintetizei (eu/antropólogo/pesquisador) minhas impressões num exercício de interpretar a compreensão dos informantes sobre o entendimento e vivência dos riscos relacionados ao trabalho e à sexualidade, tomando como referencial a perspectiva relacional de gênero – aqui compreendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos (Scott, 1995; Mott, s.d.; Medrado, 1997).

A abordagem etnográfica foi fundamental para empreender o estudo e perceber as nuances da vivência social dos sujeitos. Reuni informações obtidas nas observações realizadas em campo: falas e particularidades do contexto local, a partir da interlocução com cerca de 60 trabalhadores, bem como das entrevistas em profundidade realizadas com seis deles. Para a elaboração do texto, considereirei desde as ações dos sujeitos, às falas, às posturas, aos não ditos - até à relação entre o “eu/pesquisador” e o “outro/sujeito da pesquisa”. O texto foi construído procurando captar o que estava além dos limites dos discursos, conforme recomenda Clifford Geertz (1989).

Organizei meus argumentos em quatro capítulos, sendo o primeiro referente ao universo da pesquisa: campo, sujeitos, objetivos e metodologia empregada. No capítulo seguinte estão presentes os referenciais e enfoques teóricos adotados.

Para fundamentar a abordagem dentro da perspectiva de Gênero, busquei elucidar como as teorias de gênero emergem como conceito importante nos estudos sobre as masculinidades. Ainda nesse capítulo, apresento o referencial

teórico sobre o conceito de risco dentro das ciências sociais, em especial na Antropologia de Mary Douglas e Aaron Wildavsky, para elencar elementos sobre o risco em relação ao trabalho e à sexualidade.

No enfoque sobre a sexualidade, apresentei referências dos estudos de Richard Parker (1991a, 1994b, 1995c), onde se focalizam questões referentes à hierarquia de gênero, além da noção de passividade/atividade. Utilizei também os argumentos de Gayle Rubin (1993), para evidenciar que nas definições de gênero “há uma relação com sexo como um universal biológico a ser trabalhado, moldado por configurações sócio-culturais” (Quadros, 2004). Tal percepção nos ajuda a entender como as noções de masculinidades e feminilidades ordenam hierarquicamente as relações de gênero.

Por fim, trago elementos e reflexões levantadas por teóricos marxistas, que consideram o trabalho como um elemento estruturante da vida social.

O terceiro capítulo, que é um dos dois capítulos analíticos, traz as referências citadas pelos sujeitos da pesquisa sobre a natureza do trabalho que exercem e como este integra o *ethos* que compõe a identidade desse grupo e conforma um *habitus* coletivo. Abordo a questão da linguagem dos riscos e como esta agrega a ideia de cuidado e prevenção como elementos intrínsecos. Na prática, contudo, fora do ambiente de trabalho, a interação não segue o discurso dos sujeitos, evidenciando uma diferença de entendimento sobre o que é risco em relação ao trabalho e fora dele.

Elucido, a partir da voz dos sujeitos, como o risco aparece às vezes subentendido como uma questão coletiva, principalmente no que tange ao trabalho e, outras vezes, como é citado enquanto elemento individual, quando aparece relacionado à questão da sexualidade.

No capítulo seguinte, estão as referências dos sujeitos sobre a família, destacando elementos como distância, ausência e saudade, que ajudam a compor particularidades nas formas de interação social do grupo. É abordada também a questão dos relacionamentos sexuais extraconjugais, com prostitutas ou outras mulheres da região, e como eles percebem o risco presente na forma que constituem vínculos com as parceiras locais. Encerro com as considerações finais.

**1.1. HOMENS TRABALHADORES DE SUAPE: DOS CAMINHOS QUE NOS LEVAM AOS SUJEITOS**

Pesquisar a relação que homens jovens estabelecem entre risco e sexualidade era o que estava nos meus planos quando decidi fazer o mestrado. As perspectivas iniciais foram reorientadas, levando em conta as contribuições e críticas recebidas na qualificação do projeto; além disso, sugestões e dicas recebidas nos diversos diálogos com professores e professoras da pós-graduação.

Ademais, considero que também foram incorporadas reflexões de amigos e amigas, tanto da pós-graduação, quanto os dos círculos de convivência fora da universidade. Isso fez com que a pesquisa assumisse uma perspectiva mais “antropológica” e menos “sanitarista” e seguisse caminhos diferentes dos inicialmente traçados, mudando inclusive (por conta dos contornos desse caminho) o público-alvo.

Era comum, ao circular no bairro da Várzea (Zona Oeste do Recife), encontrar muitos dos jovens que já me conheciam e esses, ao me verem, cumprimentavam-me de forma animada, ou até me paravam para conversar. Nesses momentos, eles sempre se referiam a mim como “professor”. Relatava alguns desses episódios nas reuniões de orientação.

Certo dia, minha orientadora dialogava comigo sobre os objetivos da pesquisa, ou seja, tentar compreender qual a relação entre risco e sexualidade que esses jovens estabeleciam em suas práticas cotidianas, tomando por foco o relato de suas experiências afetivas e práticas sexuais. Ela me questionou se eu achava que esses sujeitos seriam os interlocutores ideais para o que me propunha. Dizia ela que deveria levar em conta a relação que havia estabelecido com o grupo e a ideia que esses jovens tinham sobre mim, pois o

diálogo com esses sujeitos com certeza traria elementos mediados pela figura simbólica do “professor/educador”, que eu representava para eles. Em outras palavras, esses jovens me conheciam e guardavam impressões e ideias sobre como eu elaborava a relação entre risco e sexualidade, além de outros temas corelatos, por terem participado de oficinas sob minha facilitação e, muito provavelmente, as impressões em relação à figura simbólica de “professor” os influenciaria. Assim, poderiam me fornecer informações filtradas ou balizadas pelo crivo do que eles haviam vivenciado comigo pedagogicamente.

Inicialmente, os fatores que me levaram a pensar os homens jovens e a região da Várzea para realizar a pesquisa, foram: a) o local/região me eram familiares; b) histórico de experiências anteriores com grupos de jovens – realizei processos educativos com foco em gênero, sexualidade e prevenção, trabalhando essas temáticas com grupos dessa localidade, e; c) tinha facilidade de acesso a uma rede de instituições locais (ONG, escolas, unidades de saúde, etc.) que poderiam facilitar a circulação em campo. Acreditava que conhecer os sujeitos da pesquisa e a localidade seriam elementos facilitadores para alcançar os objetivos traçados inicialmente. Contudo, como mencionado anteriormente, questões e reflexões lançadas me fizeram repensar o campo e, posteriormente, os sujeitos da pesquisa.

Reconhecer que minha relação com os sujeitos abrangia uma perspectiva educador/educando foi o primeiro passo para proceder à mudança, pois isso me fazia concordar que a relação simbólica de ensino/aprendizado estava mediada por uma relação de poder que talvez mascarasse uma barreira invisível de acesso às informações da forma que desejava, diante da proposta do projeto. A questão para mim era: “a partir dos objetivos ao qual me propunha, até onde a minha participação e inserção no campo influenciaria as respostas e se revelaria nos resultados?”. Sabia que isso não significava ser impossível fazer a pesquisa nessa região, nem que as informações coletadas e observadas não teriam valor para análise. Lembro-me de Mariza Peirano (2000), no artigo “A análise antropológica dos rituais”, que enfatiza sobre a importância do impacto psíquico que a experiência do campo traz ao pesquisador, pois esta envolve o antropólogo em sua totalidade. Isso enfatizava que sim, seria possível realizar a pesquisa com esse grupo e na mesma região. Porém, da

forma que pretendia realizar a pesquisa, me fez refletir sobre todas essas questões, atestando que a relação anterior de educador/educando poderia me levar a caminhos e perspectivas diferentes do objetivo almejado.

Como desejava, antes de tudo, construir uma perspectiva mais dialógica com os informantes, resultante da relação entre o “eu” (pesquisador e/ou observador) e o “outro” (sujeitos da pesquisa/pesquisados), concordei em mudar o local onde realizaria minha pesquisa, e fui à busca de interlocutores em outra região, com a clareza de querer interagir com sujeitos que ainda não havia tido contato até minha chegada ao campo.

Diante das opções que surgiram, escolhi fazer o campo na região do Cabo de Santo Agostinho e os sujeitos da pesquisa, por causa dos contornos do caminho, passaram a ser os “homens trabalhadores de Suape em situação de alojamento”.

Todas as mudanças empreendidas no projeto inicial serviram para alinhar a pesquisa pelo viés da Antropologia. O objetivo geral passou a ser compreender a relação entre risco e sexualidade nas práticas cotidianas de homens trabalhadores de Suape em situação de alojamento, tendo como objetivos específicos: a) identificar elementos simbólicos no cotidiano desses sujeitos que podem (re)produzir ou (re)atualizar valores que relacionam risco a identidade masculina; b) identificar como o risco é relatado na vida desses homens trabalhadores e; c) identificar qual o entendimento dos homens trabalhadores de Suape sobre o que é risco ou não a partir de relatos sobre suas experiências afetivas e práticas sexuais.

## **1.2. DE VOLTA AO CABO DE SANTO AGOSTINHO**

No ano de 2003, ainda na graduação em Ciências Sociais, realizada na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), fiz um mapeamento da região do Cabo de Santo Agostinho. À época, realizava minha pesquisa de conclusão do curso de bacharelado na comunidade de Engenho Novo<sup>1</sup>. As idas ao campo me

---

<sup>1</sup> Comunidade com características rurais que fica localizada a cerca de 3 km do Centro do Cabo de Santo Agostinho. Na época em que iniciei a pesquisa (que não chegou a ser concluída), não havia acesso por meio de transporte coletivo; as únicas opções eram: saltar no terminal de ônibus no Centro da cidade e ir andando até a comunidade; pagar o serviço de mototaxista ou conseguir uma carona com algum visitante

possibilitaram conhecer a região e interagir com alguns moradores locais - com alguns desses mantenho contato até os dias atuais, constituindo uma relação de amizade. No período em que realizei esse mapeamento, algumas dessas pessoas me auxiliaram no campo: acolheram-me em suas casas (que serviram como ponto de apoio em determinados momentos da pesquisa), além de fornecerem informações valiosas sobre o campo e mediarem contatos com alguns sujeitos da pesquisa.

Outra questão que favoreceu a escolha do Cabo de Santo Agostinho foi o fato de conhecer minimamente as regiões das praias, pois já havia veraneado algumas vezes nessa região, especificamente nas praias de Itapuama e Gaibu. Essas estadias temporárias possibilitaram-me observar aspectos da região, mesmo em situação de turismo, pois circulava e conversava com comerciantes e moradores locais, familiarizando-me com pontos de referência das comunidades, seus comerciantes e suas “ruas”. Muitas vezes não se sabe o nome das ruas, mas sabe-se que é a rua “do mercadinho de Seu Abrahão”, a rua de “Dona Antônia”, a rua do “Bar do Careca”, a rua do “Bar do Lula” etc., sendo muitas vezes essas as referências de uma localidade específica (Nascimento, 1999). Assim, não era novidade constatar que os homens eram a maioria em locais de grande circulação e lazer na comunidade, como os bares, campos, botecos etc.

Em minhas primeiras observações em campo, pude perceber certas dinâmicas das comunidades litorâneas, diretamente ligadas às mudanças que ocorriam no município como um todo, relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico que essa região vem empreendendo há algumas décadas, e nos últimos 10 (dez) anos vem tomando proporções grandiosas por causa do Complexo Portuário e Industrial de Suape.

Diretamente atreladas às questões econômicas, destaco as transformações ocorridas após a instalação das empresas que trabalham na construção da refinaria. São mudanças no perfil social e no aspecto físico das comunidades, que se refletem na paisagem da orla da região. Por exemplo, a Praia do Paiva

---

ou morador da comunidade que, por sorte, estivesse passando no momento.

era uma área com poucas construções e com parte da mata atlântica bem preservada. Hoje se observa uma extensa área urbana, composta por uma longa pista pavimentada, que recebeu o nome de “Rua VI B”, cujo acesso se dá por meio do pagamento de pedágio para veículos automotores – também instalado nesse processo de radicais mudanças.

Em toda a extensão da “Rua VI B”, seguindo em direção à Praia de Itapuama, percebem-se vários empreendimentos construídos quase que padronizados. Todas as residências nesse perímetro são casarões luxuosos, compostos por dez cômodos, distribuídos em dois andares, sendo quatro suítes, sala social, sala de jantar, *home theater*<sup>2</sup>, copa, cozinha e área de serviço. As residências possuem sistema de aproveitamento da energia solar (para aquecer a água), todos os quartos têm varandas; na área externa há a piscina, a garagem e um grande jardim. Todas as casas têm vista para o mar.

Outros condomínios de luxo estão sendo construídos na região. O projeto urbanístico prevê a instalação de casas e edifícios (alguns residenciais e outros empresariais). Serão instalados também hotéis, shopping centers, clubes esportivos, marina, campo de futebol e campo de golfe, entre outras estruturas.

A população que reside, ou virá a residir nessa área, mudou radicalmente o perfil urbanístico e socioeconômico da região. Antes, havia residências de pescadores ribeirinhos ou construções menores, revelando uma classe média detentora de menos recursos, que veraneavam na localidade; agora, a área está destinada a famílias e/ou indivíduos de alto poder aquisitivo.

Passado esse trecho do Paiva, chega-se à Praia de Itapuama. Logo depois, há um pequeno trecho de estrada que dá acesso à Praia de Xaréu; em seguida, vê-se a Praia de Enseada dos Corais e finalmente, a Praia de Gaibu. Adiante, há o acesso à Praia de Calhetas e no caminho, um pouco acima dessa praia, encontra-se o acesso à Vila de Nazaré. Passando a Vila de Nazaré, chegaremos ao acesso da Praia de Paraíso e por último, a Praia de Suape. Dentre as praias

---

2 Também conhecido como home cinema ou cinema em casa, é o nome que se dá a uma área de lazer reservada para se montar pequenas salas de cinema em residências.

que sofreram grandes mudanças estruturais, nessa sequência, destacam-se as praias de Itapuama, Enseada dos Corais e Gaibu.

Olhando para o perfil imobiliário dessas localidades e comparando as estruturas das residências que compõem a paisagem, podemos constatar a convivência da diversidade populacional. É possível identificar várias moradias simples, casa de dois ou até cinco cômodos e outras com arquitetura mais elaborada, tipo duplex, com dois pavimentos, ou até pequenos condomínios privados, com casas padronizadas contendo entre quatro ou cinco cômodos, com áreas de lazer comum - piscinas, churrasqueiras e campinhos de futebol.

Em algumas localidades há predominância de construções mais simples, compondo um visual urbano bem mais rústico que o vislumbrado na Praia do Paiva. Além de moradias diversificadas, há acentuado comércio distribuído pelas ruas principais, geralmente calçadas, e por ruas subjacentes - a grande maioria ainda sem calçamento.

O comércio dessas praias, posteriores ao Paiva, segue o mesmo padrão de diversidade das moradias. Assim, vamos encontrar desde pequenos mercadinhos<sup>3</sup> a bancas improvisadas em calçadas, onde observa-se pessoas que vendem frutas, outras dispõem doces, salgados, bombons e/ou comidas típicas regionais (milho cozido, mugunzá, tapioca, etc.). Algumas residências mantêm pequenos comércios alocados na própria moradia, instalados no espaço do terraço da casa, em um “puxadinho” construído para esse fim ou na área onde seria a garagem da casa.

Reconhecem os moradores que todas as mudanças advieram com os investimentos realizados no chamado “Complexo de Suape” e, nas palavras de um comerciante local – dono de um mercadinho muito conhecido na Praia de Itapuama, “*Suape trouxe coisas boas, mas também ruins*”.

Somando-se às questões citadas, outro elemento, não menos importante, contribuiu para que eu optasse em fazer a pesquisa nessa região. No ano de 2012, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) iniciou as atividades

---

<sup>3</sup> Os mercadinhos oferecem uma diversidade de itens de necessidades imediatas, tais como alimentos (pães, bolos, frutas, verduras, enlatados, embutidos, etc.), como também materiais de limpeza e/ou higiene pessoal.

de campo do projeto “Diálogos Para o Desenvolvimento Social em Suape”. Trata-se de uma pesquisa-intervenção e tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento e inovação de tecnologias de intervenção social através da análise da eficácia e da efetividade de um Programa de Promoção à Saúde, calcado no que está preconizado pela política de saúde do estado brasileiro.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia está envolvido na execução desse projeto e, uma vez que minha orientadora coordena a “Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (PCAP – Diálogos)” relacionada à saúde sexual e reprodutiva, minha pesquisa acabou fazendo parte desse projeto pela possibilidade de somar elementos para a produção de conhecimentos no campo da sexualidade e reprodução, nessa região. Assim, pelas razões supracitadas, optar por realizar o campo no Cabo de Santo Agostinho foi parte dos contornos do caminho que somam escolha, desejo e oportunidade.

Para entender o processo de mudanças no Cabo de Santo Agostinho, trarei elementos de uma breve história desse empreendimento. Depois, explanarei um pouco mais sobre minhas primeiras observações em campo e os caminhos que me levaram a pesquisar os homens trabalhadores de Suape em situação de alojamento.

### **1.3. O CABO DE SANTO AGOSTINHO: UMA BREVE HISTÓRIA NUM COMPLEXO DE MUDANÇAS**

O Cabo de Santo Agostinho é uma das cidades ao sul da Região Metropolitana do Recife (RMR), e faz parte da sub-região de Suape.

É uma cidade com praias belíssimas, natureza exuberante e tem seu marco de origem, de acordo com Sebastião de Vasconcelos Galvão (1863, *apud* Brasil, 1970) no ano de 1560, quando foi instituído o Morgado<sup>4</sup> de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, vinculando o Engenho Madre de Deus - depois chamado de Engenho Velho. Posteriormente, em 1618, foi

---

<sup>4</sup> Morgado ou morgadio é forma de organização familiar que cria uma linhagem, bem como um código para designar os seus sucessores, estatutos e comportamentos.

criado o povoado de “Vila de Nazaré”, onde a grande parte das construções ficou concentrada no ponto mais alto da cidade.

Ainda hoje existe a Vila de Nazaré, um vilarejo turístico e bucólico, que mantém o traçado da época de sua criação e onde se podem apreciar casarios antigos, com as características arquitetônicas da época em que foi criada, além da igreja do mesmo período, o Farol de Nazaré, as ruínas do Forte de São Francisco Xavier, pequenas casas de pescadores e outros monumentos de valor histórico (Ver fotos/figuras 1 a 6 nas páginas 25, 26 e 27 ).

Essa foi uma das primeiras regiões a serem povoadas no Brasil, tendo como principal economia, até bem pouco tempo, a monocultura da cana-de-açúcar. O município do Cabo, como popularmente é chamado, apresentava em 2007, de acordo com o IBGE, uma população de 163.139 habitantes no ano de 2010, de acordo com o Censo 2010. Esta população está distribuída em 447 km<sup>2</sup>. Observa-se que houve um crescimento de quase 22 mil habitantes num período de apenas três anos.

Segundo o IBGE, em 1991 a população do município era de 127.036 habitantes. Entre 1991 e 2010, constata-se um crescimento superior a 31% em menos de duas décadas, o que revela um crescimento ao ano de aproximadamente 1,63% ao ano. Mas, se tomarmos por comparação o crescimento populacional verificado entre 2007 e 2010, calcula-se um aumento de 12% da população, em um período de apenas três anos - têm-se aí um aumento populacional de algo em torno dos 4% ao ano. Ou seja, nos últimos anos, verifica-se que o ritmo de crescimento populacional da região foi bastante acelerado

Os investimentos na região impulsionaram mudanças estruturais e vêm transformando a realidade social dos moradores dessas áreas nas últimas décadas, tanto no sentido de provocar melhorias, quanto no sentido de trazer problemas.

Um dos grandes responsáveis pelas mudanças no perfil socioeconômico da região foi a instalação do Complexo Portuário e Industrial de Suape. Esse investimento, ao longo das décadas, trouxe muitas empresas para essa localidade e, conseqüentemente, aumentou a oferta de emprego, o que atraiu



**FIGURA 01:** Museu do Pescador



**FIGURA 02:** Farol do Cabo de Santo Agostinho



**FIGURA 03:** Igreja de Nossa Senhora de Nazaré



**FIGURA 04:** Casa de pescador local



**FIGURA 05:** Ruína da antiga casa do faroleiro (ao fundo, navio saindo do Porto de Suape)



**FIGURA 06:** Vista do Porto de Suape do mirante da Vila de Nazaré

muitos trabalhadores de todas as regiões do Brasil, como também do interior do estado de Pernambuco.

Os investimentos econômicos nessa área têm seus primórdios pensados ainda na época do regime militar. Foi nesse período que o município do Cabo de Santo Agostinho passou a receber altos investimentos públicos através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O objetivo era desenvolver um polo industrial nessa região que, de acordo com informações do governo de Pernambuco<sup>5</sup>, impulsionaria a realização de estudos para analisar a viabilidade da instalação de um “super porto” destinado à exportação e instalação de indústrias no entorno - isso ainda na década de 1960, que constituiria mais tarde o chamado Complexo Portuário Industrial de Suape.

Na década seguinte, nos anos de 1970, foi realizado o Plano Diretor para implantação do complexo e o lançamento da pedra fundamental do Porto de Suape. Como parte desse processo, foram desapropriados 13,5 mil hectares de terra para dar início às obras de infraestrutura e outras necessárias ao funcionamento do porto.

Na década de 1980, o porto começou a operar efetivamente. Um episódio trágico contribuiu para impulsionar esse investimento: no ano de 1985<sup>6</sup>, ocorreu um grande incêndio num navio de combustível no Porto do Recife. A proporção do incêndio foi tão grande que colocou em risco grande parte do bairro do Recife Antigo. Felizmente, o incêndio foi controlado, mas isso fez com que o governo de Pernambuco, após o episódio, ordenasse a transferência de todas as empresas de combustíveis instaladas no Porto do Recife para o Porto do Suape.

Na década de 1990, começou a operar no porto o Cais de Múltiplos Usos (CMU) e o Porto de Suape foi incluído na lista dos onze portos prioritários do Brasil, tornando a região prioridade para receber investimentos públicos

---

5 Site: <http://www.suape.pe.gov.br/institucional/historic.php> (acessado em 20 de julho de 2012).

6 Para maiores detalhes sobre esse incêndio acessar: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_contentview=articleid=209&Itemid=193](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_contentview=articleid=209&Itemid=193) (acessado em 23 de agosto de 2012).

federais. Na mesma década, a construção do porto interno foi concluída e, na década seguinte, iniciou-se a segunda etapa do porto interno.

Após a virada do século XX, mas especificamente no ano de 2004, no então governo Lula, com o intuito de promover a inclusão educacional para os moradores do entorno de Suape e para funcionários do complexo, foi construído o chamado Centro de Treinamento do Complexo de Suape. Na mesma década, se instalou na região o Estaleiro Atlântico Sul e foi lançada a pedra fundamental da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima, popularmente conhecida por Refinaria Abreu e Lima.

Muito do que foi realizado promoveu grande desenvolvimento econômico para região, o que fez com que o Índice de desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o PNUD<sup>7</sup>, considerando o período de 1991 a 2000, passasse de 0,630 para 0,707 (PNUD, 2003). Mas, se observarmos os dados do PNUD de 2010, já constatasse a redução desse índice para 0,686 (PNUD, 2010).

Esse modelo de desenvolvimento trouxe avanços para região, mas também trouxe prejuízos, inclusive para antigos moradores. Um exemplo disso é o que ocorreu com a transposição dos moradores da comunidade da “Ilha de Tatuoca”. Toda a comunidade foi retirada do local em que residia há décadas para a instalação do Estaleiro Atlântico Sul. Como solução para remoção da população local, o Governo do Estado ofereceu às famílias uma pequena indenização e casas num terreno situado mais ao norte de Suape, que foi chamada de “Nova Tatuoca”<sup>8</sup>. Isso provocou revolta na comunidade, que usufruía e vivia das atividades da pesca e do extrativismo.

O Complexo Portuário e Industrial de Suape está situado a 40 quilômetros do Recife. Segundo dados do Governo Federal, de 2007 a 2010, foram investidos cerca de US\$ 17.000.000.000 (dezesete bilhões de dólares), aplicados em

---

7 Fonte: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) (acessado em 22 de julho de 2012).

8 Mais informações ver: <http://acertodecontas.blog.br/artigos/tatuoca-o-lado-social-do-desmatamento-de-suape/> ou <http://www.jornalirismo.com.br/videos/23/662-documento-a-ilha-de-tatuoca-por-seus-moradores> (acessado em agosto de 2012).

especial na implementação de empreendimentos estruturadores que geram cerca de 15 mil novos empregos, e outros 45 mil, só na construção civil<sup>9</sup>.

Como já esperado, esses investimentos promoveram muitas mudanças sociais, econômicas e estruturais na cidade, tais como o aumento da oferta de emprego e o surgimento de novas funções que poderiam ser desempenhadas por moradores locais. Até então, muitas dessas pessoas só haviam tido experiências de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. Em um dos contatos com uma das concessionárias (empresas terceirizadas responsáveis por desenvolver uma parte das obras da Refinaria Abreu e Lima), um dos gerentes da empresa informou ter recrutado mais de 300 (trezentos) homens do corte de cana e de outras atividades rurais. Afirmou esse funcionário que outras empresas também fizeram o mesmo.

Assim, trabalhadores locais passaram a ter uma relação trabalhista diferente da que haviam vivenciado até então. Antes baseada no sistema de trabalho sazonal agrícola, passou a ser na área construção civil. Além disso, passaram a ter garantias trabalhistas, como: férias remuneradas, tíquetes alimentação, participação no lucro<sup>10</sup>, transporte etc.

A população local passou a ver aí uma grande oportunidade de conseguir empregos. O governo de Pernambuco criou programas de qualificação profissional para moradores da região com o intuito de formar mão de obra qualificada e preencher as novas vagas de emprego oferecidas. Porém, a demanda de oferta de empregos era maior que a quantidade de mão de obra formada nesses cursos. Somando-se a isso, havia a necessidade de trabalhadores experientes para desenvolver funções específicas e necessárias em uma obra de tamanho porte, com características peculiares, exigindo especificidades para a instalação de uma refinaria de petróleo. Todos esses fatores fizeram com

---

9 Fonte: <http://www.sua.pe.gov.br/institucional/historic.php> (acessado em 20 de julho de 2012)

10 De acordo com o setor administrativo da Petrobrás, todos os funcionários contratados pelas empresas recebem uma vez por ano, um valor referente a participação no Lucro da Empresa por exigência do contrato firmado. Esse valor, conforme garantido por pessoas de setores administrativos de várias empresas, variam de acordo com a função, mas fica em torno de um a dois salários equivalentes ao salário registrado na carteira de trabalho do empregado.

que as empresas buscassem muitos trabalhadores de outras regiões do Brasil, com experiência comprovada, formados em outros Estados, e cuja maioria possuía histórico de vivência em grandes obras, circulando por várias regiões do país, ou até fora dele. Vieram então para Suape, operários de várias regiões brasileiras, com qualificação tão diversificada quanto suas idades e cargas culturais.

Segundo informações das empresas responsáveis pelas obras de Suape, as idades de trabalhadores vindos de outras regiões variam entre 18 a 68 anos, mas a grande maioria tem entre 24 e 40 anos<sup>11</sup>.

Outra característica é que, com exceção de trabalhadores/as da parte administrativa, os operários vindos de fora de Pernambuco são todos homens e grande parte deles ficou instalado em alojamentos e/ou repúblicas mantidas pela empresa contratante.

Muitos alojamentos estão localizados em áreas próximas ao centro do Cabo de Santo Agostinho, como também em localidades como Ponte dos Carvalhos, Cidade Garapú e/ou nas regiões das praias de Enseada dos Corais, Gaibu e Suape. Também há alojamentos instalados no município de Ipojuca, em praias como Porto de Galinhas ou na comunidade de Nossa Senhora do Ó. De acordo com informações das empresas, estima-se um quantitativo de mais de mais de 12.000 (doze mil) homens instalados em alojamentos, o que pode significar cerca de 30% do efetivo de pessoas que trabalham na obra da construção da refinaria. As empresas que têm os maiores quadros de pessoal (acima de 5.000 operários) possuem alojamentos próprios, enquanto as outras com menor contingente optam por alugar prédios inteiros ou casas que funcionam como repúblicas de homens. Outra opção adotada pelas empresas foi a locação de pousadas ou alojamentos adaptados (galerias de lojas – por exemplo) para que esses trabalhadores fossem instalados. A presença desses homens trabalhadores nas comunidades transformou a dinâmica dessas cidades, sob o ponto de vista econômico e social<sup>12</sup>.

---

11 Fonte: Empresas terceirizadas da Refinaria Abreu e Lima.

12 “Violência se espalha rapidamente pelo Litoral Sul”, publicada pelo Jornal do Commercio em 03 de

Um dos problemas alardeados em reportagens diz respeito à gravidez de mulheres locais por homens trabalhadores das firmas de Suape. Várias delas engravidaram ainda na adolescência, o que fez aumentar o número de denúncias de exploração sexual de menores, ações judiciais de reconhecimento de paternidade e pagamento de pensão alimentícia<sup>13</sup>.

Além da questão referida, houve também o registro do aumento de casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS na região. De acordo com o Boletim Epidemiológico AIDS – DST 2011, das cidades do Nordeste, o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca figuraram entre as regiões de maior incidência de casos de AIDS notificados. Aparecendo respectivamente uma com a taxa de 37,9 e 37,7 por grupo de 100 mil habitantes. No Brasil, esses municípios ficaram atrás apenas da cidade de São Luís/MA, que apresentou a taxa de 40,5 por grupo de 100 mil habitantes.

Em 2000, o Boletim Epidemiológico registrava para as essas cidades taxas de 14,4 e 3,4 por grupo de 100 habitantes, respectivamente. Isso indica que a problemática deve estar ligada ao aumento da população da região, impulsionado pelas obras e investimentos em Suape.

Outra questão que envolve esse complexo de possibilidades foi o aumento dos casos de violência, inclusive homicídios na região. Por exemplo, de acordo com dados do Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari, se considerarmos os anos de 2008 a 2010, a cidade do Cabo de Santo Agostinho apresentou uma taxa média de homicídios de 77,7 por grupo de 100 mil habitantes - a terceira maior taxa de homicídios do Estado de Pernambuco. O município de Ipojuca aparece no mapa com a taxa de 63,8 por grupo de 100 mil habitantes, sendo apontado no ranking do Estado como o oitavo município mais violento. Ou seja, os dois principais municípios da região (em relação ao Complexo de Suape) estão entre as dez cidades de maiores taxas de homicídios de Pernambuco.

---

dezembro de 2011 ([http://www.old.diariodepernambuco.com.br/assinantes/acesso\\_dp.asp](http://www.old.diariodepernambuco.com.br/assinantes/acesso_dp.asp) - acessado em 15 de setembro de 2012).

13 Ver reportagens: “Filhos de Suape” – Série de reportagens publicada pelo jornal “Diário de Pernambuco” entre o período de 8 a 13 de maio de 2012.

Os dados revelam uma faceta triste da dinâmica ali instaurada, intensificada com a chegada dos trabalhadores de outros Estados. Essas questões envolvem aspectos da sexualidade, apontando indicativos de como a população lida com as questões de prevenção e riscos, pois os dados sugerem a ideia de que a prática do sexo seguro ainda não é uma realidade nas relações engendradas. E no que se refere à violência, pode-se perceber marcas da cultura machista, e de como a população masculina tende a responder de forma mais agressiva a determinadas questões como provocações e defesa da honra. E, por outro lado, como eles se expõem mais a riscos.

Assim, a partir da diversidade e especificidades de grupos que interagem na região, repensei os sujeitos da pesquisa, e passei a focar minhas observações sobre o grupo de homens trabalhadores de Suape em situação de alojamento.

#### **1.4. O CAMPO E SEUS CONTORNOS**

Cheguei ao Cabo de Santo Agostinho no final de maio de 2012 e comecei a fazer as primeiras andanças de reconhecimento. Minhas incursões, nesse período, foram um pouco soltas, mas cuidadosas, alimentadas pela sede e ansiedade de não perder nada que fosse importante no campo; isso fazia com que tudo fosse interessante no início.

Naquele momento, percebia ter chegado ao que Roberto DaMatta (1978, p.24) denominou de fase pessoal ou existencial, onde “não temos mais divisões nítidas entre as etapas da nossa formação científica ou acadêmica”. Não se tratava mais de dialogar com as teorias: estavam diante de mim pessoas, gente de carne e osso. É certo que comigo levava um conhecimento teórico que deveria me ajudar a ver, encarar, enxergar, perceber particularidades do que almejava na prática do convívio com o outro. Como diz DaMatta, estava entre dois fogos, “a minha cultura e uma outra, o meu mundo e um outro”.

Reconhecia que nessa nova fase “vestir a capa de etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa”, que, de acordo com o autor do artigo “O Ofício de Etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’” consistia “nas seguintes

fórmulas: (a) transformar o exótico no familiar e/ou (b) transformar o familiar em exótico” (DaMatta, 1978, p. 26). Na teoria, é necessário, antes de ir ao campo, traçar esquemas, mapas, buscar referências, imbuir-se de informações a respeito dos sujeitos a se pesquisar - essa é uma recomendação clássica da Antropologia <sup>14</sup>. Porém, no processo teórico “nunca ou muito raramente se pensa em coisas específicas”, coisas que dizem respeito à experiência prática, “quando o conhecimento é permeabilizado por cheiros, cores, dores e amores” (DaMatta, 1978, p. 23). Reconhecia a existência de um conhecimento que só é adquirido ou percebido no cotidiano da prática do campo, ou após ele.

Foi sem mapas físicos, apenas os mentais e orientados pelo pouco conhecimento que tinha da região, que percorria meus olhos por tudo, minha mente fervilhava freneticamente com o que via e com o que imaginava. Circulava entre ruas, entrava em becos, perguntava sobre locais de badalação e grande interação de pessoas. Era nesses espaços que desenvolvia o meu trabalho inicial, com o intuito de mapear a região e conhecer pessoas. Procurava saber em que horários os bares tinham maior movimento. Sondava onde os homens se divertiam, perguntava sobre os *points* mais badalados para a população e onde estavam os espaços de lazer. Imaginava, a princípio, que estes seriam os meus locais de contatos com os homens, uma vez que poderia conversar e observar seus circuitos de sociabilidade - feito que seria bem mais complicado dentro das empresas.

Nesses primeiros momentos, pelos lugares onde circulei, pessoas me olhavam com desconfiança, chegavam a perguntar qual meu interesse em saber certas informações, tais como: quais os locais de maior badalação, quais os dias e horários aconteciam festas na cidade, além de estranharem meu interesse em acessar determinadas ruas ou localidades. Alguns chegavam a me perguntar de onde eu era ou quem estava procurando - se procurava por alguém específico ou o que procurava. Respondia que estava fazendo uma pesquisa na comunidade e por isso buscava informações sobre o lugar. Aguçava minha

---

14 Essas recomendações podem ser encontradas na própria introdução do clássico livro de Malinowski o “Argonautas do Pacífico Ocidental”, assim como em outras obras.

atenção para perceber os comentários e refletia como as pessoas iam me situando no campo. Ao circular nas ruas, pelo que observava, concordava com Roberto DaMatta (1986), que esse espaço forma uma espécie de perspectiva pela qual o mundo pode ser lido e interpretado e onde predominam a desconfiança e a insegurança.

Um fato significativo ocorreu em campo, que ilustra bem essa desconfiança e cuidado com o “estrangeiro”. Nos primeiros momentos de chegada ao campo, parei em um *boteco*<sup>15</sup> para beber uma água e aproveitei o momento para sondar informações locais; perguntei o que encontraria se seguisse a rua ao lado do boteco. O homem que me atendeu olhou com certo ar de desconfiança e preocupação, e perguntou se eu conhecia “alguém de lá”. Respondi que não conhecia “ninguém de lá”. O senhor então me recomendou que, se eu quisesse conhecer aquela área seria bom ir com algum conhecido de “lá”, acrescentando que não era uma área muito boa para “alguém de fora” circular. Desisti de entrar no local e tomei outra direção.

Tempos depois, fiquei sabendo que “lá” era uma região conhecida na comunidade por ser uma “boca de fumo”<sup>16</sup> e para circular por “lá” era aconselhável ser conhecido na região ou conhecer “alguém de lá” que pudesse me acompanhar, pois, nesse caso, eu era “alguém de fora”. Entendi, depois, que as informações comportam objetivos múltiplos, tanto para os que informam como também para quem recebe a informação, e determinadas informações se compõem de sentimentos que podem estar isolados ou agregados ao mesmo tempo, tais como: curiosidade, desconfiança e cuidado (consigo e com o outro).

Após os primeiros mapeamentos situacionais, passei a frequentar campinhos e circular por praças, em diversos horários. Almoçava ou jantava em bares e/ou botecos, frequentava barbearias da região, onde cortava o cabelo e aproveitava para conversar com os homens nesses espaços. Em alguns finais de semana, circulei pela orla das praias, principalmente Itapuama e Gaibu, com

---

15 Pequeno bar (comércio) onde se comercializa bebidas alcoólicas, podendo também servir petiscos (pratos de alimentos que servem de acompanhamento quando se consome bebidas alcoólicas).

16 Refere-se ao local onde é feito o comércio de drogas ilícitas.

estruturas e dinâmicas bem diferentes. Nesses espaços falava com homens de várias idades e, aos poucos, fui percebendo como era a dinâmica da população de homens em sua diversidade.

Uma coisa me chamava bastante atenção: em horários específicos, bem cedo pela manhã, por volta das 05h30, mais ou menos (acontecia em outros horários também, porém com menor movimentação), na pista principal, começavam a se aglomerar homens fardados em pontos específicos, que ficavam a espera dos ônibus para os levarem às empresas da Refinaria Abreu e Lima. Nas horas em que estava presente (quando dormia na região), criei o hábito de ficar nos pontos de ônibus observando e escutando as conversas, que giravam, quase que exclusivamente, em torno dos seguintes assuntos: mulheres, sexo, homossexuais e futebol.

Outros temas eram mencionados, relacionados ao trabalho: greves, condições de trabalho, alojamentos, demissões (ou desmobilização – linguagem que fui aprendendo com o tempo), entre outros. Havia muitas brincadeiras, com comentários provocativos, envolvendo a suspeita de alguém “estar levando” ou “colocando chifres ou *gaias*”<sup>17</sup> (Aquino, 2008). Outro comentário frequente era em relação à condição de ser *baiano*<sup>18</sup>. As brincadeiras em torno da suspeita de *chifre/gaia* causavam algumas reações de orgulho, para aqueles que eram acusados de ter colocado a gaia, como de revolta e chateação para os que eram suspeitos/vítimas de traição. “Levar” e “colocar”, eram oposições que exprimiam a masculinidade, onde o homem que traía era visto como referência positiva de masculinidade, já o traído, era visto de forma negativa.

Quanto à questão das provocações sobre a condição de ser *baiano*, as reações eram parecidas. Por parte dos baianos legítimos, notava-se uma reação de orgulho e defesa da identidade geográfica e cultural, mas para os “não

---

17 Refere-se a ter traído sexualmente alguém que tem um relacionamento com uma mulher, ou, no caso de “levar *chifre/gaia*”, diz respeito a estar sendo traído. Ou seja, é a suposição de que alguém está envolvido com uma mulher comprometida ou, na condição contrária, sua companheira (nesse caso pode também não ser a esposa oficial, mas uma namorada temporária) estar se relacionando com outro homem.

18 *Baiano* é um termo utilizado para denominar os trabalhadores que “não são pernambucanos”. Ser chamado de *baiano* é uma denominação dada a todos os trabalhadores vindos de outros estados, independentemente de serem originários da Bahia. Ser *baiano*, nesse contexto, significa “não ser pernambucano”.

baianos” e “não pernambucanos”, geralmente, as reações eram de indignação e até de despeito.

Ainda outra questão sempre aparecia nas conversas com os interlocutores da pesquisa: as referências sobre o desenvolvimento da região e como isso ora era percebido como positivo, ora como negativo. Nas palavras de um morador de Gaibu, ao se referir sobre as mudanças positivas e negativas da região, “*tudo é consequência do progresso*”. Para quem conheceu minimamente a localidade, pelo menos já a tenha visitado há cerca de uns 10 anos, perceberá logo que as mudanças físicas são bastante visíveis.

Por exemplo, na Praia de Itapuama, onde as mudanças são mais recentes, a orla da praia, até o ano de 2009 (mais ou menos), sofreu grandes transformações em toda a sua extensão. As edificações em frente ao mar, mais próximas à faixa de areia, foram todas retiradas. Ali era possível encontrar peixarias, casas de moradores locais e bares. Tudo isso deixou de existir. No local, foi construído um grande calçadão que já vem se estendendo desde a Praia do Paiva (na área mais ao norte do litoral) e quando se chega à área mais próxima à Praia de Pedra de Xaréu se observa hoje uma grande área para estacionar carros (Ver fotos/figuras 7 a 10 nas páginas 38 e 39).

Uma particularidade dessa praia é a frequência de surfistas, por conta de suas características de mar aberto, sem arrecifes naturais, o que faz com que as ondas sejam fortes e propícias à prática do surfe.

Todos os dias em que circulei por Itapuama encontrei surfistas. Eram sempre grupos de surfistas, composto por no mínimo três pessoas, jovens em sua grande maioria, que aproveitavam as características do mar dessa localidade com fortes ondas. Houve ocasiões, principalmente nos finais de semana, que cheguei a contar mais de 70 surfistas “pegando ondas”<sup>19</sup>. Em Itapuama há uma área comum para acampamento e é fácil ver grupos de surfistas ou aventureiros se reunirem próximos às barracas de *camping*, em conversas e interação constante. Algumas vezes pude observar grupos reunidos próximos

---

<sup>19</sup> Expressão que os surfistas usam para designar o ato de surfar, deslizar em cima da prancha, sobre as águas do mar.



**FIGURA 07:** Trabalhadores de Suape interagindo enquanto esperam o ônibus para o trabalho.



**FIGURA 08:** Trabalhadores de Suape circulando na cidade.



**FIGURA 09:** Vista da Orla da praia de Itapuama, após intervenções (área de estacionamento)



**FIGURA 10:** Vista geral da praia de Itapuama

às barracas, que animadamente se divertiam, conversando e tocando violão. Uma noite, observei que um grupo, reunido em volta de uma fogueira, circulava um cigarro (identificado pelo ponto de luz vermelha na escuridão): provavelmente se tratava da circulação de um “baseado” ou “bola de cabeça”<sup>20</sup>. O cigarro foi passado a todos da roda: um fumava e entregava ao próximo, que repetia a ação e assim seguia-se o ritual coletivo. Ações como essa também aconteceram em outros momentos próximos às ruínas da obra de um antigo hotel<sup>21</sup>, porém com a participação de outro grupo encontrado na região, o **grupo de aventureiros**.

O grupo de aventureiros se compõe de pessoas jovens (a maioria), com idades entre 16 e 29 anos, podendo-se encontrar pessoas mais velhas; mas nenhuma, pelo que pude perceber, com idade que aparente ser superior aos 50 anos. A maioria das pessoas desse grupo são homens. Chegam à região para acampar e trazem na bagagem vários equipamentos: desde barracas para *camping*, a equipamentos e utensílios de cozinha (pequenos fogões de duas bocas, talheres, copos etc.).

É comum os grupos utilizarem as ruínas do hotel como lugar de acampamento, ou abrigo para quem está sem barraca. Mesmo existindo o risco de a obra ruir a qualquer momento, pois as colunas e vigas do lugar estão deterioradas, com ferros expostos e enferrujados - o que põe em risco os que ali se aventuram. É um local muito utilizado durante o dia, e também à noite por alguns aventureiros.

Escutei de um jovem que costuma acampar em Itapuama a confissão de que já havia dormido nas ruínas do hotel. Contou sua aventura sobre um dia em que foi acampar e esqueceu a barraca de *camping*, e o jeito foi dormir nas ruínas. Perguntei se ele não viu risco nisso. O jovem me respondeu que não, pois as opções, segundo ele, eram: dormir ao relento; voltar para casa ou se

---

20 Expressão usada por um grupo de jovens surfistas para se referir ao cigarro de maconha.

21 Essas ruínas se devem ao abandono de uma obra que dizem alguns moradores ser da década de 1970. A obra foi embargada pela Marinha e pelo IBAMA. Um morador disse que já houve até homicídio e estupro no local. À noite, o local é muito visitado por pessoas que vão ali para: se divertir; usar drogas ou até; manter relações sexuais.

acomodar nas ruínas. Resolveu ficar com a última opção e a aventura valeu muito, pois “(...) *foi vista para o mar, noite com céu estrelado, tudo de graça*”. Para ele, que não falava em risco, a aventura compensou, pois no dia seguinte ainda conheceu uma “*mina legal*”<sup>22</sup>, e se voltasse teria “(...) *perdido o melhor*”. A possibilidade de acontecer algo ruim nem foi cogitada. O que percebi é que, a aventura, segundo o jovem, é uma condição que possibilita vivenciar prazeres no momento, ou futuros, os quais poderia não ter vivenciado, caso não tivesse se arriscado ao dormir nas ruínas.

Outro dia, tinha chegado da Praia de Gaibu e estacionado o carro embaixo de uma árvore, em uma rua que dá acesso à Praia de Itapuama. Logo um senhor veio até mim, solicitando ajuda para socorrer uma jovem gestante que sentia muitas dores e precisava que alguém a levasse para a Unidade de Pronto Atendimento de Barra de Jangada (UPA). Coloquei-me à disposição e fomos juntos até onde se encontrava a jovem, que estava acompanhada por outra moça mais nova que ela. Por causa de sua situação, acabei levando-a ao Instituto Materno Infantil (IMIP), em Recife.

No no percurso puxei conversa com as duas jovens para saber mais detalhes sobre o que estava acontecendo. A gestante tinha 19 anos, estava no quarto mês de gravidez e sofrera uma queda. Em relação ao seu estado civil, se dizia “*amigada*”<sup>23</sup> com um rapaz de 29 anos, que segundo ela só queria saber de surfe e nada sobre trabalho. A jovem me contou suas desventuras, se mostrando muito revoltada com o companheiro, pois, ao sofrer a queda, pediu-lhe que a socorresse e o mesmo se negou, alegando não ser coisa para homem fazer. A jovem morava com o rapaz há quatro meses (mesmo tempo da gravidez), falava sobre o companheiro com muitos adjetivos negativos, demonstrando toda sua indignação com a atitude do companheiro e o descontentamento em relação a sua condição conjugal.

---

22 A gíria utilizada “*mina legal*” se refere a uma garota (jovem) ou mulher simpática.

23 Gíria utilizada para denominar que vive com o companheiro sem registro de casamento, civil ou religioso.



**FIGURA 11:** Grupo de surfistas (Praia de Itapuama – Ao fundo ruínas do hotel)



**FIGURA 12:** Rua da região sendo calçada.

No trajeto, a gestante pedia à amiga que ligasse para a casa de algumas pessoas conhecidas para tentar localizar o companheiro. Várias ligações foram feitas, nas quais perguntavam pelo rapaz e iam adquirindo informações sobre as andanças do mesmo. Informações desencontradas, uns informavam que ele fora surfar, outro já diziam que o jovem estava em uma farra com amigos ou talvez tivesse ido jogar bola.

A gestante se contorcia de dores a cada atualização das supostas aventuras do companheiro, arranjava novos adjetivos para o mesmo, não se importando de estar na minha presença pela primeira vez. Chegando ao IMIP, com a internação encaminhada, me despedi das duas, desejando boa sorte.

Esse episódio me provocou, no sentido de pensar a relação dos homens surfistas com o risco e a sexualidade. Tentado a conversar com o companheiro da gestante, algumas vezes que voltei a Itapuama sondei sobre uma jovem gestante que era companheira de um rapaz que costumava surfar (dizia até o apelido dele, pois tinha sido revelado por sua companheira), mas recebia respostas evasivas e desconfiadas, tipo: “*sei quem é não*”, “*conheço não*” ou, como escutei de um rapaz já aparentando mais que 30 anos, “*tem muitos surfistas por aqui cara... A gente não conhece todos não*”. Alguns, em atitudes mais desconfiadas, me perguntavam o porquê de eu estar procurando por esse rapaz, o que me levava a explicar que havia socorrido sua companheira e queria saber se estava tudo bem; mesmo assim, as respostas foram sempre negativas ou evasivas.

Parece haver um código de proteção entre os nativos e, por causa da desconfiança, por não me conhecerem direito, mostravam que não era aceito como alguém do lugar e não me forneceria informações sobre um “morador do local”. Percebia isso como uma estratégia de proteção, revelando ideias de rede de solidariedade, embasada por laços de amizade e pelo sentido da responsabilidade pelas consequências dessa informação (Paula Machado, 2007). Meio frustrado, acabei desistindo de localizar o casal.

Em Enseada dos Corais, nos últimos anos, houve grande aumento na construção de casas e no comércio em geral. A principal avenida local dá

acesso direto à rodovia PE-28, que durante muito tempo foi a via principal de acesso a todas as praias da região. Na área de Enseada dos Corais, ao circular pelas ruas, percebi que o fluxo é maior nas localidades já próximas à praia de Gaibu. Saindo de Enseada e seguindo a PE-28 em direção a Gaibu, se observa às margens da rodovia pequenos comércios: botecos, vendinhas, mercadinhos, lojas de materiais de construção, *pet shop*, borracharias, oficinas de conserto de eletro eletrônicos, oficinas de estofados, oficinas de conserto de celulares, cabeleireiros, barbearias etc.

Há também um posto de gasolina localizado já na divisa entre as duas Praias. Além do comércio, encontram-se também escolas, muitas residências, várias construções, inclusive pequenos prédios, geralmente de dois pavimentos. Nesses prédios se pode observar, pela quantidade de fardas estendidas nas varandas ou áreas de serviço, que ali residem **homens trabalhadores das empresas de Suape**.

Segundo uma comerciante local, por conta do empreendimento no Complexo de Suape, as propriedades nessas regiões rapidamente se valorizaram, com a chegada dos “homens das firmas” (trabalhadores das obras da construção da Refinaria de Suape). Muitos proprietários de imóveis e terrenos aproveitaram para reformar ou construir novas casas, ou várias quitinetes <sup>24</sup>, com o intuito de alugar para as empresas utilizarem como alojamentos para os trabalhadores. Apesar da grande procura por imóveis nessa região, é possível verificar muitos imóveis ainda desocupados e com placas de “aluga-se” ou “vende-se”. Algumas placas especificam: “aluga-se para empresa”.

Por algumas vezes parei em frente às escolas da região para observar a circulação dos estudantes no momento de saída da escola. Ali pude observar atos que se repetiam entre grupos de adolescentes. Era comum a reunião de grupinhos (apenas de meninos, apenas de meninas ou grupos mistos), onde movimentos de paqueras, provocações e brincadeiras sempre estavam presentes. Outra questão presente na interação desses grupos eram os desafios

---

<sup>24</sup> Pequenos apartamentos com apenas um cômodo, dividido por uma bancada que separa a cozinha da sala, contendo também um banheiro.

e jogos característicos de sedução que incluíam a tentativa de conquista da atenção das garotas, ou dos garotos, como também disputas aliada ao correr riscos para se chamar a atenção e/ou ganhar simbolicamente o *status* de corajoso.

Um dia, presenciei dois adolescentes disputando uma corrida de motocicleta na PE-28, bem em frente a uma das escolas (sem capacetes). Os outros (que viam a cena) gritavam empolgados incentivando a disputa. Essa observação me apontava outro grupo que poderia ser interlocutor da pesquisa, que se aproximava aos primeiros sujeitos que tinha pensado – o grupo de jovens estudantes.

Voltando ao que observei na área de Gaibu, uma mudança bastante evidente para quem já conhecia essa região há anos diz respeito ao aumento populacional, principalmente o crescimento da população masculina, por conta das oportunidades de emprego na área da construção civil que o empreendimento no Complexo de Suape proporcionou. Um grande contingente de trabalhadores, em sua grande maioria homens, se instalou na região, proporcionando também o reativamento do setor de serviços como um todo e gerando oportunidades de muitos outros empregos formais e informais.

Na Praia de Gaibu, já próximo à entrada principal da comunidade, percebe-se um aglomerado grande de pessoas exercendo atividades de trabalho informal. É fácil localizar vendedores ambulantes de cangas, artesanato, DVD piratas e alimentos diversos. Todos esses produtos dividem espaço nas calçadas e ruas (em frente ao Posto Policial local), disputando a atenção dos clientes com vários pontos comerciais, como: botecos, restaurantes, mercadinhos, lojas de moda praia, farmácias etc. Esta Avenida de Gaibu me deu a impressão, já nos primeiros momentos, de ser o coração da comunidade, sempre pulsante e ligado por várias outras vias de acesso. Todos, de alguma forma, circulavam por essa avenida, dia e noite. É um lugar barulhento, principalmente nos finais de semana. Alguns *botecos* instalados nesse local funcionam principalmente à noite, quando recebem grande aglomerado de pessoas, majoritariamente homens.



**FIGURA 13:** Rua da região sendo calçada



**FIGURA 14:** Detalhes externos de um alojamento (fardas estendidas)



FIGURA 15: Anúncio de “Aluga-se casa para empresa”



FIGURA 16: Faixa oferecendo casas para alugar para empresas.

Esse é um local considerado *point* de encontros, onde ocorrem paqueras, *pegação*<sup>25</sup> e muitas conversas regadas a música (brega, funk, calipso ou forró eletrônico) e onde, às vezes, também ocorrem discussões e brigas. Durante a noite, nos finais de semana (sexta-feira, sábados e domingos), o comércio informal cresce com a instalação de carrinhos de espetinhos, vendedoras de acarajé<sup>26</sup>, salgados diversos e bebidas especiais (caipifrutas)<sup>27</sup>. Essas barraquinhas ficam cheias de pessoas interagindo animadamente ao som das músicas, que não param de tocar.

Observa-se quantidade bem maior de homens que de mulheres; as paqueras são disputadas em jogos de conquista, inclusive a utilização do poder econômico, empregado como tática. Os homens se oferecem para pagar bebidas e petiscos<sup>28</sup> para as mulheres, com o intuito de atrair sua atenção e, quem sabe, conseguir companhia para toda a noite. Essas festas atravessam a madrugada e só acabam quando aparecem os primeiros raios de sol.

Ainda sobre a reativação de negócios locais, vejamos o caso das pousadas da região. Houve uma época, em anos não tão distantes (cerca de seis ou sete anos), que várias das pousadas instaladas nessa região estavam quase fechando. Algumas delas só funcionavam bem em períodos de férias (alta estação). Porém, com a instalação das obras da Refinaria de Suape, muitas empresas recorreram às pousadas, firmando contratos para que essas fossem utilizadas como alojamentos para receber os operários vindos de outros Estados ou de cidades do interior de Pernambuco.

---

25 Expressão utilizada por alguns frequentadores locais e significa dizer que acontece interação entre casais, com beijos, abraços, carícias e que podem progredir para o sexo, mas, em princípio, sem compromisso de namoro.

26 Comida de origem afro brasileira, muito comum na culinária baiana. É feito de massa de feijão-fradinho, cebola e sal, frito em azeite-de-dendê e, geralmente servido recheado com vatapá (outra comida de origem afro brasileira), pimenta e camarão seco.

27 Bebida feita com suco de frutas (morango, uva, laranja etc.), gelo picado, açúcar (em alguns casos leva leite condensado) e vodka (é uma adaptação da caipiroska ou caipirinha, essa feita com os mesmos ingredientes, mas nesse caso, a única fruta utilizada é o limão).

28 Geralmente churrasquinho no espeto, mas também oferecem opções de pratos que o boteco que estejam tenha como opção.

O dono de uma pousada em Gaibu me disse que há anos estava trabalhando no vermelho, quase fechou seu estabelecimento, mas com o contrato que fechou com uma dessas empresas de Suape conseguiu equilibrar as contas e, atualmente, está investindo na ampliação da pousada, com o objetivo de “*ter espaço para receber mais trabalhadores*”. Sua pousada, por enquanto, funciona exclusivamente para atender ao contrato da empresa, não recebendo mais turistas até o final do contrato.

Os moradores citam com frequência o aumento da violência, do tráfico de drogas, dos assaltos e mortes. Os próprios trabalhadores destacam que houve um período, ainda no início das obras de Suape, em que estava ocorrendo muitas mortes de trabalhadores “baianos” (vindos realmente da Bahia). Segundo os trabalhadores dos alojamentos, essas mortes aconteceram porque “*os baianos são mais afoitos e gostam de mexer com a mulher dos outros*”.

Essa é uma opinião repercutida por muitos dos que conversei, inclusive os moradores locais. Certo dia, o dono de uma pizzaria em Gaibu disse-me o seguinte: “*Tem alguns baianos gente boa, mas tem muitos que são anarquizeiros*<sup>29</sup>. *A maioria dos problemas de morte que acontece por aqui, envolvendo gente de fora, quando vai ver quem morreu, é um baiano...*”. Inquirido por mim por que ele achava que acontecia isso, ele me respondeu: “*porque são muito folgados, (...) mexem com a mulher dos outros e se acham os tampões*”.

Outro dia, um trabalhador do setor administrativo de uma das empresas responsáveis pela construção da refinaria me informou que a Petrobrás, no meio do ano de 2012, apresentou um relatório às empresas, onde informava que, desde o início das obras da refinaria, 49 (quarenta e nove) trabalhadores procedentes de outros estados haviam sido assassinados. Dessas mortes, 36 eram de trabalhadores naturais do Estado da Bahia.

Pelas histórias que escutei, parece haver indicativos, nos discursos proferidos, de elementos simbólicos compostos por preconceito e rivalidade contra o “baiano”, como também a reprodução de elementos do pensamento

---

29 Expressão utilizada por ele para dizer que esses eram anarquistas como sinônimo de “bagunceiros”.

machista. O que leva a pensar sobre a questão das mortes como reflexo cruel dessa cultura machista, onde os que morrem são referidos como os culpados.

Nossa cultura estabelece uma ordem simbólica que incentiva os homens a responderem de forma violenta e agressiva à resolução de conflitos, principalmente quando o assunto remete a questões da honra masculina (infidelidade). Por um lado, embora causadora de vários tipos de violência, a infidelidade masculina é valorizada; por outro, a infidelidade é repreendida. Isso evidencia os traços da dominação masculina e compõe um cenário amplo de violências, seja física, psicológica e/ou simbólica, principalmente contra as mulheres. Além de promover consequências trágicas, tanto para as mulheres, quanto para os homens de formas distintas.

Foi nesse cenário complexo que identifiquei as condições ideais para empreender minha curiosidade científica, assim, munido das teorias que adotei para a leitura do campo, guardando também certo ideal romântico de modelo etnográfico de pesquisa, partir para a aventura de me fazer etnógrafo.

## **1.5. SOBRE AS OPÇÕES METODOLÓGICAS E O DESEJO ROMÂNTICO**

Definir o tipo de abordagem que utilizaria para o trabalho de campo foi um tanto angustiante. Desejava realizar uma pesquisa aos moldes das clássicas etnografias, pois guardava o desejo romântico de realizar a pesquisa com a utilização da observação participante da forma preconizada por Malinowski (1976), seguindo as três regras sugeridas pelo autor do “Argonautas do Pacífico Ocidental”: guiar-se por objetivos verdadeiramente científicos e conhecer as normas e critérios da etnografia moderna; providenciar boas condições para o trabalho (inclusive viver efetivamente entre os nativos), e; recorrer a certos números de métodos especiais de recolher informações (diário de campo, mapas etc.).

Porém, o tempo previsto para a realização da pesquisa, além de outras questões que me acometeram<sup>30</sup>, não me possibilitaram utilizar a observação participante na forma clássica. Optei então por utilizar dois métodos de registro

---

30 Por questões de saúde, no início do ano de 2012 fui obrigado a ficar afastado durante alguns meses

e coleta de informações mais próximas ao que desejava, adaptando a forma clássica no item “viver efetivamente entre os nativos”. Assumi o compromisso de visitar regularmente a região, como também dormir alguns dias na localidade. Fechada esta questão, ficaram assim minhas opções metodológicas: a) Observação participante, e; b) Entrevistas semiestruturada.

Empreendi observações sistemáticas realizadas durante as idas ao campo, com regularidade de duas ou três vezes por semana, sendo algumas visitas com dormidas locais. Ao todo estive em campo durante 40 dias, no período de junho a setembro de 2012, com regularidade média de oito horas de permanência, distribuída em vários momentos.

Havia dias em que chegava por volta das 09h e retornava a minha residência às 19h. Outros dias chegava por volta das 15h e só saía da região às 21h. Pernoitei na comunidade duas ou três vezes ao mês, o que me possibilitou observar a dinâmica do que ocorria nas festas durante toda a noite, como também pude observar a saída dos trabalhadores para as empresas logo pela manhã (entre 05h e 06h). Dormi na localidade por 13 noites.

Ainda entre os meses de outubro a dezembro, tive que ir ao campo entre duas e três vezes ao mês, período em que consegui realizar as entrevistas semiestruturada. Somando-se aos 40 dias de trabalho de observação em campo, incluem-se outros 10 dias de visitas às empresas e outros 6 dias para realização das entrevistas, onde também tive oportunidade de participar de momentos de lazer e integração nos alojamentos, como jogos de dominó e churrascos. Ao todo, foram 56 dias de convívio e observação do cotidiano desse grupo.

Nas idas a campo, circulei por áreas de lazer onde ocorrem interações entre os homens (bares, praças, campos de futebol, praia etc.) e também em ruas diversas. Procurei interagir com os sujeitos e realizei entrevistas e

---

de algumas atividades. Mas, outras questões também influenciaram na decisão de não fazer a observação participante clássica, tais como: a) poucos recursos financeiros para garantir estadia permanente na região; b) obrigações para além de pesquisador, como a condição de ser pai de uma criança, que implica, para mim, prazer e responsabilidades compartilhada com minha companheira, tais como: i) o cuidado da nossa filha, e; ii) a necessidade da presença e da participação na vida cotidiana da criança.

diálogos informais, observando ações e fazendo anotações rápidas em uma pequena caderneta (caderneta de campo), que depois foram transcritas com mais detalhes para o “diário de campo”. Essa foi a forma que encontrei para adaptar a observação participante. Mesmo sem seguir a forma clássica, atendi a quase todas as recomendações clássicas da etnografia. Essa metodologia me possibilitou uma ampla convivência com os interlocutores e me fez perceber particularidades do contexto social, o que não me seria possível apenas com a realização das entrevistas.

Reconheço que a não convivência efetiva entre os sujeitos trouxe algumas dificuldades de inserção; certo nível de atitudes de desconfiança em relação a me fornecer/conceder informações sobre suas vivências perduraram por um tempo maior. Acredito que levaria menos tempo em conseguir determinadas informações, inclusive para conseguir as entrevistas, caso tivesse residido efetivamente durante certo período na região. Assim, sem a adoção dessa estratégia, a aceitabilidade para realizar as entrevistas foi mais lenta e só foi possível com a ajuda de um trabalhador de Suape, que me foi apresentado por uma amiga da região. Conhecê-lo foi essencial para realizar as entrevistas com outros trabalhadores, que abordarei mais adiante.

Para realizar a leitura do cotidiano desses sujeitos em seus diversos espaços de interação, adotei metaforicamente o conceito de *moldura do teatro*, essa construída a partir de uma *performance* (Goffman, 1986). De acordo com Geraldo Martins Júnior (s.d.), em seu artigo “Performance e análise de molduras: a contribuição de Erving Goffman para o teatro”, o conceito de moldura do teatro serve como “um arranjo que converte um ou mais indivíduos em performers e outros indivíduos em espectadores”. Nessa perspectiva, cria-se imaginariamente “uma linha divisória separando o palco da plateia”, e aquilo que acontece no palco, conforme Goffman (1986, p. 124-155) “é algo que pode ser visto por todos os lados e em toda a sua extensão, sem ofensa”. Assim, a performance é vista aqui como uma maneira específica de articular a interpretação sobre o que ocorre e utilizada como modelo de compreensão social.

Imbuído por essas ideias, realizei minhas incursões empregando a observação participante também em algumas das empresas terceirizadas responsáveis pelas obras da Refinaria Abreu e Lima. É nessas empresas onde trabalhavam os sujeitos da pesquisa.

Vale destacar que as visitas ao local de trabalho desses sujeitos foram facilitadas pela Organização Não Governamental (ONG) Instituto Papai. Essa instituição é uma das organizações parceiras da UFPE no projeto “Diálogos Para o Desenvolvimento Social em Suape”. O Instituto Papai ficou com a responsabilidade de realizar intervenções e campanhas com foco nas questões de saúde, prevenção a violência e ao uso abusivo de álcool e outras drogas, realizando ações educativas voltadas para os homens trabalhadores dessas empresas.

Conhecendo a equipe responsável, procurei a coordenação do projeto na instituição, informei sobre os objetivos da minha pesquisa e pedi autorização para acompanhar as visitas às empresas. Como já era conhecido pela instituição<sup>31</sup>, não tive dificuldade em conseguir a autorização para acompanhar a equipe como pesquisador voluntário, comprometendo-me a manter o diálogo com a mesma, contribuir nas atividades desenvolvidas e enviar relatórios que pudessem auxiliar o trabalho da ONG. Com isso, ainda no mês de setembro passei a acompanhar as visitas às empresas responsáveis pela construção da Refinaria Abreu e Lima.

Participei ao todo de 10 visitas, sendo sete a empresas, duas participações em reuniões onde estavam presentes representantes de várias empresas ao mesmo tempo e uma visita a um dos alojamentos. O alojamento visitado foi de uma das empresas que tem grande contingente de operários (acima de cinco mil homens) e, nesse alojamento, cogitei realizar entrevistas com trabalhadores de lá. Porém, percebi que a forma como cheguei a esse alojamento (via empresa),

---

31 Fui educador e pesquisador no Instituto Papai e o tema da minha pesquisa tinha ligação direta com as ações que a instituição desenvolvia no projeto, de certa forma tinha muito a colaborar. Assim, havia um interesse mútuo, pois, da mesma forma que podia colaborar com a ONG, a instituição me propunha uma forma direta em acessar o local de trabalho onde os sujeitos da pesquisa interagiam por outras motivações.

não seria a melhor para me proporcionar aceitabilidade e confiança por parte dos operários. Por causa de questões que, inclusive, tinham a ver com as representações e tensões entre as empresas e os trabalhadores (que se revelariam mais tarde para mim). Se tivesse escolhido essa forma de acessar os trabalhadores no alojamento, no imaginário dos trabalhadores, sabendo que eu chegava a eles com autorização das empresas, corria o risco deles me posicionarem como um fiscal da empresa. Essa desconfiança, posteriormente, se comprovou em conversas com trabalhadores de outro alojamento.

Nas visitas às empresas terceirizadas, pude conhecer o canteiro de obras, refeitórios e espaços de convivência dos trabalhadores; tive também a oportunidade de conseguir informações sobre os operários alocados nos alojamentos, escutar fatos e histórias. Foram várias as informações sobre violências, humilhação de um trabalhador na frente dos colegas (episódio envolvendo uma travesti e serviço sexual que não foi pago), drogas, questões sobre a família, referências sobre riscos no cotidiano dos homens alojados e as práticas sexuais. Verifiquei as condições e as regras dos alojamentos, formas de vigília aos comportamentos dos trabalhadores alojados e depois comparei como se dá essa configuração simbólica do alojamento com os trabalhadores (residência/trabalho).

Nos refeitórios e espaços de convivência, presenciei momentos específicos do convívio dentro nas empresas, tais como: a entrada nos refeitórios (as disputas para ser um dos primeiros a acessar o local); assédio às trabalhadoras (em algumas empresas, as mulheres ficam em filas separadas dos homens); diálogos acalorados sobre vários assuntos (futebol, mulheres, trabalho, religião etc.) e a interação naqueles espaços.

No contato com as empresas tive acesso a informações valiosas sobre os trabalhadores: condições, normas e regras do trabalho (faltas, folgas, treinamento etc.); quantitativo de operários homens por empresa; quantitativo de pessoas alojadas e sistema de folgas.

A outra opção metodológica adotada nesse estudo foi a realização de entrevistas semiestruturadas. Optei pelo modelo por entender que esse

facilita a apreensão de dados objetivos e subjetivos dos sujeitos da pesquisa. De acordo com Minayo (2010), a entrevista é um diálogo entre dois ou mais interlocutores e permite a construção de informações pertinentes ligadas ao tema da pesquisa, que é o objetivo da investigação do entrevistador.

Mas realizá-las não foi nada fácil. Foi necessário persistir nas tentativas, refletir sobre os erros de abordagem e buscar outros caminhos. Até que consegui grande ajuda de uma moradora local, o que me possibilitou concretizar as entrevistas. A demora atrasou o andamento da escrita da dissertação, mas considero que valeu todo o esforço. As entrevistas foram de grande utilidade para pesquisa, pois pude interagir e acessar informações que não tinham aparecido ou que eu não havia percebido na observação participante.

Para realizar as entrevistas, procedi com os seguintes passos: a) elaborei um pré-roteiro (debatido com a orientadora); b) apliquei duas entrevistas a dois operários em situação de alojamento; c) analisei os conteúdos (percebi que o roteiro funcionava, fiz apenas pequenos ajustes incluindo sugestões da orientadora), e; d) apliquei o novo roteiro a outros quatro trabalhadores alojados (fiz a complementação do roteiro inicial).

Porém, como falei anteriormente, realizar as entrevistas não foi uma tarefa tão fácil como eu pensava anteriormente. Por várias questões ligadas à aproximação com os sujeitos da pesquisa, a relação de confiança foi sendo construída com lentidão. Das primeiras tentativas de acesso aos alojamentos ao momento onde me senti aceito de uma forma que pudesse conversar mais à vontade com os alojados, sem a representação das empresas, foram cerca de quase quatro meses de tentativas.

Algumas vezes, as entrevistas eram marcadas e quando eu chegava ao alojamento, o entrevistado tinha saído sem deixar nenhum recado. Outras vezes, diziam para esperar alguns minutos por eles em determinado lugar (geralmente num bar) e acabavam não aparecendo. Escutei também muitas desculpas e argumentações, tipo: “*eu não falo bem*”, ou “*veja outro, depois você*

*volta e me entrevista*” etc. Esse processo só avançou quando fui apresentado a Toni<sup>32</sup>.

Toni é um dos trabalhadores de Suape que reside na comunidade de Gaibu. Conheci esse trabalhador por causa uma amiga (moradora local) que, sabendo do meu interesse em entrevistar homens trabalhadores de Suape e das dificuldades que estava enfrentando, prontificou-se a ajudar, apresentando-me a esse informante e, de fato, a ajuda foi providencial. Expliquei a Toni sobre a pesquisa e ele se mostrou bem disponível para ajudar.

Levou-me a dois alojamentos e falou com alguns trabalhadores, apresentando-me como seu amigo. Além disso, foi o primeiro a me conceder entrevista. Na apresentação, expliquei os objetivos da pesquisa que estava realizando, a importância dela e porque eu precisava das entrevistas com os trabalhadores.

Com a referência de ser “amigo de Toni”, ou seja, amigo de um trabalhador de Suape, os outros passaram a me acolher de forma diferente. Combinaram horários mais propícios e se colocaram mais disponíveis para conceder as entrevistas. Assim, realizá-las ficou mais fácil, e quando chegava ao alojamento não mais escutava a referência de que era o “pesquisador da universidade”, passando a escutar “*é o amigo de Toni que está fazendo uma pesquisa*”. Passei a ser posicionado em outro status simbólico, o que me concedeu certa credibilidade para o diálogo com esses homens.

Tive aí a certeza de que, como já dito anteriormente, se tentasse fazer as entrevistas com a mediação das empresas, muito provavelmente não teria o mesmo sucesso. Como a desconfiança seria bem maior, corria o risco de ser posicionado no lugar de “um pesquisador da empresa”, o que, muito provavelmente, seria mais perigoso do que ser um “pesquisador da universidade”.

---

32 O nome foi trocado para manter o sigilo e o anonimato do mesmo. O mesmo procedimento foi adotado em relação aos outros sujeitos entrevistados.

Além das entrevistas, tive a oportunidade de participar de momentos de socialização: jogos de dominó, churrascos improvisados<sup>33</sup> e rodas de conversas coletivas informais, nas quais falavam sobre como as empresas sondavam na comunidade suas ações e atitudes, regulavam suas condutas por meio de avisos, faziam visitas não programadas, vistorias e advertências. Falaram sobre os arranjos que faziam para driblar as normas da empresa (de não levar mulheres para os alojamentos, por exemplo), saudades das famílias, especificaram as dificuldades da vida do “pião”; os relacionamentos amorosos dos “outros”, as vantagens, as desvantagens e as características da identidade do ‘Pião Trecheiro’, aquele que “*vive a vida a rodar, não para*”.

Assim, com os objetivos em mente e embasado com as teorias e metodologias que me orientaram no campo, fui construindo meu percurso com as dificuldades e estranhamento característicos do fazer antropológico. Por muitas vezes, essas dificuldades me levaram a ter que readaptar de forma criativa percursos, horários de circulação e estratégias de interação, para poder lidar com a desconfiança, os imprevistos e o estranhamento do outro, além do meu próprio. Reconhecia, assim, que a riqueza dessa disciplina “parece ser justamente esse seu caráter experimental e artesanal” (Bonetti e Fleischer, 2007, p. 26).

## **1.6. OS SUJEITOS DA PESQUISA**

Na sequência, apresento os sujeitos da pesquisa, e mais detalhadamente aqueles que me concederam as entrevistas a partir do roteiro elaborado. Sobre os outros sujeitos, que serão citados no decorrer do trabalho, farei uma rápida descrição/caracterização. Com esses interagi no cotidiano do campo, nos diversos espaços de interação e sociabilidade.

---

<sup>33</sup> Nesses churrascos, a bebida alcoólica sempre estava presente; como bebo pouco e não desejava correr o risco de não conseguir dialogar com os sujeitos, aceitava uma latinha de cerveja, dava poucos e espaçados goles na bebida e interagia com o grupo, procurando observar as conversas, perguntando e interagindo de forma discreta. Essa interação durava em torno de duas ou três horas e, quando chegava a hora que ia embora, geralmente só de havia consumido no máximo duas latinhas de cerveja. Os trabalhadores sempre diziam que eu era fraco para bebida, mas sempre me convidavam para retornar para outros churrascos.

Uma informação importante é que, para os sujeitos formalmente entrevistados, que assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, criei nomes fictícios para preservar seu anonimato. Outros que serão citados na descrição de algum evento não serão nomeados, senão de forma genérica; quando necessário, farei apenas a referência em relação ao lugar que ocupam na cena, por exemplo: “comerciante local”, “trabalhador informal”, “amigo de”, “jovem trabalhador da cidade tal” etc.

Tive a oportunidade de dialogar e conviver diretamente com mais de 60 homens, sem contar a interação com os vários operários nas visitas que realizei nas empresas, acompanhando o Instituto Papai. Por vezes, minha interação com os homens, nas empresas, era muito mais de observação mesmo, os diálogos com os trabalhadores nesse ambiente, quando tinha oportunidade, eram muito rápidos e as conversas mais detalhadas foram travadas com outros funcionários, muitos deles dos setores administrativos. Mesmo assim, é importante frisar que essas observações foram bastante interessantes para refletir questões do cotidiano dos operários, dentro e fora do ambiente de trabalho.

Em primeiro lugar, apresentarei os sujeitos que me concederam as entrevistas:

- Toni tem 48 anos, se considera branco, já residiu por quase dois anos em um alojamento em Gaibu. Há cerca de seis meses conseguiu trazer a esposa para morar com ele em uma casa alugada na mesma localidade. Está no segundo casamento; tem dois filhos já adultos e sua atual esposa também tem dois filhos adultos. É natural da cidade de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Exerce a função de encarregado de equipe na obra, é bem referendado entre os outros trabalhadores, que o tratam com bastante respeito. Diz que já vive há muito tempo nessa vida de “Pião de trecho”, é o que sabe fazer e gosta da sua profissão. Já trabalhou em muitos lugares do país, diz gostar de conhecer outras culturas. Já foi de aventuras com outras mulheres, mas a maturidade

lhe trouxe benefícios que não troca pela vitalidade da juventude. Seu principal passatempo é ir ao Centro Espírita (Kardecista) que tem na região. Gosta também de ir à praia em dias de folga, não dispensa uma boa conversa e gosta de tomar umas cervejas nos finais de semana;

- Miro tem 46 anos, se considera pardo, reside em um alojamento em Gaibu há pouco mais de um ano. Divide o alojamento com três trabalhadores. É natural da cidade de Araripe, no Estado do Maranhão. Aos 12 anos foi morar na cidade de São Luís, local onde reside sua esposa e filhos, que são três e todos jovens. Exerce um cargo de liderança, é chefe de equipe, mas chegou como encanador industrial e em pouco tempo foi promovido. Casado com sua companheira há mais de 24 anos, já rodou por vários Estados brasileiros por causa do trabalho e diz que está acostumado com essa vida. Só consegue ter contato presencial com a família nas folgas de campo, pois a empresa paga a passagem aérea para que vá a sua cidade. Diz que às vezes é necessário dar umas saídas para “aliviar a tensão”, pois, segundo ele, um homem não consegue passar tanto tempo sem mulher; porém não troca sua esposa por mulher nenhuma. Tem como principal passatempo assistir a filmes em DVD e cozinhar. Gosta de tomar umas cervejas com os amigos, nos finais de semana principalmente, nessas horas, bebe até enquanto aguentar;
- Joel tem 35 anos, se considera branco, reside no alojamento de Gaibu há mais de três anos. Divide o alojamento com três trabalhadores. É natural da cidade Guadalupe, no Estado do Piauí. Trabalha como mecânico montador. Diz sentir muita falta da família, mas considera que morar em alojamento não é “tão ruim”, o pior é estar distante da família. É casado e tem uma filha de seis anos. Há cerca de quinze anos vive nessa vida de ‘Pião Trecheiro’ e já trabalhou em outras regiões no Brasil. Só consegue ver a família nas folgas de campo. Não gosta de sair e tem como passatempo preferido assistir a filmes e jogar futebol.

É religioso e diz que mulher, só a dele. Diz não julgar a vida dos outros companheiros, mas não se envolve com o que eles fazem;

- Diniz tem 47 anos, se considera preto, a “*cor que todos querem ter*”, segundo ele. É carioca da cidade de Niterói, nascido e criado lá. Mora no alojamento de Gaibu há mais de três anos, onde divide o espaço com três outros trabalhadores. É instrutor de solda e diz gostar do que faz. Tem quatro filhos, três no Rio de Janeiro e um na Bahia - todos de relacionamentos diferentes. Atualmente vive com uma carioca, diz ter um casamento informal (consensual). Gosta de beber, às vezes só, mas geralmente acompanhado. Não dispensa uma boa conversa, gosta de curtir a praia, jogar bola na areia, passear pelas cidades vizinhas e diz que diversão é com ele mesmo. Afirma que, nas conversas regadas a bebidas alcoólicas, o assunto que mais mobiliza os homens é referente aos relacionamentos com as mulheres. Afirma que as mulheres da região se aproximam dos trabalhadores de outras regiões por interesse. Acredita que alguns homens se envolvem com essas mulheres porque passam muito tempo longe de suas esposas e diz que todo homem precisa de sexo, não podendo passar muito tempo sem;
- Gael tem 33 anos, se diz pardo e é natural de São Luís do Maranhão. Já trabalhou no Estado do Pará e no próprio Maranhão. Agora está em Pernambuco, morando no alojamento de Gaibu há cerca de um ano. Divide o espaço com três trabalhadores. Veio de outro alojamento, onde dividia o local com outros cinco homens. Está nessa vida de ‘Trecheiro’ há cerca de seis anos e exerce a função de soldador. É solteiro, mas está noivo de uma moça que reside em sua cidade natal. Só consegue ver a família no período da folga de campo. Diz não gostar muito de sair, não é de beber muito e quando sai para beber é acompanhado por alguns poucos amigos. Fala que, de acordo com o que observa, as pessoas que vêm de outros Estados não respeitam muito as mulheres locais, principalmente os baianos. Afirma que o

homem só consegue ficar sem transar no máximo por três meses; mais que isso, o *stress* é grande;

- Breno tem 24 anos, se diz pardo. É da cidade de Aracaju, Sergipe. É formado em Geografia, com pós-graduação em meio ambiente. Já deu aula em escolas públicas, mas o ofício de professor foi decepcionante por causa do baixo salário e da desvalorização da profissão de educador. Há pouco mais de três anos abandonou a antiga profissão, fez curso de mecânico industrial e arranjou emprego na indústria. Por causa do pai de sua namorada, que já levava a vida de ‘Pião Trecheiro’, resolveu vir trabalhar na obra da Refinaria e está adentrando nessa vida. É noivo e pretende casar-se em breve, mas como professor, na sua cidade, via que não teria condições de realizar esse desejo. Mora no alojamento de Gaibu há cerca de dois anos. É a primeira vez que reside em alojamento e divide o espaço com outros três companheiros, todos mais velhos que ele - inclusive o pai de sua noiva. Diz que enfrenta problemas em relação à falta de higiene dos outros alojados. Exerce a função de mecânico montador. Gosta de beber, mas quando bebe fora do alojamento procura não exagerar. Declara frequentar os bares locais, ir a festas e paquerar com as mulheres da região, mas só as bonitas. Afirma transar com as mulheres locais só com o uso da camisinha, pois, relação sexual sem preservativo só com sua namorada. Do trabalho que exerce hoje, não pode dizer que gosta, porém o lado financeiro é o que contou para decidir se dedicar a essa vida.

Destaco que as observações que empreendi na pesquisa, englobaram uma quantidade bem maior de trabalhadores com muitas coisas em comum, mas dois elementos destacaram-se: 1. todos residiam em alojamentos ou em casas alugadas pelas empresas (situação também considerada uma condição de alojamento), e; 2. são todos oriundos de outras regiões (outro Estado ou cidades do interior de Pernambuco).

A variação das idades é grande; porém, a maioria dos trabalhadores com quem convivi estava na faixa etária dos 22 aos 50 anos. Outras coisas em comum: a) longo tempo que passam sem contato presencial com a família, e; b) utilizam o celular para manter contato diário com os familiares e amigos.

Uma das formas de interação muito comum adotada nos alojamentos são os jogos de dominó e os churrascos, que dizem ser improvisados (sem combinação prévia), mas feitos com certa regularidade. Muitos dizem frequentar boates (pontos de prostituição) à procura de sexo. Alegam, em geral, que as profissionais do sexo são mais confiáveis que muitas mulheres locais, pois manter uma relação com moradoras locais por muito tempo pode levar a intimidade e gravidez, ambas não desejáveis.

As vivências desses sujeitos produzem uma representação de “homem trabalhador de trecho”. Essa representação é revestida de valores e significados que se integram à forma como esses homens se relacionam com o mundo. A vivência sexual também media essas representações que estruturam a construção da identidade social dos ‘Piões Trecheiros’ - ou trabalhadores de trecho - que, como elucida Cornélia Eckert (1995), conforma um estilo de vida e define um *habitus* para o grupo.

Esses aspectos são retratados ao longo desta dissertação, e se apresentam no cotidiano do grupo por meio de dois elementos importantes na vida dos homens: trabalho e sexualidade. Não pretendo elucidá-los como elementos fixos, padronizados, mas ao levantá-los, pretendo promover uma reflexão de como risco, trabalho e sexualidade podem estar correlacionados a partir da dinâmica social empreendida no convívio dessas pessoas naquela região.

## **GÊNERO, MASCULINIDADES, RISCO E SEXUALIDADE: REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA PENSAR OS HOMENS TRABALHADORES**

As questões debatidas aqui procuram destacar as ideias, teorias e caminhos adotados na pesquisa para pensar como os homens trabalhadores de Suape em situação de alojamento relacionam o risco em suas vivências, e como se dá essa questão pelo enfoque da sexualidade. Para isso, levo em conta a relação dos sujeitos com o trabalho e fora dele, pois, a meu ver, compreender como pensam risco e entender se essa questão está presente ou não nas suas práticas sexuais deve ser feita por meio de suas experiências nos diversos espaços de convívio - rua, casa/alojamento e trabalho.

Adoto uma leitura a partir do enfoque de gênero e, ao trabalhar com o conceito, parto do entendimento de que gênero é “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (Scott, 1995, p. 5). Entendo, assim, que essa é “uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (Scott, op. cit.).

Trabalhar com gênero possibilita aliar a ideia da construção social como um dos mecanismos pelos quais se pode refletir a perspectiva construtivista. A perspectiva relacional nasce como uma crítica à ideia de oposição e de universalidade de estruturas (Levi Strauss). Assim, utilizar gênero de uma forma relacional implica procurar as várias formas de interações presentes nos processos sociais. Isso significa dizer que é possível identificar formas de interação em múltiplos contextos, não apenas a partir da oposição binária homem/mulher. As relações não são necessariamente de oposição; podem aparecer como relações de complementaridade, de superposição,

de continuidade, e também como relações de poder, mas enfatizo que nem sempre implica em relações de poder.

No presente estudo, gênero é utilizado como categoria que possibilita perceber de que forma as diferenciações sociais entre homens e mulheres implicam no modo como as características sexuais são compreendidas e representadas (Louro, 1997). Neste capítulo trago alguns elementos a partir dos esforços de alguns estudiosos de diversas áreas, mas principalmente da Antropologia, para destacar a importância do conceito de gênero para os estudos acadêmicos, inclusive os estudos das masculinidades.

Trabalhar com a perspectiva de gênero significa fazer uma escolha reconhecendo que toda produção de conhecimento é limitada por questões ideológicas e situacionais. Por isso, ao adotar essa postura evidencio um posicionamento a partir da reflexão teórica com a qual me identifico. As reflexões elaboradas neste estudo servem para analisar como a ciência está ligada a um sistema de crenças, “também imbuído de categorias de pensamento e interpretações limitadas e circunscritas culturalmente e historicamente, e, certamente condicionadas pela dimensão de gênero” (Tornquist, 2007, p. 49). Assim, podemos pensar que, ao analisar qualquer grupo social, assumimos um posicionamento ideológico como forma de pensar os conceitos e argumentar nossas ideias.

Seguindo este caminho teórico, exploro elementos para pensar a sexualidade e os homens, tendo como uma das referências principais os estudos de Richard Parker. Elucido logo em seguida o conceito de risco nas ciências sociais, focando alguns autores que se debruçaram sobre essa questão. Em especial, me utilizo da teoria cultural da percepção de riscos formulada pela antropóloga Mary Douglas, entendendo-a como uma formulação relevante para a pesquisa, por possibilitar transitar entre os conceitos de gênero e sexualidade.

Trago também referências e reflexões teóricas sobre o trabalho, com base em estudiosos que promoveram releituras da teoria de Marx, segundo as quais, o trabalho se configura parte importante do contexto social nas sociedades

contemporâneas e relaciono essas referências à questão das masculinidades.

Enfatizo que os elementos abordados referentes ao trabalho são determinantes para pensar a condição dos sujeitos pesquisados, pois no contexto dos homens trabalhadores, o trabalho aparece como peça fundamental para as reflexões que pretendo empreender.

## **2.1. MASCULINIDADES E OS ESTUDOS DE GÊNERO**

Ao realizar um balanço sobre a produção que engloba o uso do conceito de gênero, verifica-se que esse é utilizado em duas direções principais: enquanto sinônimo de estudos sobre mulheres, e enquanto categoria analítica (Scott, 1995)<sup>34</sup>.

Há grande produção de estudos de gênero na Antropologia. O interesse dessa disciplina pelos estudos que investigam a diferença sexual e seus significados não é recente, remontando os primórdios da formação clássica da Antropologia e, como cita Gonçalves:

Este interesse pode ser periodizado em dois momentos distintos: num primeiro momento, o da Antropologia Clássica encontra-se uma reflexão sobre a distinção entre os sexos nos trabalhos de Morgan e Malinowski. Bateson e Mead também colaboram com contribuições específicas para se pensar a diferença sexual e a sexualidade enquanto construções sociais que diferem culturalmente. Em um segundo momento, início dos anos 70, surgem os trabalhos informados pela crítica feminista que problematizam os aspectos políticos da diferença sexual, assim constituindo um campo específico para os 'estudos de gênero' no interior da Antropologia. (Gonçalves, 2000)

Na década de 1970, surgiram trabalhos que constituíram gênero como um campo privilegiado de debates, o que possibilitou, de acordo com Gonçalves (2000), a montagem de coletâneas importantes que “marcaram novas posições

---

34 Para maiores detalhes ver: Medrado, 1997; Gonçalves, 2000; Ferreira, 2012; Portella et al., 2004.

teóricas e metodológicas na abordagem da questão”<sup>35</sup>. Essas coletâneas sobre o tema trouxeram importantes contribuições para os estudos de gênero, e posições assumidas em alguns artigos fomentaram reflexões essenciais para o campo.

Por exemplo, na primeira coletânea encontra-se um artigo, hoje considerado clássico, intitulado “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a mulher?”, onde a autora, Sherry Ortner (1979, p.114), parte do pressuposto de que a opressão da mulher é um fato universal e “pan-cultural”; ela segue explicando a dominação masculina por meio da argumentação de que todas as culturas fazem da mulher um ser ligado à natureza, em contraste com o homem, que, segundo a autora, é visto como ocupando “o importante território da cultura”. A autora do artigo define “cultura” como uma noção de consciência humana através da qual “a humanidade procura garantir o controle sobre a natureza” (Ortner 1979, p.100).

É importante frisar que à época do artigo, o contexto era marcado pela influência do pensamento estruturalista que, em seu arcabouço teórico, buscava enfatizar o caráter universal das estruturas - argumento que exerceu muita influência nas pesquisas realizadas na década de 1970 e posterior também (Santos, s.d.). Assim como Ortner, outras pensadoras apresentaram estudos que visavam demonstrar a universalização da dominação masculina na sociedade. Porém, vinte anos após a publicação do referido artigo, a autora

---

35 Quatro coletâneas são citadas pelo autor em questão com destaques, por representarem importantes discussões no debate de gênero na Antropologia; são elas:

- Collier e Rosaldo (1974) – inaugura a discussão sobre o tema colocando as questões hoje consideradas clássicas, que orientaram os debates posteriores;
- Strathern e MacCormack (1980) – Os artigos dessa coletânea associam a gênero as concepções de natureza e cultura e, ao abordar o conceito, exerce uma crítica que gerou a “desconstrução” da ideia de natureza e cultura enquanto categorias ou conceitos universais;
- Ortner e Whitehead (1981) – explora gênero em sentido mais amplo, relacionando-o a sexualidade e a outros aspectos do sistema sociocultural;
- Collier, J. F.; Yanagisako, S. J. (1987) – Busca sofisticar o approach sobre gênero, questionando os pressupostos e os conceitos (como, por exemplo, a universalidade do masculino e do feminino) que remontam a origem da discussão que engendrou esta nova área temática para a Antropologia.

revisita a própria escrita, fazendo uma releitura do seu artigo, que resultou na publicação de um novo texto, dessa vez com o sugestivo título de “Então, Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura?”.

No novo artigo, a autora afirma que as questões hoje não se configuram da mesma forma. Encontrar uma lógica subjacente parece menos importante do que a identificação de “políticas de representação existentes”. Ortner reafirma que os elementos da dominação masculina existem nas sociedades, mas são fragmentados e entrelaçados em uma ordem hegemônica. Assim, não se pode rotular toda a cultura como “machista”.

A autora elucida outro entendimento sobre cultura. Admite, a partir de uma visão antropológica, não haver uma “cultura” em si, mas “culturas”, de forma mais disjuntiva, contraditória e inconsistente do que se costuma pensar. E, a partir da análise de outras etnografias realizadas em sociedades tidas como “igualitárias” (sociedades onde homens e mulheres exercem funções sociais mais equitativas, onde as questões de poder são mais compartilhadas e as pessoas do sexo masculino e feminino comungam relações mais igualitárias), destaca que, mesmo nesses casos, os/as pesquisadores/as demonstraram que os homens detinham certos tipos de privilégios. Assim, afirma Ortner:

(...) a dominação masculina não parece surgir a partir de uma espécie de “vontade de poder” agressivo, mas do fato de que, como Simone de Beauvoir sugeriu logo em 1949 – os homens, por assim dizer, tinham outra sorte: suas responsabilidades domésticas podem ser consideradas mais casuais do que as das mulheres, têm mais liberdade para viajar, conhecer, namorar, etc., e, portanto, para ocupar-se da “cultura” (Ortner, 2006, p. 15 – tradução minha).

Destaca ainda que, outro grande problema em relação ao uso do conceito de natureza/cultura, muito criticado em seu primeiro artigo: seria a suposta universalidade de certos significados de “natureza” e “cultura”. O argumento da relação natureza/cultura, mesmo que tido por ela (Ortner) como uma estrutura universal, pode variar em diferentes culturas, e não tem necessariamente de ser

construído como uma relação de domínio cultural ou mesmo “superioridade” sobre a natureza, como indicaria o artigo anterior.

Isso porque natureza, assim como cultura, pode ter múltiplos significados, e esta variação é tida como crucial para a construção de gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva cultural. Desta forma, o argumento para a universalidade de natureza/cultura de alguma forma pode sugerir o mesmo tipo de universalidade ao nível dos “significados sexuais”. Levando em consideração que a relação natureza/cultura, embora não seja universal, é uma estrutura bastante difundida, e, de acordo com a autora, mulheres estão para homens assim como natureza está para cultura.

Ortner, porém, enfatiza essa questão agora por outro prisma, destacando o uso do conceito de “agência”. Em conjunto com a ideia de cultura, procura nexos entre os vários níveis socioculturais, mesmo em um mundo globalizado, mas com particularidades locais. Assim, em todas as sociedades, o agenciamento estaria imbuído nas relações sociais entre homens e mulheres, consideradas as particularidades locais.

O que se pretende demonstrar nesse caminho adotado, é que, inicialmente, os estudos empreendidos pelas feministas acadêmicas “centraram suas ideias na luta pela igualdade entre os sexos, apoiando-se na denúncia das desigualdades entre homens e mulheres evidenciadas nos mais variados âmbitos da vida”. Assim, uma das marcas iniciais desses estudos era o “forte cunho de ativismo político”, e “gradativamente vão sendo assumidos pela academia, conformando, atualmente, importante campo de estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento” (Carradone e Ribeiro, 2002, p.3).

De acordo com Marion Quadros (2004, p. 47), as questões tratadas nos estudos de gênero evidenciaram novos matizes para a análise de categorias clássicas nas ciências sociais, tais como classe e raça, “como também foi importante para expressar a importância de novas categorias sociais como corpo e sexualidade”.

Gayle Rubin (1993 [1975], p. 23), no artigo “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo” define o sistema sexo/gênero como “um

conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana”. Afirma Quadros (2004, p. 47), com base em Rubin e Haraway, que “as relações entre gênero e sexualidade aparecem como um campo de discussão cada vez mais intenso”. Para Quadros, “é por meio de argumentos dados a esta relação entre sexo e gênero que é possível perceber uma tensão dialógica entre a adoção de pressupostos da modernidade (como a universalidade) e da pós-modernidade (como contextualização, particularidade)”.

A categoria de gênero ajuda a compreender como se processa, no cotidiano, as referências sobre o masculino e o feminino. Ainda mais, serve para entender e explicar de que maneira as pessoas articulam essas representações e onde essas representações operam as diferenças socialmente construídas. Joan Scott (1995), a partir das contribuições de teóricos pós-estruturalistas, reflete sobre o conceito de gênero como categoria de análise e afirma que

Gênero significa o saber a respeito de diferenças sexuais. Uso saber, seguindo Foucault, com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres. Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. O saber não se refere apenas a ideias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela (Scott, 1995, p. 12-13).

De acordo com Carradone e Ribeiro (2002), com o crescimento dos estudos sobre sexo e sexualidade, o conceito de gênero tornou-se particularmente útil por oferecer um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Com o intuito de demonstrar como o tratamento

de gênero e sexualidade, vistos como sistemas autônomos e interconectados, podem enriquecer as discussões acerca do englobamento e da autonomia com que gênero e sexualidade operam.

Quadros (2004) refere-se a um estudo realizado por Heilborn (1993), que fornece importantes contribuições para se pensar essas questões. Ao analisar casais homossexuais, percebe Heilborn que os laços matrimoniais, por serem socialmente construídos a partir de categorias masculinas e femininas, categorias contrastantes e hierarquizadas, carregam uma persistência de gênero em relação à identidade e à diferença sexual.

Portanto, gênero como um ordenador social refere-se a questões tanto do masculino como do feminino, e as opressões, nessa perspectiva, podem estar relacionadas tanto para homens quanto para mulheres, mesmo que nessa relação as mulheres sejam as mais oprimidas (Bourdieu, 1999; Quadros, 2004).

Nas produções sobre sexualidade, durante muito tempo, as mulheres se configuraram enquanto corpos inferiorizados em relação aos corpos dos homens. De acordo com Michel Foucault (1984), em sua obra “A história da sexualidade II – O uso dos prazeres”, o termo sexualidade apareceu no século XIX, sendo um termo próprio da sociedade moderna e pós-moderna. Antes disso, o que se estabelece em séculos anteriores são normas da diferença sexual entre homens e mulheres (Silva, 2000).

Uma concepção que dominou o período de dois séculos antes do século XIX, foi o que se denominou de *one-sex-model* ou monismo sexual. Nessa concepção, a mulher era vista como sendo um homem invertido<sup>36</sup>. O corpo masculino era tido como o modelo perfeito e todas as outras características dependeriam de sua forma. Na passagem para o século XIX, outro modelo surge, provocando a queda do conceito de unicidade e perfeição do corpo masculino, e aos poucos, o *two-sex-model* ganha espaço, provocando sensíveis mudanças na forma de se pensar as diferenças entre homens e mulheres (Silva, 2000; Freire Costa, 1995; Vale de Almeida, 1995).

---

36 Sobre esta questão ver: Laquer, 1989.

De acordo com Jurandir Freire Costa (1995, p.110-111), com o *two-sex-model*, “o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais do corpo (...)”; justificando e impondo “diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos”. A partir daí, a mulher deixa de ser referência invertida do corpo do homem e passa a ser vista como o inverso do homem ou sua forma complementar.

Apesar de essa concepção promover mudanças simbólicas na forma de conceber o feminino em relação ao masculino, as consequências morais advindas da perspectiva mantêm a ideia de inferioridade da mulher no conflito entre as esferas pública e privada, incluindo a dimensão religiosa na nova ordem político econômica do novo estado burguês (Silva, 2000; Freire Costa, 1995).

Parker destaca esse pensamento em seu livro “Corpos, Prazeres e Paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo”, quando enfatiza que

(...) as atividades do homem eram divididas para o mundo social mais amplo da economia, política e interações sociais, além do âmbito da família, enquanto o de sua mulher eram rigidamente restringidos, limitavam-se ao mundo doméstico da própria família. (Parker, 1991, p. 59).

A mulher continuava a ser compreendida enquanto ser mais frágil e, conseqüentemente, vista como inferior ao homem. A mudança de concepção reiterou a condição masculina e não levou a mulher a um patamar de maior prestígio (Silva, 2000). Isto perdurou durante muito tempo, segundo Linda Nicholson (2000). Ainda no final dos anos 1960, o “sexo” era a categoria usada para diferenciar o masculino do feminino, ou seja, a biologia do corpo era a categoria utilizada para refletir a diferença social entre o masculino e o feminino.

A busca das mulheres por igualdade e independência impulsionou o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres que, entre várias reivindicações, tinha como desafio mais efetivo a oposição social dos homens (Silva, 2000;

Mosse, 1998). De acordo com Mosse (1998), “esse desafio incluía a crítica da sexualidade masculina, centrada no duplo padrão de comportamento moral que se esperava de homens e mulheres”. O movimento feminista do período teve que lidar com esse tipo de concepção ao refletir sobre as distinções sociais entre os homens e as mulheres.

No artigo “História das mulheres”, Joan Scott (1992) analisa como as feministas acadêmicas vão reivindicar que não apenas os homens fossem vistos como sujeitos históricos, mas também as mulheres. Assim, partindo da necessidade política de inserir e comprovar o protagonismo histórico feminino, enfatizando como contextos sociais e históricos podem ganhar sentidos diversos, o campo de estudos amplia-se e questões críticas sobre a vida das mulheres emergem até definir-se gênero como uma categoria analítica (Nicholson, 2000; Santos, s.d.).

Ao descrever o modo como a categoria gênero foi criada nos Estados Unidos, Joan Scott (1992) ensina que foi uma forma de teorizar a questão da diferença entre mulheres e homens. Afirma Sandra Santos, que

Tal autora introduz, em seu texto, as reivindicações feministas que visavam à participação de mulheres na vida pública, já que o mundo privado não possuía uma dimensão política, esfera ainda dominada pelos homens naquele momento. Como mulheres, tiveram que teorizar a diferença em relação aos homens visando projetar o feminino na história, na vida, dando-lhe reconhecimento social. (Santos, s.d.).

Por um lado, podemos perceber “gênero” em oposição a “sexo”, enfatizando as construções sociais em oposição ao que é biologicamente dado. Em outra direção, que é a que adoto no presente trabalho, “gênero” se configura enquanto “referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’” (Nicholson, 2000, p. 9). Ao optar por essa leitura, entendemos que gênero se refere a “organização social da diferença sexual” (Scott, 1988, p.2).

Porém, como destacado pela própria Scott,

(...) isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. (...) Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos. (Scott, 1988, p. 2, apud Nicholson, 2000).

Assim, pensar gênero como categoria relacional é refletir sobre as diferenciações sociais entre homens e mulheres, problematizando o “modo como as características sexuais são compreendidas e representadas” (Louro, 1997, p.22).

Com essa perspectiva, ainda na década de 1970, vários estudos passaram a introduzir a perspectiva das diferenças sociais entre homens e mulheres como distinções relacionais (Nicholson, 2000, Santos, s.d.). Conforme afirma Rita Segato (1998), mesmo que tradicionalmente a reflexão sobre gênero tenha sido desenvolvida pelas mãos das mulheres, na verdade, gênero

(...) trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas. (Segato, 1998, p.2).

Na década de 1980, com a crítica pós-modernista da ciência ocidental, o paradigma da incerteza foi introduzido no campo do conhecimento. Isso exerceu fortes influências no pensamento pós-estruturalista e, segundo Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006, p. 649), as feministas francesas, com base nas produções desse período, especialmente pelo pensamento de Michel

Foucault e de Jacques Derrida <sup>37</sup>, passaram a “ênfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo”.

As autoras propuseram que

Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas - cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo das e pelas mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista - dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional (Scott, 1986). O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina (Narvaz e Koller, 2006, p. 649).

Para Medrado (1997, p. 38), a introdução do paradigma da incerteza provocou, “entre outras coisas, uma ruptura importante entre a investigação empírica e a construção teórica, particularmente no âmbito das discussões em torno do conceito de gênero, gerando novas reflexões e novas perspectivas”. Por isso, dentro dos estudos feministas, o caminho dos estudos de gênero vem gerando uma revisão dos fundamentos que têm orientado as ciências, evidenciando novos sujeitos, que, de acordo com Medrado e Lyra (2008), são “sujeitos mais complexos”, o que vem ampliando o leque de repertórios e produções nos diversos campos da ciência.

É por meio dos estudos de gênero, principalmente nos países anglo-saxões, ainda na década de 1980, que emerge um conjunto de estudos sobre a construção social da masculinidade (Medrado, 1997; Nascimento, 1999; Medrado e Lyra, 2008). Posteriormente, essas discussões se ampliaram e novas pesquisas foram surgindo, marcadas tanto por uma diversidade de temas como de abordagens teórico-metodológicas, reflexo do avanço das teorias

---

37 Ver: Pereira, 2004.

feministas, e possibilitadas pela crise de paradigmas em que se encontravam imersas as ciências sociais naquele período (Gomáriz, 1992; Medrado, 1997).

Na década de 1980 os estudos sobre a situação das mulheres passaram efetivamente a incorporar de forma mais sistemática a categoria gênero no seu bojo. Para as feministas americanas, gênero foi empregado como uma qualidade social das distinções baseadas no sexo, o que fundamentou o marco de diferenciação entre “sexo” (biológico - natureza) e “construção social do sexo” (cultura), enfatizando a noção relacional entre os sexos. Em substituição ao termo “estudos sobre mulheres”, na academia, adota-se a terminologia “estudos de gênero” e essa estratégia fez com que os estudos sobre as mulheres ganhassem legitimidade e reconhecimento político no meio acadêmico (Scott, 1995).

O crescimento em torno do debate teórico sobre gênero como categoria de análise e a adoção da perspectiva relacional possibilitaram o desenvolvimento de um campo próprio de discussões, com uma sistematização teórica mais consistente e isso, em certa medida, contribuiu diretamente para a emergência, em especial nos países anglo-saxões, de um conjunto de estudos sobre a construção social da masculinidade (Portella *et al*, 2004; Medrado, 1997).

A partir da segunda metade da década de 1990, essa produção se torna mais consistente (Helborn e Carrara, 1998), pois o numero de estudos que refletiam varias questões com foco nos homens teve crescente produção (Santos, 2003; Scott, 1990; Kimmel, 1992 e 1998; Quadros, 1996, 2004, 2011; Nascimento, 1999; Medrado, 1997; Almeida, 1995; Heilborn, 1992). Gênero mostrou-se uma importante categoria para a compreensão das identidades masculinas.

Usar o termo “masculinidades” no plural significa concordar que existe mais de uma maneira de ser masculino, assim como feminino. Esta compreensão surgiu devido ao rompimento deflagrado pelos estudos de gênero, com a ideia da divisão biológica da humanidade entre macho e fêmea. Como enfatiza Kimmel (1998, p. 105), esse entendimento corrobora com a compreensão de que as masculinidades “não [são] uma propriedade de algum

tipo de essência eterna, nem mítica, tampouco biológica. Elas variam de cultura a cultura”.

Essa compreensão pode variar em qualquer cultura por várias outras questões, entre as quais: 1. período/tempo (transcorrer de um certo período de tempo); 2. outras variáveis (potenciais de identidade, contato com outras culturas, etc.), e; 3. questões pessoais intrínsecas à vida de qualquer pessoa (experiências vividas, idade, etc.).

O crescimento do campo dos estudos sobre as masculinidades na década de 1990 não foi por acaso. Alguns fatores contribuíram para que isso ocorresse, cujas raízes remontam a década de 1980.

O advento da repercussão da AIDS foi um evento importante que impulsionou os estudos sobre as masculinidades. Por conta da epidemia, várias ações no campo das ciências e na militância social fizeram com que os homens se tornassem alvo de estudos. Assim, surgiram os primeiros grupos de reflexão sobre a condição masculina nos Estados Unidos e, nos anos subsequentes, uma produção acadêmica consistente e sistemática (Portella *et al*, 2004). Com o debate sobre a AIDS, inicialmente identificada como peste *gay*, veio à tona a condição da população homossexual e, a partir dessa questão, vários estudos sobre a sexualidade foram desenvolvidos focando este grupo (Vance, 1995).

As grandes Conferências internacionais da década de 1990, sobre População e Desenvolvimento (Cairo - 1994) e a sobre a Mulher (Beijing - 1995) problematizaram a questão do envolvimento dos homens na saúde reprodutiva e sexual. Nas recomendações desses eventos, figurou a realização de esforços especiais para incentivar e promover o efetivo envolvimento dos homens nas questões da saúde reprodutiva e sexual (Quadros, 2004, 2011; Portella *et al*, 2004). Pesquisas relacionadas a esses dois campos (saúde sexual e reprodutiva) e tais perspectivas foram incorporadas, aos poucos, às políticas públicas brasileiras, que visavam em seu argumento promover a igualdade e a equidade entre os gêneros (Medrado e Lyra, 2008).

As produções a respeito das masculinidades foram ganhando força nesse período e, no intuito de organizar essas produções em nível internacional –

especialmente os estudos empreendidos entre os anos de 1995 e 2002, Robert Connell, Jeff Hearn e Michael Kimmel publicaram, em 2005, o “Handbook of Studies on Men and Masculinities”.

No contexto atual, as discussões e estudos sobre as masculinidades ganham relevância nas reflexões sociais, sobretudo com os avanços sobre o conceito de gênero, pois trazem para o debate as características primordiais do caráter relacional das relações sociais, abrindo espaço para a utilização das análises sobre a construção social da masculinidade (Vadolnilson Santos, 2003).

De acordo com Rosely Costa (2002), algumas críticas aos estudos sobre as masculinidades devem ser observadas. Uma delas é fundamentada no argumento da centralidade do enfoque nos homens, sem uma perspectiva relacional pressuposta pela categoria gênero, ou seja, não relacionam as masculinidades às feminilidades (argumento também apontado pelas teorias de gênero em relação aos estudos sobre mulheres).

Outra crítica diz respeito ao discurso vitimista, defendido em alguns estudos, que considera o motivo da opressão e da dominação masculina a ideia de que os homens são vítimas dos modelos sociais, pois esses (os modelos) os fazem cumprir o papel social que se espera deles. Segundo Costa (2002, p. 219), para se fugir desses erros, “os estudos sobre masculinidades necessitam ser compreendidos e empreendidos como parte dos estudos de gênero”.

A utilização do conceito de gênero nos estudos sobre masculinidades agregou características marcantes a esses estudos, proporcionando diversidade e riquezas de temas. Gênero é fundamental para os estudos no campo das ciências sociais, por relacionar, além das questões já mencionadas, as dimensões da sexualidade e da reprodução, enriquecendo as análises, ampliando os caminhos metodológicos e abrangendo as perspectivas teóricas.

Assim, gênero passa, cada vez mais, a se configurar um conceito importante para os estudos que envolvem as várias dimensões do masculino, como também do feminino, em suas diversas interligações. Como são as questões a que se propõe esse estudo; observar as masculinidades e sua interligação com

o trabalho, a sexualidade e o risco, onde a leitura de gênero pode contribuir no aprofundamento da análise a qual se propõe aqui realizar.

## **2.2. OS ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE E O CONCEITO DE RISCO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Como já demonstrado em outras pesquisas, homens e mulheres pensam diferentes em relação à sexualidade e reprodução (Quadros, 2004, 2011; Scott, Quadros e Longhi, 2009). No que tange à masculinidade, há ideias e expectativas culturais acerca da virilidade e da masculinidade que podem estimular determinados comportamentos sexuais (Quadros, 1996 e 2004; Scott, 1990; Portella et al, 2004; Medrado e Lyra, 2002), inclusive, em determinadas situações, transgredir a norma sexual pode ser a regra aceita como demonstração da eficiência sexual (Murilo Mota, 1998).

Em particular, os estudos sobre masculinidades evidenciam essas questões, presentes na vida dos homens como parte de sua identidade. Estudos realizados por Romeu Gomes e Elaine do Nascimento (2008, pag. 1556), com o foco nas questões dos homens e saúde, sugerem que, em geral, “os segmentos masculinos não costumam adotar medidas de proteção contra doenças, nem buscar ajuda quando têm a sua saúde comprometida”. Além disso, identifica-se, na construção da masculinidade, que essas atitudes aparecem como marcas identitárias do homem, sendo argumentos utilizados para adoção de certo *status*, tendo assim o atrelamento da “associação do masculino à necessidade de expor-se ao risco, a naturalização do descontrole sexual e a redução do exercício da sexualidade à penetração” (Gomes e Nascimento, 2006, p. 909).

Essas ideias, relacionadas às questões da vivência sexual, podem assumir vários outros entendimentos, pois ser “homem de verdade”, entre outras coisas, é ser forte, corajoso e sexualmente insaciável, sendo permitidas e recomendáveis relações sexuais numerosas (Quadros, 2004; Arilha, 1999; Leal, 1998; Nolasco, 1998). Scott, Quadros e Longhi (2002), em pesquisa realizada no Ibura (comunidade popular do Recife), com base em relato de jovens

homens, perceberam que os pais estimulavam os filhos a manterem relações sexuais com todas as mulheres possíveis, demonstrando assim sua virilidade.

De acordo com alguns estudos, a sexualidade masculina está mais ligada a espaços de prazer e desejos, esses também considerados espaços simbólicos de transgressão, riscos, proibições, agressividade, vergonha e segredo (Quadros, 2004; Brandes, 1985; Leal, 1998). Em relação à gravidez inesperada, por exemplo, afirma Quadros (2004, p.21) que essas, nas categorias de risco e transgressão, “são mais associadas aos significados da sexualidade que da reprodução”.

As práticas sexuais são fundamentais para a identidade masculina, por serem uma forma de exercer poder e dominação (Quadros, 2004; Parker, 1991). Assim, a conduta que determinados grupos assumem é consequência de sua visão de mundo, esta resultante de suas experiências sociais (Martin, 2003; Monteiro, 2002).

Compreende-se então que, para determinados grupos, em especial os homens, a ideia sobre risco em relação às práticas sexuais, está associada a outros fatores que lhe rendem certo *status* e os interligam ao risco, envolvendo inclusive questões de assimetrias de gênero (Gomes e Nascimento, 2006a, 2008b; Portella *et al*, 2004).

As considerações levantadas nos itens anteriores remetem às noções de subjetividade e intersubjetividade. Seguindo esse caminho, Richard Parker (1995, p. 5), defende ser muito mais relevante “investigar os significados subjetivos (psicológicos) e intersubjetivos (sociais e culturais)”, pois as investigações no campo da sexualidade devem levar em consideração questões valiosas no campo subjetivo e intersubjetivo: a construção social da excitação e do desejo sexuais; as maneiras pelas quais as identidades sexuais são formadas e transformadas; as revelações de poder e dominação que podem moldar e estruturar as interações sexuais e; as redes sociais/sexuais que canalizam e condicionam a seleção de potenciais parceiros sexuais.

Há modos distintos de compreender a sexualidade humana (Carradone e Ribeiro, 2002; Heilborn e Brandão, 1999), pois a sexualidade não se esgota

em uma área de estudos específicos. Vários são os autores que pesquisam esse campo e, entre esses, identifica-se dois grandes paradigmas presentes nos estudos sobre sexualidade: os estudos de cunho “essencialista” e aqueles que se situam no campo do construtivismo social (Carradone e Ribeiro, 2002; Heilborn e Brandão, 1999; Corrêa, 1996; Parker, 1994).

Os estudos que assumem um caráter normativo tendem a sugerir o controle do comportamento sexual, “tomado como um conjunto de atos e práticas isoladas de seu contexto cultural” (Heilborn e Brandão, 1999, p. 11). O modo essencialista de pensar a sexualidade procura focalizar o comportamento sexual e as práticas sexuais, normalmente baseando-se na noção de “risco” epidemiológico (Heilborn e Brandão, 1999; Carradone e Ribeiro, 2002). É certo que muitos estudos no campo da epidemiologia não adotam uma visão essencialista, alguns desses exemplos podem ser verificados em estudos elaborados por Romeu Gomes (2008), Simone Monteiro (2002) e Nadjanara Vieira (2006).

Na Antropologia, os estudos sobre a sexualidade humana vêm contribuindo para a que esta seja compreendida como significados culturais atribuídos às práticas e comportamentos sexuais, portanto, sujeita a normas e padrões específicos de cada sociedade (Vieira, 2006; Quadros, 2004; Rios, 2003; Carradone e Ribeiro, 2002; Medrado, 1997; Parker, 1991).

Assim, nesse estudo, adota-se a compreensão de que, cada grupo, mesmo dentro de uma mesma sociedade, atribui significados e valores que podem variar a depender de fatores subjetivos e intersubjetivos intrínsecos nas vivências sociais e nas particularidades culturais que esses fazem parte. E envolvem questões que podem, inclusive, variar ao longo da vida de uma mesma pessoa ou de grupos.

Outros estudos já foram desenvolvidos com essa perspectiva, procurando relativizar e problematizar esse modo de conceber a sexualidade (Quadros, 2004; Portella *et al.*, 2004; Medrado, 1997; Heilborn e Brandão, 1999; Corrêa, 1996; Parker, 1994), sendo uma marca dos estudos que adotam uma abordagem mais construtivista que, “embora de distintas maneiras, nas diversas disciplinas

e com diferentes ênfases, compõem uma literatura sobre significados e culturas sexuais, considerando a sexualidade como construção social” (Carradone e Ribeiro, 2002, p. 10).

Parker é uma importante referência nos estudos sobre a sexualidade brasileira com essa perspectiva. Em *“Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo”*, o autor chama a atenção para a força exercida pela tradição patriarcal que define e legitima a hierarquia entre os sexos. Segundo o autor, esta é caracterizada pela marcação da rígida diferenciação dos papéis sexuais.

Nos estudos sobre a cultura sexual brasileira, elucida o pesquisador que tanto a igreja (religião) como a ciência exercem importantes papéis na formação da cultura sexual nacional, por meio da imposição de práticas regulatórias e restritivas sobre a expressão da sexualidade. Constata também (1991, p. 246) que na vida sexual do brasileiro há uma “ideologia do gênero” - hierarquia de gênero baseada na polaridade atividade/passividade: “focalizada menos no eu sexual e na lógica da reprodução do que nas noções de atividade e passividade, essa ideologia é, provavelmente, a mais fundamente enraizada na vida brasileira”.

De acordo com o estudo empreendido por Parker (1991), o homem insere-se no plano do poder/força, enquanto a mulher ocupa posição secundária, caracterizada pela submissão/fragilidade. Esta simbologia está presente na vida sexual dos brasileiros, fazendo com que ela seja estruturada em torno de duas polarizações básicas, assemelhando as atitudes tidas como masculinas à atividade/ação e as atitudes tidas como femininas à passividade/submissão. Nessa polarização, os jogos sexuais carregam a ideia de que o homem, mesmo que faça sexo anal com outro homem, não necessariamente se percebe gay, desde que este assuma o papel de “ativo” na relação sexual.

A concepção da “ideologia do gênero”, destacada por Parker, também é compartilhada por Heilborn (1996, p. 142), para quem o binômio “masculino-dominância-atividade sexual versus feminino-submissão-passividade sexual” estrutura o modelo hierárquico do gênero e da identidade sexual na sociedade

brasileira. Como Carradone e Ribeiro (2002, p. 6) propõem, “essa ideologia de gênero vai, então, estruturar as relações entre os homens e as mulheres, assim como vai estruturar as identidades subjetivas e os papéis sexuais”.

Gênero molda a sexualidade. Porém, lembram os autores que “gênero não é o único determinante das subjetividades; assim, classe, raça e geração são outras dimensões importantes a serem consideradas na construção das masculinidades e feminilidades” (Carradone e Ribeiro, 2002, p.6).

Adotar esse modelo para compreender a sexualidade implica em abandonar a tendência de restringir a experiência sexual às questões estritamente biológicas, pois, de acordo com Parker (1994, p. 146), “as próprias experiências da excitação sexual e da satisfação erótica acabam sendo definidas não apenas como mera sensação física, mas como um constructo social”. Assim como afirmam Carradone e Ribeiro (2002, p. 10-11), “os sentimentos, as sensações, os sentidos atribuídos às interações sexuais, ao corpo, estão inevitavelmente marcados pelas formas simbólicas das representações culturais, que moldam assim a experiência sensual”.

Pensar os homens no contexto do trabalho e também em suas vivências e práticas sexuais, nos leva a incluir risco nessa reflexão. Seja no trabalho, seja no campo da sexualidade, o risco se apresenta na vida dos homens como marca de força e de coragem, que molda a identidade masculina. Além disso, trabalhar com o conceito de risco abre possibilidades para fazer a interseção entre os conceitos de gênero, trabalho e sexualidade, de forma a compreender como simbolicamente risco é pensado a partir desses elementos importantes da identidade masculina.

De acordo com Fernando Rebelo (2001), a noção de risco é uma noção pré-científica, pois já se falava de risco mesmo antes do conceito estar presente na ciência como instrumento ou linguagem conceitual. Segundo vários autores (Neves, 2008; Le Breton, 1991, 2004; Peretti-Watel, 2001, 2003; Douglas, 1994), a palavra risco surge entre séculos XVI e XVII. De acordo com alguns desses autores, o verbete é cunhado posteriormente à palavra perigo. O uso dessa

palavra aparece primeiramente ligado ao contexto dos jogos de azar e da análise matemática quanto à probabilidade de ocorrer algum evento climático.

O termo risco sofreu várias mudanças no decorrer do tempo, assumindo sentidos tais como: probabilidade, perigo, neutralidade, etc. Aos poucos, o termo foi incorporado como conceito nas ciências modernas (Neves, 2012; Douglas, 1994). Percebe-se que o conceito de risco não possui uma definição única, pois é utilizado em diversos debates de forma dissonante, tanto em relação à noção de risco social, como à de sociedade de risco - desenvolvida por Ulrich Beck e Anthony Giddens (Pereira, 2010).

Por ser ambígua, a noção de risco é associada tanto a perigo, quanto a instabilidade, probabilidade e até vulnerabilidade, sendo transversal aos mais diversos setores da sociedade, do local ao global (Queirós, 2000; Vaz e Palma, 2006).

Para Zanirato *et al.* (2008), o entendimento sobre risco se alterou ao longo da história por causa das mudanças experimentadas pela espécie humana em sua aventura na terra. A concepção simbólica sobre risco pode remeter a vários sentidos, onde o aspecto subjetivo depende da sua construção, definida pelo grupo social.

Para Spink *et al.* (2007), é “no interior de cada campo de saber e fazer, que se desenham formas de falar sobre riscos que lhe são específicas”. Essas formas “estão presas a três tradições discursivas muito distintas: a fala de senso comum sobre perigos, a perspectiva do controle e disciplina e a perspectiva da aventura”.

De acordo com Queirós, Vaz e Palma (2006), da mesma forma que risco aparece associado ao discurso negativo, igualmente é utilizado no sentido positivo, como por exemplo, quando associado à condição de aventura, de possibilidades de adquirir bens (jogos), relacionamentos amorosos/paqueras etc. Desta forma, risco assume diversas aplicações, podendo ser associado às ideias de: risco-perigo – muito presente nos discursos do senso comum; do risco-probabilidade – associada à probabilidade e cálculos de ocorrência

e; risco-aventura – maneiras de falar sobre a positividade do risco (Spink, Medrado e Mello, 2002; Spink *et al.*, 2007).

Em Beck (2010 [1985]), a linguagem do risco é utilizada e apresentada nos perigos criados pela própria sociedade moderna por meio do desenvolvimento técnico-científico. Em sua obra, “*Sociedade de Risco*”, é apresentada a emergência do conceito, destacando que em todas as épocas anteriores, os perigos eram sempre vistos como ameaças externas, da natureza ou dos deuses, à sociedade.

Ao discutir o conceito de risco, Beck faz a distinção entre risco e perigo, a partir das reflexões de outro sociólogo alemão, Niklas Luhmann. Com base em Luhmann, Beck afirma que os perigos referem-se a causas externas que independem da ação dos sujeitos e os riscos, às consequências das decisões dos indivíduos.

Em Franz Brüseke (2001), risco é um acontecimento futuro, esperado ou temido, em que uma perda pode ocorrer. Alexandre Pereira (2010) destaca que, em Brüseke e Luhmann, a contingência dos riscos aparece “como valor próprio da sociedade moderna”. Destaca Pereira (2010, p. 42) que, assim como para Luhmann, em Brüseke o risco também seria uma expressão moderna da consciência da contingência, mas, “a noção de contingência não se refere ao acaso simplesmente, como poderiam deduzir algumas visões mais simplificadoras, mas a um conceito que concerne, simultaneamente, ao necessário e ao possível”.

Na explicitação da distinção entre risco e perigo, Brüseke (2001) afirma, baseando-se em Luhmann (1992), se tratar de riscos quando possíveis danos são interpretados como consequências da própria decisão da pessoa; e perigos, quando os próprios danos são interpretados como causas fora do controle do sujeito – eventos naturais ou decisões que não lhe cabem.

Tomemos como exemplo a decisão de um condutor que dirige um veículo em alta velocidade. Podemos perceber que, pessoalmente, o condutor assume o risco de morrer em um acidente, mas para os outros (pedestres ou outros condutores no trânsito), esse motorista representa um perigo.

O exemplo citado dá a dimensão de como uma mesma ação pode representar risco para uns e perigo para outros, e aliam as duas noções (risco e perigo). No entendimento moderno, os conceitos estão interligados de alguma forma; o que os difere é a “distinção entre o dano (hipotético) em consequência da própria ação consciente e o dano (hipotético) em consequência da ação dos outros” (Brüseke, 2001, p. 40-41).

Peretti-Watel (2000) resgata as contribuições de Luhmann sobre a distinção entre risco e perigo, classificando-os enquanto “riscos difusos” e “riscos escolhidos”. Para esse autor, tal percepção não seria uma distinção dada, mas construída, pois é a crença relativa a determinado evento que determinará sua percepção enquanto risco ou perigo.

Segundo o entendimento de Beck (2010), a ciência trouxe o progresso e a resolução de vários riscos que a sociedade lidava no passado, além de conduzir também à consciência dos riscos que a ameaçam. No entanto, na tentativa de resolver os existentes, novos riscos surgiram.

Risco, desta forma, tornou-se um dos grandes paradigmas da sociedade moderna (Queirós, Vaz e Palma, 2006), e a percepção humana acerca deles colocou-se como questão fundamental. Para Queirós (2000), essa percepção está profundamente enraizada nas emoções pessoais e, em sentido mais amplo, nas questões culturais adjacentes. Diz Spink *et al.* (2007), que a concepção sobre risco envolve e confronta posturas objetivistas e socioculturais, “que desembocam no consenso (pouco confortável para uns) de que a definição do que vem a ser risco está imbricada com valores e ordens morais que extrapolam a racionalidade do cálculo do risco”.

De acordo com Pereira (2010, p. 42), vários autores que debatem a importância da dimensão do risco na contemporaneidade demonstram que a modernidade é tema e objeto de reflexão para si mesma, pois, “este dispositivo reflexivo da modernidade tem como principal componente os riscos criados no interior de si própria”.

Beck (2010 [1985]) realça que a noção de risco também revela que as desigualdades continuam constantes, uma vez que esta dimensão está presente

na sociedade como elemento central e afeta a todos de forma diferenciada, ou seja, os riscos geram situações de perigo social, afetando as camadas da sociedade de diversas formas, sendo mais prejudicial aos menos poderosos. Nesse contexto, há um significado bastante específico ao pensar as estruturas sociais, porque os riscos podem permanecer invisíveis: só se estabelecem a partir dos saberes e do poder; são aumentados ou diminuídos de acordo com os vários interesses envolvidos; podem ser reais ou supostos; afetam os alvos e constituem indicadores de vulnerabilidades sociais.

Em Mary Douglas, encontraremos os fundamentos iniciais da teoria cultural dos riscos em “Pureza e Perigo” (1966). A antropóloga associa a ideia de perigo à sujeira e ao tabu, discutindo estes conceitos como elementos que estão fora de lugar e que, portanto, desafiam os princípios classificatórios. Já nesse momento, Douglas enfatiza o caráter cultural das definições de risco e, posteriormente, aprofunda seus estudos em outras obras, como “Risk and Culture” (1982)<sup>38</sup>, “Risk Acceptability According to the Social Sciences” (1986) e “Risk and Blame” (1992).

Na obra “Risk and Blame” (1992), a antropóloga destaca a necessidade de que a linguagem sobre riscos deve ser realçada, pois ela é uma linguagem usualmente técnica e não contempla o aspecto positivo do jogo que o risco representa. A princípio, afirma Douglas, a ideia do risco seria neutra e, nessa perspectiva, o risco assume a simbologia de aposta, por apontar tanto para a possibilidade de perda, como de ganho. Aos poucos, esse conceito foi sendo associado apenas ao sentido de possibilidade de um evento negativo acontecer e tal forma de pensar o risco ganhou hegemonia. É assim, pelo prisma negativo, que o risco foi se incorporando nas ciências modernas, passando logo a ser associado apenas ao perigo (Douglas, 1994).

Inferiu Douglas e Wildavsky (1982) que o risco não pode ser interpretado como conceito objetivo e mensurável, mas como algo construído social, cultural e politicamente, cuja definição é fundamental para os debates sobre políticas públicas.

---

38 Desenvolvida com contribuições de Aaron Wildavsky.

A abordagem sobre riscos em uma perspectiva cultural permite entender como são ou não estabelecidas as estratégias de prevenção, vez que essas são orientadas pelo contexto cultural no qual os sujeitos se encontram inseridos. Assim, “a escolha dos riscos com os quais se preocupar depende das formas sociais selecionadas. A escolha dos riscos e a escolha de como viver são realizadas juntas. Cada forma de vida social tem seu próprio elenco de riscos típicos” (Douglas e Wildavsky 1982, p. 8 – tradução minha).

Segundo a perspectiva cultural, seria inadequada a separação entre riscos físicos, objetivamente calculáveis, e percepções individuais, subjetivamente influenciadas. Por exemplo, manter relações sexuais utilizando sempre o preservativo é um fator de segurança amplamente difundido para se evitar o risco de contrair uma doença sexualmente transmissível ou até de se infectar com o vírus da AIDS. Porém, atitudes e comportamentos de determinados grupos, dependendo do contexto cultural, nem sempre levam em conta esse fator.

De acordo com pesquisa internacional desenvolvida pelo Instituto Promundo (1999), observou-se no discurso de alguns homens jovens referências e sentimentos de orgulho ao falarem que já haviam contraído uma DST. Os jovens evidenciavam em suas falas que essa condição atestava sua virilidade e seria uma prova de suas conquistas sexuais diante de colegas e membros da família, sendo isso visto como um *status* de poder e “símbolo de honra masculina”.

Com base nesse exemplo, pode-se perceber que entre a ciência física e as percepções existe a cultura, onde crenças e valores são compartilhados (Douglas e Wildavsky, 1982). Desta forma, as percepções dos riscos são determinadas pela organização social e pela cultura, pois estas fornecem ao indivíduo os filtros que estruturam suas percepções de risco (Douglas e Wildavsky, 1982; Peretti-Watel, 2000).

Na discussão de percepções de risco, oferecida inicialmente por Mary Douglas (1966) e somada às contribuições de Aaron Wildavsky (1982), não seria possível alguém se preocupar com todos os riscos potenciais ao mesmo

tempo, ainda mais quando é crescente a discordância sobre o que é arriscado, como é arriscado, e o que deve ser feito a respeito. Como então as pessoas decidiriam a respeito dos riscos a serem considerados ou ignorados? Estas escolhas responderiam a fatores sociais e culturais, não a fatores naturais. Seriam, portanto, parte de um processo sociocultural, em que a evidência científica nem sempre tem um papel esclarecedor na seleção dos riscos relevantes, que não supõem necessariamente uma relação direta com o caráter objetivo dos riscos (Douglas, 1966; Douglas e Wildavsky, 1982).

As pessoas selecionam determinados riscos como relevantes, como a guerra, a poluição, o câncer ou o desemprego, segundo o papel que estes ocupam no convívio social das instituições/grupos das quais fazem parte. Por isso, valores comuns podem levar a medos comuns, conduzindo a um acordo implícito sobre o que não temer (Douglas e Wildavsky, 1982). Em “Risk and Blame” (1992), Douglas desenvolve uma crítica aos analistas do risco, visto que trabalhariam exclusivamente com o indivíduo, considerando que o risco aparece como resultado de decisão individual, não coletiva.

Para a autora em questão, a percepção pública dos riscos é como um somatório das respostas de milhões de indivíduos. Para entender as escolhas dos riscos, Douglas e Wildavsky (1982) as destacam e vinculam às escolhas de nossas instituições e de como queremos viver. Dessa forma, a decisão de expor-se ou não a determinado risco, embora aparente ser uma decisão individual, não o é, pois está inserida em um contexto mais amplo, dado pela cultura à qual a pessoa pertence. Com isso, os autores buscam desmistificar características aparentemente individuais do risco, presentes em diversos discursos científicos.

Outro autor que trabalha com percepção dos riscos é David Le Breton (1991, 2004). De acordo com Neves e Jeolás (2012, p. 18), Le Breton “vem ressaltando em seus trabalhos o gosto pelo risco por parte daqueles que não o evitam, mas que buscam e valorizam sua experiência (...), mesmo que de forma inconsciente e ambivalente”. A perspectiva de Le Breton “propõe analisar as condutas de risco como um rito ordálico moderno, ou um rito individual de

passagem, no qual o sujeito joga, inconscientemente, com a morte, buscando sentido e valor para a existência”.

Entendem os autores que o risco não é algo apenas a ser medido, mas compreendido a partir das diversas leituras que se possa ter. Pois, o que se apresenta como risco para uns, não necessariamente será entendido como risco para outros; além disso, a concepção sobre risco está presente no convívio social e nas formulações das diversas ciências.

Nas Ciências Sociais, em relação ao Brasil, a temática do risco durante muito tempo está presente e interligada às Ciências da Saúde (Neves, 2008; Neves e Jeolás, 2012), problematizando o tema e interligando-o ao campo da sexualidade. Um exemplo sobre essa questão pode ser verificado no estudo de Simone Monteiro (2002), sobre comportamentos e atitudes de jovens (homens e mulheres) moradores de uma favela carioca em relação ao uso ou não do preservativo em suas relações sexuais. De acordo com Monteiro, a ideia do risco, e como ele está ligado às questões de sexualidade, vai se incorporando à vida dos sujeitos de acordo com as suas vivências.

Percepção também verificada em outros trabalhos como, por exemplo, a etnografia “*Risco na prostituição: Um olhar antropológico*”, desenvolvida pela antropóloga Denise Martin (2003), que evidencia a importância e a necessidade de se pensar o risco a partir da experiência etnográfica.

No estudo realizado por Martin (2003), risco aparece pontuado como um conceito chave para entender as relações presentes nas redes que a prostituição engendra. Segundo a autora do estudo, na prostituição encontram-se várias dimensões de risco em jogo por causa de uma maior permissividade de arriscar-se, tendo em vista a situação marginal e de perigo cotidianamente enfrentada e, nesse contexto, os riscos são inconscientemente absorvidos pela ação diária.

Nesse estudo, se utiliza a concepção de risco como uma construção social, cultural, histórica e politicamente contextualizada. A abordagem sobre riscos a partir da perspectiva cultural, como fundamentada por Douglas e Wildavsky (1982), permite entender as nuances do contexto social, incluindo estratégias

de prevenção, desde a conformação de uma linguagem própria, à prática cotidiana, uma vez que essas são orientadas pelo contexto cultural no qual os sujeitos se encontram inseridos.

### **2.3. O HOMEM E O TRABALHO ASSALARIADO: A DIMENSÃO CULTURAL DE PROVEDOR NA IDENTIDADE MASCULINA**

Karl Marx dedicou-se ao estudo do trabalho, e várias de suas obras abordam a relação do ser humano com o trabalho. Para o autor de “*O Capital*”, o trabalho assalariado é a troca de uma mercadoria por outra. De acordo com Marx (2006 [1849], p. 34), a mercadoria do operário é a “força de trabalho” e a troca se dá na forma de compra. Ou seja, o patrão compra um determinado tempo da força de trabalho de uma pessoa (operário), para que esse execute uma determinada tarefa, e “essa troca é realizada, na verdade, em determinada proporção: tanto dinheiro, por tantas horas de utilização da força de trabalho”. Segundo Marx (2006 [1849], p. 36), “a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa atividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários”.

De acordo com Sérgio Lessa (2002, p. 29), o filósofo Lukács conceitua o trabalho como a “atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social”. Essa seria a “categoria fundante do mundo dos homens”. Para o autor, é no trabalho “que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho”.

Porém, alerta Lessa (2002, p. 29-30) que “a relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens. Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si”. Por isso, afirma esse autor, “a existência social é muito mais que trabalho”, pois o “próprio trabalho é uma categoria social”. Como diz Marx (2006 [1849], p. 47), no trabalho, nas rela-

ções de produção que esse engendra, “na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade”.

Segundo Roberto DaMatta (1986, p. 21), casa e rua são como os dois lados de uma mesma moeda, mas é na rua que se dá “a mediação pelo trabalho – o famoso ‘batente’”, expressão que, segundo o autor, já indica um obstáculo que temos que cruzar, ultrapassar ou tropeçar. DaMatta (1986) utiliza a afirmação “do trabalho para casa, de casa para o trabalho” metaforicamente, para enfatizar a interação existente nas vivências das pessoas em relação aos espaços sociais rua e casa, pois é neles onde acontece a integração cotidiana do vivido e onde acontecem as diversas experiências cotidianas.

De acordo com DaMatta (1986, p.15), há uma divisão clara entre esses dois espaços sociais fundamentais, e esses “dividem a vida social brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua – onde estão, teoricamente, o trabalho, o movimento, a surpresa e a tentação”. Lembra também esse autor que a rua é um espaço típico do lazer, mas alerta que, nesse caso, ela figura como um “conceito inclusivo e básico da vida social”.

Ao pensar os homens e as mulheres, percebe-se que essa categoria está carregada de sentidos que ajudam a atribuir e interpretar posições de poder em nossa sociedade. Para Cinthya Sarti (2005, p. 88), “a identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho”. O trabalho seria mais que um instrumento da sobrevivência material para os homens, pois se “constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si”. Assim, o trabalho confere aos homens uma ideia de valor moral pela responsabilidade e capacidade de prover a família.

Quando nos referimos à dimensão cultural do trabalho em relação ao exercício de uma profissão e ao espaço onde ele é exercido, na rua ou em casa, paira no imaginário popular que determinados trabalhos (os da construção civil, por exemplo) são melhores executados, ou mais adequados, aos homens. Da mesma forma, quando se fala em trabalhos domésticos (empregadas do lar), ou de atividades que exigem cuidar de outra pessoa (enfermeiras, babás,

educação infantil, por exemplo), tende-se a pensar as mulheres como pessoas mais habilitadas para exercer essas profissões. Isso evidencia desigualdades de gênero que se refletem “na divisão sexual do trabalho e também permite a articulação dessa descrição como uma reflexão sobre os processos em que a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e também o sexo, criando um sistema de gênero” (Helena Hirata e Danièle Kergoat, 2007).

Partindo de uma perspectiva relacional de gênero, podemos refletir que as pessoas carregam ideias sobre o tipo de trabalho aos quais corpos masculinos ou femininos mais se adequam ou devem/podem exercer. Isso reflete a maneira como, geralmente, as pessoas diferenciam as atribuições masculinas e femininas em nossa sociedade e isso demonstra desigualdades que implicam em questões de gênero e poder (Anabela Santana, 2010; Helena Hirata e Danièle Kergoat, 2007). Mas, quando se fala em questões que envolvem a sustentabilidade financeira do lar, na verdade, na vida da maioria dos homens, dentro de uma dimensão social e cultural, o trabalho aparece como elemento simbólico importante na composição de sua identidade.

Em relação aos homens, o trabalho assalariado - aquele que garante o sustento financeiro - é visto como um marcador social que imprime, condiciona e estrutura o “ser homem” (Quadros, 1996; Arilha; Unbehau e Medrado, 1998; Lyra, 1997).

Desde muito cedo isso já é constatado como realidade, como verificado em pesquisa desenvolvida por Nathan Itaborahy e Mariana Faria (2013, p. 4) com jovens do bairro de Santo Antonio (Juiz de Fora/MG). Perceberam os pesquisadores que os homens jovens sentiam “a necessidade de se inserir o mais cedo possível no mercado de trabalho, inclusive porque isso dá a eles outra perspectiva na sociedade”, pois a condição de “trabalhador” lhes conferia maior respeito e agregava maior valor simbólico. Na visão dos jovens entrevistados, esse valor lhes dava mais segurança e prestígio social.

Mesmo com todas as mudanças observadas nas últimas décadas, incluindo as mulheres tendo o direito de acessar o mercado de trabalho, a luta por condições iguais de emprego assalariado e o aumento de famílias chefiadas

por mulheres (entre outras questões), o trabalho assalariado, simbolicamente ainda é percebido pelos homens como responsabilidade deles.

Pedro Nascimento (1999, p. 55), em sua pesquisa “*Ser Homem ou Nada: Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE*”, cita o caso de um homem desempregado, onde a manutenção financeira da casa era garantida pelo trabalho exercido por sua companheira; quando se falou sobre o sustento financeiro da família, o entrevistado afirmou “que ele é quem dava dinheiro a ela”. Outra estratégia utilizada pelos homens pesquisados (que estavam em situação de desemprego), observado por Nascimento, era a de se referir sempre ao passado, a um tempo (real ou mítico) quando estavam empregados, ou ao fato de terem uma profissão, pois essa condição era tida como importante pois demonstrava que se era um “homem trabalhador”.

Segundo Cláudia Vianna (2001), observa-se que o peso dos significados tradicionais da masculinidade e da feminilidade (homem-provedor, mulher-cuidadora) é evocado pelos próprios homens em seus discursos. Além de culturalmente ser atribuído ideologicamente aos homens e reiterado como algo que faz parte de sua identidade, infere a autora um sentido simbólico do trabalho a partir do olhar de gênero, uma vez que ainda está presente em nossa sociedade o peso desses significados tradicionais.

Talvez, por conta disso, mesmo quando desempregados, os homens da pesquisa de Nascimento (1999, p. 88), referiam-se ao emprego/profissão como algo que lhes atribuía certo *status* e posição privilegiada, inclusive, podendo essa condição lhes render conquistas com as mulheres, como vemos em outra passagem citada pelo pesquisador: “(...) ele apresentou-se (...), dizendo que ‘emendava fio’<sup>39</sup> (...), retirou da carteira a identidade funcional da época em que trabalhou num shopping center, (...); foi uma época que ganhou tanto dinheiro com hora extra, que pôde ter duas mulheres”.

O espaço de mediação entre casa e rua, pelo trabalho, é algo muito complexo, pois o sistema brasileiro traz heranças históricas da relação

---

39 “Emenda fio”, explica o autor, é o mesmo que ser eletricista.

escravocrata, e ainda está fortemente marcado pelas relações de conflito entre patrões e empregados. De acordo com DaMatta (1986, p. 22), ainda há confusão, pois essa relação “não era algo apenas econômica, mas também uma relação moral onde não só um tirava o trabalho do outro, mas era seu representante e dono perante a sociedade como um todo”.

Quase sempre, esse tipo de relação implica na forma como as pessoas são organizadas, onde o trabalhador assalariado se submete às normas do trabalho e da produção, às condições e cargas horárias exigidas, ou seja, submete-se as relações que se engendram para o exercício da profissão (Sellingman-Silva, 1994; Trachtenberg, 1980). De acordo com Mônica Alvin (2006), nessa relação ocorre o disciplinamento das condutas, mas não sem resistência.

Alguns autores (Sellingman-Silva, 1994; Trachtenberg, 1980), apoiados numa análise histórico filosófica crítica, com base em outros autores como Marx, Foucault e Pagès, avaliaram as estratégias de gestão e os movimentos participativos nas empresas como estratégias sofisticadas de dominação e controle. Nesse ponto de vista, no contexto dos modelos que garantem a participação do trabalhador, incluindo as práticas de recursos humanos dentro do processo de trabalho, torna muitas vezes invisível o disciplinamento e seus mecanismos (Sellingman-Silva, 1994).

Tal disciplinamento é feito por meio de reforçadores sociais como prestígio, ascensão profissional, conquista de cargos disputados, premiações, que servem para aguçar sentimentos de orgulho, vaidade pessoal e conduzem os trabalhadores a um investimento maciço na organização (Sellingman-Silva, 1994; Alvin, 2006).

Em pesquisa realizada com trabalhadores de mina de carvão, por Cornélia Eckert (1995), chegou-se à constatação que a natureza perigosa do trabalho exercido pelos operários da mina (todos homens) faz com que eles operem seus símbolos, elaborando para si uma figura heroica e essencialmente masculina. Segundo Eckert (1995, p. 166), essa elaboração aparece “como os elementos que estruturam a construção da identidade social do grupo, conformam um estilo de vida, definem um *habitus* corporal”.

Diz a autora da pesquisa que “na ordem capitalista, o corpo operário é a força de trabalho, corpo taylorizado, preso antes de mais nada à lógica do rendimento” (Eckert, 1995, p. 165). Nesse processo a que o trabalhador se expõe, ou se submete no trabalho, atua nele a lógica de produzir para sua sobrevivência, mesmo que o caráter e as condições do seu trabalho sejam arriscados, mas “soma-se aí o domínio simbólico de um mundo masculino”, mundo esse, onde “se percebem, vinculados, a imagem de heroicidade e a de virilidade” (Eckert, 1995, p. 179).

Outra questão que envolve o trabalho diz respeito a locomoção, ou melhor, a processos migratórios. É importante entendermos que processos migratórios se dão por vários motivos, sejam por contextos sociais, econômicos, políticos, culturais e/ou históricos (IPEA, 2010; Almeida *et al.*, 2009; Oliveira e Jannuzzi, 2005; Zaberlam, 2004). Diz Gustavo Ribeiro (2000) que, em relação a deslocamento, o mercado de trabalho de circuitos migratórios das grandes obras exige “trabalhadores especializados” e, em geral, “os migrantes recém-ingressos no mercado de trabalho entram nas posições inferiores”. É importante também perceber, como alerta Oliveira e Jannuzzi (2005), que as famílias muitas vezes migram por causa da situação de emprego dos homens, ou seja, quando os homens buscam novas ou melhores oportunidades de trabalho e de vida.

Grande parte dessa migração se dá em processos interestaduais, ou seja, migração/mudança de um Estado brasileiro para outro, pois, de acordo com o com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), a migração interestadual compõe parte importante dos fenômenos migratórios. E, como citado por Oliveira e Jannuzzi (2005, p. 138), “observa-se com clareza o padrão fortemente modal e concentrado da migração por trabalho nas faixas de 20 a 39 anos, e sua incidência acentuada entre homens”.

Dentre outras questões, a migração nos leva a pensar em como se configura a relação desses homens com o lugar onde residem por força do trabalho. Pois, mesmo que os homens passem longos períodos longe de suas famílias, distantes da cidade onde residem com seus familiares, suas referências do lugar

onde moram continuam atreladas a questões de pertencimento ao grupo familiar.

Essa é uma questão importante, pois, como afirma Perry Scott (2010, p. 253), os processos de migração ou mobilidade que frequentemente resultam em deslocamentos geográficos e sociais, levam “a inserções em novas realidades de interpretações e de relações”. Segundo o pesquisador, essas novas realidades “precisam ser equacionadas para se entender as transformações e os mecanismos que dão continuidade ao sentimento de pertencimento a grupos familiares e de parentesco em espaços diferenciados”.

Assim, percebe-se que a mobilidade em razão do trabalho, por uma determinada perspectiva, a do deslocamento e distância da família, envolve mais os grupos de homens. De acordo com Ribeiro (2000), esses elementos fazem parte de “processos fundamentais para a reconstrução de identidades”, e condicionam várias questões à vida social desses grupos, tais como: ideia sobre pertencimento ao lugar onde se instalam temporariamente; relações com a comunidade local; sustentabilidade econômica familiar; vínculos extraconjugais etc.

Nessa dimensão, ao mesmo tempo em que a situação lhes confere o *status* de provedor e chefe de família, também pode os privar do convívio de amigos e familiares. Além de exigir maior flexibilidade para lidar com situações desconhecidas, culturas diferentes, se expor a diversos riscos, pode também provocar sentimentos de saudades e tristeza, servir de impulsionador para questões que remetem ao risco pelo aspecto do trabalho, assim como pela sexualidade.

Ao visitar as empresas responsáveis pela construção da Refinaria Abreu e Lima, fica claro que o quantitativo de homens é bem superior ao de mulheres. No entendimento de diversos funcionários, isto se deve à especificidade da natureza do trabalho, onde se exige o uso da força física e o local é cercado de periculosidade.

Além disso, no caso de alguns cargos específicos, diante das particularidades exigidas para construção de uma refinaria (experiência na construção civil, cursos específicos em diversas áreas – mecânica industrial, tubulação de dutos, marcenaria etc.), é agregada a necessidade de deslocamento territorial, tornando-se prática as empresas darem preferência à mão de obra masculina. Isso faz com que o tipo de atividade que se executa para a instalação de um empreendimento com esse porte seja visto como mais apropriado de ser desenvolvido por homens.

Percebe-se também que além da predominância de homens no canteiro de obras, o setor administrativo também é composto por maioria de funcionários homens. Segundo funcionários dessas empresas, isso envolve uma questão de preferência e adaptação à realidade do trabalho em que vivem, pois como o ambiente da construção civil é essencialmente masculino, predomina a ideia de que, para lidar com homens, é necessário que sejam homens nas posições de coordenação e lideranças, pois eles alegam que os homens são mais respeitados que as mulheres para impor autoridade.

Em uma conversa que tive com uma assistente social, funcionária de uma dessas empresas, ela me disse o seguinte: *“os homens são mais fáceis de serem chamados por conta do tipo de serviço que se faz na refinaria. É serviço pesado, o ambiente é muito bruto, e homem com homem se entende melhor. Além disso, no*

*caso do pião que fica em alojamento, as empresas só mantêm alojamentos para homens... É uma recomendação que vem de cima, dos gerentes”.*

Em uma das empresas que mantém em seu quadro quase dois mil operários, a assistente social me mostrou o quadro de funcionários com o quantitativo de homens e mulheres que trabalhavam diretamente no canteiro das obras. Observando o quadro, pude verificar que o quantitativo de mulheres fica em torno de 10% do efetivo total. Quando se refere às funções administrativas, a predominância também é de funcionários homens e as mulheres chegam a pouco mais de 40% nesses casos. Porém, os homens são quase totalidade nos cargos de lideranças (gerência, coordenação de setores, engenheiros etc.).

Das vezes que fui aos canteiros de obra, foi fácil constatar o que o quadro disponibilizado pela funcionária descrevia. Participei de cinco momentos de visitas aos canteiros, acompanhando atividades desenvolvidas pelo Instituto Papai com os trabalhadores de algumas empresas<sup>40</sup>. Em apenas dois momentos distintos percebi a participação de mulheres diretamente envolvidas nas atividades da construção civil no canteiro de obras.

Na primeira vez, registrei apenas uma mulher em meio a muitos homens. Ela executava atividades de montagem de estruturas de arames para pré-moldados e, pelo que vi, tinha a mesma desenvoltura dos homens na execução da atividade. A segunda vez que presenciei a presença de mulheres nesses locais foi em um momento de Diálogo Diário de Segurança - DDS (momento que ocorre todos os dias de trabalho antes do início das atividades). Nesse dia específico, contei a presença de quatro mulheres, num ambiente onde se encontravam, mais ou menos, cerca 150 trabalhadores. É importante também destacar que nesse DDS estavam presentes quatro funcionários de outros setores que acompanhavam a atividade: um médico, um gerente, um técnico de segurança do trabalho e a única mulher desse grupo era uma assistente

---

<sup>40</sup> Como fui autorizado a acompanhar as atividades da ONG dentro das obras, ficou acordado que eu contribuiria na elaboração dos relatos de visitas, que serviriam para alimentar os relatórios de atividades da Instituição. Além disso, fiquei responsável pelos registros fotográficos das ações que acompanhava.

social. Ou seja, mesmo contando com presença de funcionários de outros setores, havia apenas mais uma mulher.

Nos setores administrativos, quando tive a oportunidade de observar os funcionários em seus departamentos, apesar de verificar um quantitativo maior de mulheres nessas funções, ficava claro que o número de homens era superior. Por curiosidade, contei quantos homens e quantas mulheres havia em dois dos setores onde o número de funcionários ultrapassavam 10 pessoas. Em um desses setores estavam presentes 16 funcionários; na minha contagem, havia 10 homens e seis mulheres. No outro setor, trabalhavam 11 funcionários: sete homens e quatro mulheres. Pelo que pude ver, quase todos os demais setores onde se aglomeravam mais de cinco trabalhadores, seguiam a mesma configuração.

A impressão que tive é que o ambiente de trabalho no qual esses sujeitos estão inseridos é composto por forte demarcação de gênero nas relações de trabalho e agrega a ideia de força, enfrentamento ao perigo e liderança como atributos valorizados, exigidos e ainda pensados como essencialmente masculinos. Provavelmente, esse é um dos motivos da maior presença dos homens em todos os setores das empresas, seja em tarefas administrativas, postos de liderança ou em funções de execução da obra.

Em ambientes como esse, da construção civil, parece que a ideia de que os homens detêm maior habilidade física para desenvolver atividades dessa natureza, além de particularizar a liderança sobre pessoas como lugar melhor exercido por homens, reforça o papel simbólico da masculinidade hegemônica. Na ideia de que esse ambiente de trabalho é lugar para homens, simbolicamente essa é uma questão que reafirma a condição de provedor “de teto, alimento e respeito” (Sarti, 2005, p. 38), e reforça a ideia de chefe de família, perpassando inclusive por questões como a divisão sexual do trabalho, uma vez que nos cargos de liderança, os homens predominam.

Fora do ambiente de trabalho, os sujeitos da pesquisa mantêm o *status* de homens trabalhadores e revelam como essa identidade influencia suas vivências. No contato com esses sujeitos, tanto no ambiente de trabalho

quanto fora dele, os assuntos que surgiam com mais frequência, pelas minhas observações, eram três: trabalho, família e mulheres – esse último, na maioria das vezes, a partir de uma conotação sexual, a não ser que estivessem falando de suas companheiras. Tais assuntos apareciam nas conversas de forma espontânea e livre, mas se fossem provocados para tal, esses temas rendiam bom papo. Nas várias oportunidades que tive de dialogar com os trabalhadores ou apenas quando presenciava diálogos deles (nos pontos de parada de ônibus, na praia, na barbearia, nos bares e/ou em espaços de lazer), esses assuntos os mobilizavam.

Neste capítulo, serão destacados elementos referidos sobre o trabalho, como são citados pelos sujeitos da pesquisa e como esses enfatizam simbolicamente questões ligadas às formas de interação social presentes nas práticas da vida de um “homem trabalhador de trecho”.

Embora trate de contexto diferente, Cornélia Eckert (1995, p. 166), em pesquisa realizada com grupos de homens trabalhadores de minas de carvão, ao tecer referências a natureza de trabalho desses operários da mina, afirma que questões vivenciadas no cotidiano desses sujeitos fundamentam elementos que “estruturam a construção da identidade social do grupo”.

Com o grupo de ‘Piões de Trecho’, também se identificam elementos elencados como características próprias da profissão que remetem a ideias de força, aventura, coragem, sacrifício, entre outros atributos, que compõem simbolicamente a identidade social desses operários, e conferem uma ideia de “grupo seleteo”.

Quem ingressa e passa um tempo nessa atividade, mesmo não sendo por escolha livre, acaba se identificando com a vida de “pião”, onde as exigências da profissão requerem empenho e coragem, mas justificam-se pelo bem estar da família. Todas essas características conformam simbolicamente um estilo de vida e demarcam a identidade desse grupo, compondo um *ethos* coletivo.

### **3.1. OS HOMENS TRABALHADORES: A IDENTIDADE PELO TRABALHO, DESLOCAMENTO E TEMPO/PERÍODO**

Era comum nos diálogos dos trabalhadores, aparecer referências tais como: “o trabalho é essencial” ou “sem trabalho o homem não é nada”. Para mim, isso não se configurava algo novo, pois o trabalho como referência da identidade masculina e que faz parte do ideal de masculinidade hegemônica já é algo discutido nos estudos sobre masculinidades<sup>41</sup>.

As referências trazidas pelos sujeitos reafirmam a importância do trabalho e destacam significados desse em relação a valores atribuídos ao masculino, configurando símbolos de poder, pois, por meio dele (o trabalho) há manutenção da condição de provedor do lar, além de reforçar o valor dignidade/honra masculina e fornecer a oportunidade para o crescimento econômico (conquista de bens).

Pelo exercício do trabalho assalariado e pela especificidade da vida que levam (exigências de longas viagens, enfrentamento de situações de perigo, convivência com outras culturas, etc.), as especificidades da profissão fornecem a ideia da identidade social do grupo (Eckert, 1995; Ribeiro, 2000), diferenciando-os dos outros trabalhadores, mesmo que esses realizem atividades idênticas dentro das empresas. No entendimento desses homens, o ‘Pião Trecheiro’ não é um simplesmente um ‘Peão de Obra’. Há elementos importantes característicos do estilo de vida da profissão que esses exercem que vai diferenciar os ‘piões’ dos ‘peões’. Pois, para um ‘peão’ se tornar um ‘pião’, tem que “rodar” e incorporar essa característica a sua vida.

Outros elementos também emergiram nas conversas com esses trabalhadores. Entre eles, destaco a questão da virilidade masculina ou a disposição do homem para o sexo, características já mencionadas em outros trabalhos<sup>42</sup>. Além disso, os homens revelaram em seus discursos o entendimento de que o trabalhador vindo de outro Estado é visto com maior

---

41 Ver: Wanglânia Freitas et al. (2009); Mirian Grossi (2004); Ana Paula Portella et al. (2004); Pedro Nascimento (1999); Michael Kimmel (1992); Miguel Vale de Almeida (1995).

42 Ver: Garcia, 2006; Grossi, 2004; Portella, 2004.

interesse pelas mulheres locais. Sobre essa questão específica, tratarei no capítulo seguinte.

O que inicialmente ressalto aqui diz respeito aos significados atribuídos ao tipo de profissão exercida pelos sujeitos da pesquisa, onde os termos ‘pião’ e ‘trecho’ refletem a condição em que esses sujeitos são posicionados e também se posicionam, ou seja, a condição de “trabalhador que migra”. A denominação ‘Pião Trecheiro’ carrega em sua composição a ideia de “trabalho temporário”, “intervalo de tempo” e “local/região”.

Quando cheguei à região de Suape, percebi ser comum as pessoas falarem: *“Aqueles são homens das firmas”* ou *“Aquele é um Pião Trecheiro”*. Isso era dito quando alguém se referia a algum trabalhador de Suape residente em alojamento. Ao conversar com esses, também escutei, dito por muitos até com certo orgulho, *“Eu sou Pião Trecheiro”* ou *“Sou Pião de Trecho”*.

A curiosidade sobre o que significava ser um ‘Pião Trecheiro’ me fez sondar essa especificidade e, em pouco tempo, pelas respostas que recebi, percebi que essa denominação indica uma identidade composta, entre outras coisas, pela dicotomia “fazer parte” e “não fazer parte” do lugar. Para entender melhor essa questão, vejamos alguns indicativos do que considero “fazer parte”:

- Os trabalhadores residem em alojamento na região por longo tempo (alguns já estão nessa situação há mais de quatro anos);
- Participam ativamente da vida cotidiana da comunidade local (interagem nos espaços de lazer, movimentam o comércio e o setor de serviços local enquanto clientes, etc.);
- Interferem, influenciam e sofrem a influência da dinâmica local;
- Criam relações de amizade e interagem com moradores locais.

Essas questões enfatizam como esses homens se fazem presentes na localidade e demonstra a sua relação com a dinâmica local, pelas características que os fazem “fazer parte” do contexto da região, influenciando, modificando e sendo influenciados por essa interação na comunidade. Contudo, há elementos

presentes nessa relação que os mantêm deslocados do lugar, não sendo eles vistos como membros da comunidade. Esses elementos refletem o que chamo de “não fazer parte”. Vejamos alguns indicativos do que considero “não fazer parte”:

- Os alojados não se identificam enquanto moradores locais;
- Não são identificados enquanto moradores locais pelas pessoas que residem na região;
- Sempre que podem fazem questão de sair da cidade – vão geralmente para a cidade natal onde residem suas famílias, enfatizando que “lá” é que é o “seu lugar”;
- Os relacionamentos amorosos que desenvolvem na região não consideram como sérios (são referidos como passatempo/diversão, relacionamentos passageiros e sem compromisso emocional);
- Assumem como característica da profissão não se prender a um lugar por muito tempo.

Em geral dizem não alimentar sentimento de pertencimento ao lugar e isso, de alguma forma, parece influenciar na maneira como lidam com as pessoas da região, além de demarcar como se veem no contexto social da comunidade.

No que se refere à visão da comunidade sobre os trabalhadores, uma forma de compreender a condição de “não fazer parte”, constantemente reafirmada na linguagem local, é quando se referem a esses operários pela denominação de “bairianos”. Essa expressão carrega a condição de afastamento que os moradores locais estabelecem para esses trabalhadores - onde a expressão “bairiano” pode ser lida como “de fora” ou “estrangeiro”.

Perguntei algumas vezes a comerciantes locais por que eles se referiam aos trabalhadores de Suape como “bairianos”, já que muitos não são originários do Estado da Bahia. Uns disseram que só repetiam o que escutavam, mas dois deles responderam que realmente não sabiam de que cidades eles tinham

vindo, sabiam apenas que não eram dali, eram de fora e por uma questão de gozação achavam melhor chamar todos de “baiano”, pois “*quase ninguém gosta de baiano*”, relatou um deles.

Um dos comerciantes com os quais conversei tinha um sotaque diferente da região local, então perguntei de que cidade ele tinha vindo. Disse-me ele ser da cidade de Santana, que fica no interior de São Paulo e residia há cerca de 10 anos na região. Mesmo assim, esse comerciante, dono de uma pizzaria, se referia aos operários enquanto “baianos”. Inquiri se ele também não seria um “baiano” no entendimento dos outros. Ele me respondeu o seguinte: “*minha condição é diferente. Vim morar aqui, me estabelecer. A prova é que montei um negócio... Não pretendo sair. Eu sou morador daqui*”.

Nesse caso, a condição de permanência na região pode proporcionar uma mudança de olhar sobre quem vem de fora. Se vier para ficar, se estabelecer na região, o *status* sofre modificação e a condição de “fazer parte” é incorporada, ou seja, dessa forma se estabelece uma relação mais estreita com o lugar.

Os trabalhadores alojados deixam claro que a relação deles com o lugar é fluida e passageira. Residir na localidade, para a maioria, não é uma escolha permanente, mas uma necessidade. Sendo assim, uma condição passageira/transitória, que é uma característica da profissão deles. Percebe-se essa especificidade na referência que esses sujeitos fazem sobre a profissão de “Pião Trecheiro”:

Terminou o trabalho aqui, já vou procurar outro. Todo mundo tá já pensando em outro trabalho. Eu penso em ir para um trabalho no Rio, mas se não der... será em outra cidade. Eu digo assim... o “pião” não escolhe um lugar. Ele não tem um lugar permanente... Ele tá aqui um tempo, tá ali por mais um tempo... Não nos fixamos num lugar. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Fiquei a refletir sobre as questões que envolvem o “fazer parte” e o “não fazer parte”. De certa maneira, eu também era posicionado da mesma forma, vez que, quando tentava realizar as entrevistas com esses trabalhadores, eu era

um “pesquisador/aluno da universidade”, não residia na região, não conhecia nada da profissão de ‘pião’, nem tinha relação de amizade com nenhum trabalhador<sup>43</sup>. Porém, eu conhecia pessoas na região; tinha amigos locais; já circulava pela área há algum tempo; interagia com os trabalhadores em vários locais da região, e; ao me tornar amigo de um desses trabalhadores me forneceu outro *status*, assim, estava também presente em mim a dicotomia “fazer parte” e “não fazer parte”.

Em si, ‘Pião Trecheiro’ não é uma profissão de registro na carteira de trabalho. Na verdade, eles são registrados como soldados, mecânicos industriais, ajudantes de pedreiro, pedreiros, encanadores industriais, operadores de empilhadeira, marceneiros etc. Todas essas funções são necessárias para realização de uma obra de grande porte como a construção da refinaria. Porém, na prática, eles se denominam e são identificados como ‘Pião’, mas não são apenas ‘Pião’, como eles próprios dizem, são identificados pelo nome de ‘Pião Trecheiro’.

Pensava logo no início que a denominação correta era ‘Peão’ e não ‘Pião’. Na minha cabeça, essa designação era uma ligação direta com o ‘Peão de obra’ (que é como se referem aos homens que trabalham em obras da construção civil). Pesquisando sobre a diferenciação linguística entre ‘Peão’ e ‘Pião’, resolvi nas conversas enfatizar a palavra ‘Peão’ forçando o som do “e”.

Aconteceu que todas as vezes quando me referia a eles como ‘Peão’ (enfatizando o “e”), eles me corrigiam dizendo: “*Eu sou Pião Trecheiro*”. Não entendi logo o porquê da correção e até achava ser apenas a questão da diferença do sotaque provocada por mim. Um dia, perguntei diretamente o motivo de enfatizarem que eram ‘Peões Trecheiros’? Recebi como resposta a

---

43 Todos esses elementos me fixavam na posição de “não fazer parte”, o que eu demorei a perceber. Só depois de conseguir um aliado, quando me tornei amigo de um trabalhador (o Toni), e esse ocupava as mesmas condições dos outros, passei a ser visto em outra condição, gozando de certa credibilidade. Sendo “amigo de Toni”, de certa forma passei a ter uma inserção entre eles que me possibilitou de uma maneira mais ampla, com certos limites, a condição de “fazer parte”. Não significa que tudo ficou tranquilo, mas ser “amigo de”, com certeza era muito mais do que ser “pesquisador/aluno da universidade”. Mas, como disse, sempre tive a consciência que a condição de “fazer parte” nunca seria plena, sempre haveria estranhamento nessa relação. O certo é que, de certa forma, eu também era um “*baião*” na região.

seguinte afirmação: “Por que você diz ‘peão’?... Não é ‘peão’. É ‘pião’, no caso: ‘Pião Trecheiro!’”. Foi aí que compreendi que havia uma diferença prática e simbólica entre o ‘peão’ e o ‘pião’.

E, pela forma enfática que colocavam, entendi que isso configurava um elemento identitário importante, era isso que os diferenciava da grande massa de trabalhadores de Suape. Então, a questão era: “O que seria um ‘Pião Trecheiro?’”

Primeiro, é importante destacar que essa função é uma analogia que une três atributos valorizados por eles. Além disso, a denominação ‘Pião Trecheiro’ comporta certas experiências vividas pelos operários. Foi no convívio com os trabalhadores, depois de muitas conversas e observações, que cheguei a um entendimento do que seria ‘Pião Trecheiro’ ou ‘Pião de Trecho’. Mas, para explicar melhor, faz-se necessário entender o que vem a ser ‘trecho’ na compreensão desses homens.

Metaforicamente, eles assemelham a palavra ‘trecho’ a “obras instaladas em uma determinada região”. ‘Trecho’ pode se referir também a um “período de tempo” – aquele em os homens trabalham numa “região” onde a “obra” está sendo realizada. Para eles, o Brasil é como uma grande área onde acontecem várias “obras”. Esses empreendimentos podem ser instalados em várias cidades, ou, na metáfora utilizada por eles, em vários ‘trechos’.

Assim, ao se deslocarem para trabalhar em uma dessas obras como operários, consideram estar em um ‘trecho’, durante um “intervalo de tempo”, cientes de que logo estarão em outro ‘trecho’. Isso faz com que não se sintam pertencentes àquela região, pois o ‘Trecheiro’ não se prende ao lugar. Como vemos no depoimento de Miro e Toni:

Estou aqui ha um ano e meio... Olha, nesse ramo que a gente trabalha, a gente engloba o Brasil. A gente faz obras, constrói... As principais obras a gente constrói. Quer dizer... Tem uma obra aqui, a gente tá aqui. Tem uma obra ali, em São Paulo, a gente vai para São Paulo... Migra pra São Paulo... Rio... O pessoal do Rio vai pra São Paulo... Goiás, o pessoal de Goiás..., por exemplo: há cerca de dois anos e meio eu estava em Goiás.

Há um ano e meio eu estava em São José dos Campos... Quer dizer, onde tiver obras, a gente migra. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

‘Pião Trecheiro’ é porque ele não tem estadia. Quer dizer, ele está num ‘trecho’. Por exemplo, ele está no Rio, aí alguém diz: “Olha, tem uma obra pra gente lá em Manaus, quem é que vai?”... É... O Toni vai, o Diniz vai, o Fulano vai... Quer dizer, ele não se apega ao Rio de Janeiro. A gente não se apega à cidade. (...) O pião não passa muito tempo num lugar... Porque ele vai onde tem trabalho... É a busca pela sobrevivência... Uma vida melhor, né? Pra ele e pra família. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

Agora, em relação ao ‘Pião’, essa denominação carrega um sentido de como se percebem. Em toda obra existem os ‘peões’ (com “ê”, mas som de “i”); em algumas existem também ‘piões’. No caso da construção da refinaria, coexistem os dois grupos (Piões e Peões). Os ‘Peões de obra’, nesse caso, são trabalhadores da própria região, que ainda não adentraram na vida de ‘Pião de Trecho’, pois, o ‘Pião’ acumula em sua bagagem a experiência do ‘deslocamento’ ou ‘circulação’ territorial.

Um dia, o ‘Pião’ está em Pernambuco. Quando acabar o empreendimento ali, ele pode ir para Goiás ou São Paulo. O *“Pião vai onde o trabalho está”*, como me disse um dia, Miro. Os ‘Piões’ circulam, rodam pelo mundo e para o ‘peão’ se tornar ‘pião’ tem que conhecer bem essa profissão na prática, e a prática do ‘pião’ é ‘rodar’ - só assim passa-se a fazer parte desse grupo seletor.

O Miro utilizou uma metáfora muito interessante para explicar a necessidade do ‘Pião’ de estar circulando e nunca parar em um lugar por muito tempo. Primeiro falou que a referência sobre o ‘pião’ diz respeito ao brinquedo que, ao ser acionado em movimentos circulares, fica a girar e não pode parar, pois, *“(...) o que é o pião?... O piãozinho ele gira, ele roda... Quer dizer, o pião rodado’... Ele está circulando, ele não está parado. Se parar ele cai”*.

A metáfora de girar para se manter em pé reflete bem a ideia que esses homens guardam sobre a mobilidade territorial, além de comportar outras ide-

ias como força e dinamismo. Enquanto está girando o pião tem força, só para se perde a força, aí ele cai. Esse cair, a meu ver, pode ser comparado à morte, invalidez ou aposentadoria. Percebe-se algumas dessas ideias nas palavras de Diniz: *“Uma vez que sente, gosta. E se pegar gosto, né?... Não sai mais dessa vida... A não ser quando se aposentar ou morrer”*.

Pode-se então entender que a junção entre ‘Pião’ e ‘Trecho’ significa a união de três condições compostas de valores, que são: 1. Pião – trabalhador que roda, não fica fixo em um lugar, circula; 2. Trecho – espaço geográfico onde a obra está instalada, e; 3. Trecho – espaço de tempo, período. Assim, ser ‘Pião Trecheiro’ é fazer parte de um grupo identificado com o “trabalho”, o “deslocamento” e o “tempo/período”.

### **3.2. OS HOMENS E O TRABALHO: NECESSIDADE, VOCAÇÃO E CONFORMAÇÃO**

Adentrar na vida de ‘Pião Trecheiro’, para grande maioria, não foi uma livre escolha. Geralmente, o que os motivaram a seguir essa profissão envolve questões circunstanciais, tais como a falta de emprego em suas regiões de origem, necessidade financeira ou a busca por uma melhor condição financeira para proporcionar maior bem estar (para eles e para a família).

Essas alegações foram relatadas em vários momentos com os trabalhadores alojados. Muitas foram as histórias que escutei sobre a falta de emprego e como alguns começaram a trabalhar nessa profissão por indicação de um amigo ou parente. Essas mesmas questões surgiram nas entrevistas, como nos relatos abaixo:

Às vezes, no Estado que você está, os recursos que tem lá, é... São poucos. Então a gente consegue, é... ter que migrar prá outro Estado. Pra ter uma condição financeira um pouco melhor. Pra poder dar um certo conforto à família da gente. Assim como a garantia do futuro. Também tem a necessidade, o valor da remuneração. (...) Então, o que faz o eixo girar é a economia que tem ali. A partir do momento que a gente tem condições de ter uma remuneração um pouco melhor, é tempo de sair.

Aí a gente tem que estar conectado, pra estar sempre no mercado de trabalho. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

Vim trabalhar como pião por causa da minha profissão... Sou soldador, e teve uma crise lá no Rio. Todo mundo ficou desempregado, fecharam tudo naquela época. Aí eu comecei a arrumar uns tranco de ficar embarcado. Passei uns oito anos embarcado... Viajando por tudo que é lugar do mundo: Venezuela, Trinidad e Tobago, Dinamarca... Sou 'babado', como diz o 'pião'. (...) Eu não pensava em correr trecho, nas palavras do 'pião', foi através mesmo da falta de trabalho na época, quando fechou tudo naquela crise braba que tivemos... Aí eu peguei e tive que meter o pé na estrada. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Eu dava aula, mas resolvi mudar de ramo. Trabalhei em indústria lá, um ano e meio, mais ou menos. Foi quando vim pra cá... Pernambuco, em Suape. Antes dava aula de geografia. (...) Depois que eu saí da profissão de professor, eu fui trabalhar na indústria: eu fazia montagem, montagem de estrutura industrial. Depois de professor eu me tornei mecânico montador, fazendo montagem de mecânica industrial. (...) Para mim, a única vantagem é o lado financeiro. Porque, com o trabalho eu me identifiquei... Não vou de dizer que gosto, mas me identifiquei. Mas, o que me motivou a sair pra ficar longe da minha família, dos meus pais, das pessoas que eu amo, foi justamente o lado financeiro, porque no meu Estado a oportunidade de emprego lá é bastante fraca. Então é o lado financeiro, somente. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

No caso de Breno, quem fez o convite para ele vir trabalhar como 'Pião' foi o sogro. Há muitos casos de pessoas que entram para vida de 'Pião Trecheiro' por convite de parentes ou amigos. Mas encontrei também trabalhadores que afirmam estar na profissão por vontade própria ou vocação. Esta pode surgir depois, com o tempo, pela busca ou vontade de se enquadrar nessa vida.

A questão vocacional, isso é essencial... Por quê?... Porque quando inicia a questão do trabalho, quer dizer, quando a pessoa cai em campo pra

buscar trabalho, tem pessoa que faz isso, que quer buscar uma vocação e não consegue... Geralmente a gente faz isso porque buscou a vocação, quer dizer a gente cria uma vocação... Se identifica muito com aquele trabalho, aquela atividade. Então... O fator vocação é essencial pra gente estar no dia a dia fazendo esse tipo de coisa. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Sobre a importância do trabalho e como percebem o tipo de atividade que desenvolvem, escutei muitas coisas. Quase todos trabalhadores enfatizaram características simbólicas da profissão ligadas à ideia de sustentabilidade financeira da família como condição essencial do “ser homem”. A condição de sustentabilidade financeira do lar, pelo visto, é tida como obrigatoriedade para os homens (Quadros, 2004; Portella *et al.*, 2004, Grossi, 2004; Medrado, 1997; Sarti, 1994, 2005). Ou seja, para esses sujeitos é obrigação deles garantir o pão na mesa da família.

Outro elemento citado destaca o trabalho como meio de realização de desejos e sonhos ou a busca da melhoria de vida deles e, principalmente, para a família.

Porque homem tem que trabalhar... Tem que se sustentar, não pode ser vagabundo. Eu sempre trabalhei pra ter minhas coisas. Ninguém me dava, eu que tinha que conseguir e... para conseguir, só com o trabalho, né? (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

É por onde você tem o bem estar. É pelo trabalho que o homem se sente homem. É onde você vai buscar o melhor. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

(...) o trabalho é o meio que a gente achou de buscar os nossos objetivos. De crescer. Eu falo crescimento com dignidade. O trabalho possibilita essa oportunidade de ter conforto, muito mais pra família. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

O trabalho traz tudo isso. Tem um sonho, tem que correr atrás e o trabalho traz isso tudo pra gente. O único jeito é trabalhando. Eu já

realizei um, que era o de comprar meu carro... Tenho minha casa, graças a Deus. Foi isso, foi pelo trabalho... Foi trabalhando. (Joel Josias, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

O homem precisa do trabalho... É necessário. Se não for pelo trabalho, o homem não consegue nada... Quer dizer... pode até conseguir, mas não vai ser digno daquilo. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

Vários autores referem a importância e o lugar que o trabalho tem na constituição da identidade masculina tradicional (Garcia, 2006; Grossi, 2004; Portella *et al.*, 2004), pois “na divisão sexual do trabalho tradicional, o homem está ligado ao mundo público do trabalho e a mulher, ao mundo privado” (Grossi, 2004, p. 18). No diálogo com os trabalhadores, identifica-se claramente essa questão em algumas referências à ideia de que o homem sem trabalho pode ser tido como um vagabundo, sendo isso uma condição vergonhosa e indesejada. Também salientam os três significados atribuídos ao trabalho enquanto símbolos essenciais para o masculino, que são: o papel do homem enquanto provedor; a reafirmação da condição de dignidade e honra masculina e; a possibilidade de crescimento econômico (adquirir/conquistar bens).

Ainda, pode-se observar, como destacado por Gael, que existe a ideia de que o homem tem como adquirir bens sem ser pelo trabalho, mas assim ele não será digno do que adquiriu, pois, não sendo uma conquista via trabalho, pode ferir diretamente a honra e dignidade masculina.

Um ponto a destacar sobre as afirmações referentes a trabalho e sustentabilidade financeira do lar é que, quase sempre, essas questões são mencionadas como uma condição masculina. Os sujeitos da pesquisa sempre colocavam o trabalho que garante a renda familiar como uma obrigação maior dos homens, ou exclusivamente deles. O que leva a pensar que esses assemelham “trabalho assalariado” como sinônimo de necessidade e obrigação masculina.

É verdade que, por vezes, escutei que o trabalho também é coisa de mulheres. Até um dos entrevistados, o Breno, fez essa referência ao citar o trabalho como uma necessidade para homens e mulheres, porém, de acordo com suas próprias palavras, reafirmou em suas ideias a condição masculina de provedor e enfatizou questões referentes à honra masculina.

O trabalho é uma necessidade pro homem,... pra mulher... Pros dois... Sem trabalho ninguém consegue se manter. Mas, digamos... Se o homem não colocar o pão dentro de casa, ele é o quê?... O que vão dizer as pessoas?... A nossa cultura cobra mais do homem, né?... Fomos educados assim... Em relação a sustentar a casa o dever é do homem... Eu penso assim. Eu fui educado assim... Eu não quero ser sustentado por uma mulher. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

A mulher, na visão de Breno, pode até trabalhar, sendo que o homem não pode ser sustentado por ela, pois a cobrança externa da sustentabilidade financeira do lar, culturalmente recai sobre o homem. Por isso não é admissível que os homens sejam sustentados ou dependam financeiramente das mulheres. Essa condição, como destaca Grossi (2004, p. 18), pode “tocar no cerne das relações de gênero de um casal”.

Ideias que se referem à divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, às relações de gênero, foram reproduzidas em outros espaços de interação com os trabalhadores.

Certo dia, participando de uma roda de conversa em um churrasco improvisado na área de lazer de um dos alojamentos, presenciei uma conversa acalorada sobre se as mulheres podiam trabalhar ou não fora de casa. Alguns defendiam que sim, diziam que suas esposas podiam trabalhar para ajudar nas despesas, mas também colocavam que era obrigação delas cuidarem dos filhos. Diziam outros que elas podiam trabalhar, contanto que estivessem em casa na hora que os filhos não estivessem na escola. Dois deles afirmavam que suas mulheres não poderiam trabalhar fora de jeito nenhum, pois eles já faziam o

sacrifício de trabalhar longe de casa para que suas mulheres ficassem em casa cuidando das crianças.

Não havia muito consenso, cada um que colocasse sua opinião, contra ou a favor das mulheres trabalharem fora de casa. A conversa seguia exaltada, mas observei nesse conflito que a única opinião, mais ou menos consensuada entre eles, se referia à obrigação das mulheres em cuidar das crianças, independentemente de trabalharem fora de casa ou não.

O debate que presenciei, assim como outros momentos, sinaliza como esses trabalhadores reproduzem em certa medida a ideia da divisão sexual do trabalho, além de demonstrar que a hierarquia dos papéis sociais segundo o sistema sexo-gênero está muito presente nas relações que travam com suas esposas. O que mantém a ideia do homem no controle familiar e a mulher no controle da casa (Quadros, 2004; Scott, 1990; Sarti, 1994).

Porém, quando admitem que uma das obrigações das esposas é cuidar das crianças, não significa que todos os homens vejam o papel de cuidar das crianças como única e exclusivamente obrigação das mulheres. Alguns chegaram a falar da falta, ou até da necessidade de estar mais perto e cuidar dos filhos. Alguns homens revelaram gostar de acompanhar os filhos à escola e, em relação a atividades da casa, outros falaram que gostavam de cozinhar para a família (filhos e esposa) quando estavam em seus lares.

Sobre o cuidado com os filhos, por exemplo, Joel afirmou ao mencionar as saudades que sentia de casa e abordou sobre elementos que o incomodavam em relação ao longo tempo que passava distante da família:

Não ver os filhos crescer, não ver eles frequentar o colégio, não ver o dia a dia é ruim... Tem modificação que a gente nem vê, principalmente eu. Quando chego lá, no meu caso só de três em três meses... É muita saudade... Tando lá... Eu lá, eu levo minha filha na escolinha, vou buscar... Eu brinco com ela, né?... Aproveito os momentos. Agora, na última vez que eu fui prá lá... Eu estava prestando atenção ao jeito de minha filha. O tanto que ela cresceu, a partir do momento que eu não estava presente... A gente sente muita falta... É muita falta que a

gente sente... Não tá presente pra acompanhar, pra cuidar... Né? (Joel, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

Toni foi um dos trabalhadores que revelou gostar de cozinhar em casa e também admitiu arrumar/cuidar da casa nos finais de semana quando não trabalha na obra. Tive a oportunidade de conversar com sua esposa e ela confirmou que ele a ajudava em casa. Lavava o banheiro, fazia comida (cozinhava muito bem, alguns alimentos até melhor que ela – segundo a mesma), lavava pratos e até chegava a arrumar a casa com ela de vez em quando.

Outra questão bastante citada pelos trabalhadores de Suape é sobre a cobrança, ou necessidade que sofreram ainda muito jovens de terem que procurar uma ocupação que gerasse renda (Candido, 2009; Grossi, 2004; Quadros, 2004; Portella *et al.*, 2004). Os relatos demonstram que essa questão se apresenta em suas vidas pela cobrança da família, ou por questões de necessidade, vontade ou até desejo em adquirir coisas. Além disso, ter dinheiro na juventude foi apontado como um diferencial em relação à conquista de mulheres.

Eu sempre trabalhei. Desde muito cedo eu trabalhava... Me virava, né?... Porque eu queria ter meu dinheirinho, sair com as mulheres... Se eu queria sair? Me divertir?... Meus pais não me davam dinheiro e nem tinham dinheiro pra isso... Sou de uma família muito pobre. Aí você vai fazer o quê?... Correr atrás. Naquela época, se você precisava de algum dinheiro, tinha que se virar com o que aparecesse... Lá em casa eram nove filhos... Meus pais tiveram nove... Aí tinha que os filhos ajudar, né?... Eu já trabalhei como ajudante de pedreiro, carregador, ajudante de mecânico... Foi muitas coisas que eu fiz. (...) A partir do momento em que eu me documentei para me alistar, né?... Se alistei, fiz o quartel... Aí você tira o documento e foi quando passei a trabalhar nesse ramo mesmo. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Eu menino... Arranjava coisas pra ajudar aqui e ali... Meu pai dizia que um desocupado, que não arranja trabalho, acaba arranjando problema...

Porque mente desocupada é parque de diversão do diabo, né?... Aí, ainda menino, eu e meu irmão... a gente se virava, né?... O que dava algum... Algum dinheirinho, né? A gente tava fazendo... Limpa mato?... Nós limpamos... Vender fruta?... Vendi muita... E outras coisas também. (...) O dinheiro que nós ganhava, dava uma parte pra ajudar em casa, mas ficava com algum... Pra poder pagar um picolé pras meninas, né?... Quando a gente saía já tinha o nosso. (Joel, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

Quando você é novo e tá com dinheiro é mais fácil se garantir com as mulheres... Qual mulher gosta de sair com o cara liso?... Nenhuma!... Então eu já ganhava o meu com uns 14, 15 anos... Na hora de sair com as mulheres eu tinha o meu garantido pra pagar uns negócios... Pra relaxar e coisa e tal (risos)... (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

É recorrente a ideia de que o trabalho que garante alguma renda confere ao homem o *status* de provedor não apenas do lar, mas fora dele também. No caso do dinheiro que recebiam pela execução de atividades quando jovens, como revelado, servia para ajudar em casa, mas também garantia o consumo, a diversão e o prazer com mulheres. Sendo o dinheiro citado como um elemento atrativo e desejado por ser um diferencial de conquista com as mulheres.

Pôde-se observar que o trabalho atribui valor para esses homens, o que reafirma a condição de provedor do lar, e revela como pensam essa responsabilidade. Tudo isso aporta para símbolos do que significa “ser um homem trabalhador de trecho”, que ligam ideias à figura desse trabalhador, tais como: responsabilidade, honra masculina, força, coragem e sacrifício pela família. Essas condições simbólicas presentes na vida de um ‘Pião Trecheiro’, juntamente com as ideias de ‘deslocamento’ e ‘tempo/período’, revelam a forma como esses homens vivenciam os riscos em suas vidas, tanto no ambiente do trabalho como fora dele.

Passarei agora a tratar a questão de como o trabalho conforma uma linguagem própria e técnica, que é reproduzida nos discursos dos sujeitos no cotidiano. Fora do ambiente de trabalho, o entendimento sobre os riscos

segue caminho diferente de como é entendido no espaço do trabalho. Em determinados momentos, essas diferenças se compõem.

### **3.3. DO TRABALHO E DOS RISCOS: CONFORMANDO UMA LINGUAGEM E SITUANDO PRÁTICAS**

A forma como esse grupo opera os símbolos caracteriza o *ethos* dessa coletividade, destacando como eles se pensam enquanto parte de um grupo seletivo (Pião Trecheiro) que conforma uma identidade e um estilo de vida.

Nós somos um bando seletivo, quer dizer, nós somos o que se chama de 'Pião Trecheiro'... Que é o 'pião de trecho'. Eu me enquadrado nesse grupo... do 'Trecheiro', que se denomina como 'Pião'. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Os gostos e atributos citados para quem vive nessa atividade sinalizam ideias determinantes de uma ordem cultural, onde o constante enfrentamento dos riscos, na obra ou fora dela, evoca uma figura que os diferencia de outros trabalhadores, mesmo desenvolvendo atividades idênticas.

No que se refere à natureza do trabalho, a profissão de 'Pião Trecheiro' é cercada por características particulares em relação ao convívio com riscos, o que faz com que esses operários adotem uma linguagem carregada de símbolos. Subsiste a ideia de risco e segurança como algo que está sempre juntos. No convívio diário, porém, isso não se opera exatamente como é referido nas falas.

No trabalho temos risco. Na obra se classifica os tipos de risco. Chega ao nível quatro na classificação de riscos, que é o nível mais alto. Por isso que se tem toda uma preocupação com profissionais para treinamento. Profissionais para orientar sobre o uso dos EPI, de dispositivos para segurança, pois o nível de acidentes de risco são muito alto. Tem uns que dizem que os EPI são muito ruins. Por isso se preocupam em colocar pessoas pra orientar, pra treinar. (...) Todos sabem o que se deve fazer na obra. A segurança de um depende de todos. (...) Aí tem os riscos daqui, não só na empresa, mas... eu diria principalmente fora da empresa nós estamos correndo riscos. Mas lá tem gente que está

alertando, supervisionando todo mundo... Aqui fora não! Aqui não tem a figura do monitor, do supervisor... Vai pela consciência de cada um... O amigo dá conselho, mas o cabra escuta se quiser... Se conselho fosse bom, né?... Não tem aquele ditado?... Se conselho fosse bom não se dava, se vendia!... Aqui cada um age de acordo com a consciência própria. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luis/MA, 46 anos).

Todo mundo sabe que tem que tomar cuidado. É exigência das empresas que se trabalhe com segurança. É norma que todo mundo tem que cumprir. E corre o risco de ser demitido se não cumprir. Mesmo assim acontece dos cara vacilar... Aqui fora e lá na empresa também... Quer dizer... Lá tem gente que reclama, mas tem os que tá lá pra dizer que tem que usar os EPI... É... Se o nego não ficar em cima tem uns que não usa não... Aqui fora tem a questão da violência... Do sexo... De várias coisas... Aí o cara tem que fazer o quê?... Se prevenir. Agir pensando na segurança dele e da família, mas tem uns que faz isso não... Aí o problema é dele. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

Percebe-se, na fala de Miro, que o pião sabe dos riscos que corre, dentro e fora do trabalho. Os entrevistados referem que estão cercados de riscos também quando saem do trabalho, nas ações cotidianas o risco sempre está presente, como enfatizado por Toni, *“tem a questão da violência... Do sexo... De várias coisas”*.

Assim como se referem ao risco, a segurança/proteção é um fator constantemente reafirmado. O uso de equipamentos de segurança dentro das empresas é norma. A norma induz uma linguagem que reproduz a necessidade de se prevenir e conforma um linguajar próprio, composta por termos tais como: EPI (Equipamento de Proteção Individual), APR (Análise de Prevenção de Riscos), DDS (Diálogo Diário de Segurança), entre outros.

Douglas e Wildavsky (1982) afirmam que o risco sempre tem um caráter coletivo. Apesar dos homens reconhecerem seu caráter coletivo, nem sempre os riscos são reportados enquanto coletivos. Uma forma de perceber essa divisão diz respeito ao ambiente onde os riscos são vivenciados. No ambiente

de trabalho, as normas e exigências ajudam a prevenir riscos físicos. Nesse espaço, o cumprimento das regras é constantemente monitorado para que sejam realizadas as rotinas de segurança. Alegam que a vigilância sobre o cumprimento das regras é necessária para o bem de todos, assim, a prevenção dos riscos nesse ambiente assume uma dimensão coletiva.

Ao sair do ambiente de trabalho, o grupo assume que continuam a conviver com os riscos coletivos; sabem o que devem fazer para se prevenir, sendo que determinadas decisões são entendidas como de caráter e responsabilidade individual. Como alerta Toni, todos têm o entendimento de que devem “*agir pensando na segurança dele e da família*”. No entanto, fora da empresa, pensar na proteção da família, de certa maneira deixa de ser ampla responsabilidade coletiva, como é reforçado dentro da empresa, e passa a ser responsabilidade individual, onde o monitoramento não ocorre.

Esse é o caso da vivência dos riscos no alojamento: cada trabalhador decide o que fazer, como fazer e o que não fazer, sem ser monitorado. Mas, mesmo nesse caso, os indivíduos devem seguir determinadas regras de convivência para não colocar em risco os colegas de alojamento.

Uma coisa muito repetida nas conversas, bares, alojamentos e até nas empresas é que se alguém toma uma atitude que coloca apenas ele e seus familiares em risco, ninguém deve se meter. Essa decisão individual, que não compromete o coletivo (trabalhadores), não deve sofrer vigília. Mas se a decisão de um operário colocar em risco o grupo deixa de ser um problema individual e passa a ser coletivo; nesse caso, todos têm o direito de interferir e devem interferir.

Um grupo com o qual conversei certo dia relatou sobre a prisão de um colega que era usuário de drogas e acabou se envolvendo em roubo. Disseram eles que esse operário usava drogas, todos sabiam, mas como essa atitude era uma questão individual, ninguém se meteu. Porém, determinado dia, a polícia bateu no alojamento deles para prender esse rapaz e acabou levando outros três colegas do alojamento. Isso ocorreu porque havia uma denuncia de que

esse trabalhador estava envolvido com integrantes de uma quadrilha que vinha praticando roubos na região (a denúncia veio da comunidade).

Na batida policial, os produtos do roubo (celulares, notebook, som etc) foram encontrados nos pertences desse trabalhador. Os outros três que dividiam o alojamento com ele não sabiam, nem estavam envolvidos com o crime, mas mesmo assim tiveram que prestar esclarecimentos na delegacia e só foram liberados quando ficou comprovada a inocência deles, atestada pela confissão do responsável.

Um dos homens que contou essa história relatou o seguinte: *“enquanto ele só usava drogas, não atrapalhava a vida de ninguém, o problema era só dele. Aí ele se meteu com coisa ruim, levou roubo pro alojamento e quase que ferra todo mundo... Aí o problema é de todo mundo”*. Falaram ainda sobre a repercussão negativa na empresa, a desconfiança que ainda hoje sofrem na comunidade e do medo de serem prejudicados (disseram correr risco de demissão por causa da desconfiança).

Todos ficaram em alerta no alojamento. Uns passaram a vigiar os outros, pelo medo que algo parecido voltasse a acontecer. Esse episódio exemplifica bem o que os trabalhadores dizem sobre o risco a partir da dimensão individual ou coletiva, ou seja, quando a questão pode prejudicar apenas um, consideram como um risco individual, pois não afeta o coletivo. Mas, quando a questão afeta a vários, no caso de esconder o produto de roubo no alojamento, então todos devem passar a exercer o controle sobre o outro, pois os riscos tornam-se coletivos. A linha que separa os riscos individuais dos coletivos, na prática, é tênue.

O risco externo à empresa, vivenciado no dia a dia, é constantemente citado. Reconhecem a necessidade de tomar cuidado, mas também falam sobre coragem. É necessário ter coragem e cuidado para encarar os desafios da vida que levam. Usam de estratégias para minimizar os riscos, mas nem tudo está sob o controle deles, pois um pode se cuidar, mas se o outro não se cuida os acidentes e as tragédias podem acontecer, dentro ou fora do ambiente de trabalho. Lidar com os desafios é parte da profissão e a figura do pião é

moldada pela vontade do desbravamento do desconhecido e a satisfação pela aventura - características tidas como elementos importantes na construção da identidade social desse grupo. Como se observa no relato dos entrevistados:

Pra gente, chega a ser até cultural. É esse nosso envolvimento na função, no trabalho todo. Ser 'Pião de Trecho'. Chega a ser uma coisa atrativa pra nós. O desconhecido... Hoje nós estamos aqui, amanhã sabe-se onde?... Isso também funciona como um atrativo. (...) Tem pessoas que estranham o nosso pensamento. Nosso modo de ver as coisas. Mas é uma coisa que já faz parte de nós, faz parte de nossa vida. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Essas coisas fazem parte da nossa profissão. (...) Provavelmente, tudo isso, por causa da nossa experiência, vai fazendo parte da nossa cultura. São coisas que fazem parte do nosso trabalho, que vão fazendo parte da nossa vida. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

De viajar, conhecer outras pessoas, correr trecho, conhecer o mundo... Igual a vida de cigano, acaba ficando parte da pessoa. Tem muitos que arrumam um emprego perto de casa, chega um certo tempo diz: "*minha vontade é viajar mesmo*"... Arruma um trabalho fora e vai embora... Por causa do costume. (...) Não importa onde, importa se gosta do que faz... Muitos aí, acredito, também estão nessa vida... vida de pião, porque querem ter suas coisas e porque gosta de ser pião. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

É uma vida que quando você entra ou se acostuma, ou sai fora... Ninguém fica muito tempo como 'Pião Trecheiro' se não se identificar com alguma coisa da vida de pião... Tem uns que começa e desiste logo, mas se você passa um certo tempo nessa profissão se acostuma... É difícil?... É!... Mas também tem muitas coisas boas... É... É... Vamos dizer, conhece outras pessoas, fazer amizade com pessoas de culturas diferentes da sua... Tem também a coisa da comida, né?... Outros tipos de comida... Um exemplo, eu não conhecia a juçara<sup>44</sup>, ai ele (o Miro)

---

44 Também chamado uaçáí, açáí, açáí-do-pará, é um fruto bacáceo de cor roxa, muito utilizado na confecção de sucos e refrescos.

é que me apresentou... Quer dizer, para ser Pião, tem que gostar de se aventurar também... Aventurar nesse sentido de conhecer o que tem em outros lugares, que o seu Estado não tem... O Pião gosta disso. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

Conforme Ribeiro (2000), com base nos estudos de trabalhadores da construção de uma usina, em determinados momentos “esses indivíduos entram em um processo de reconstrução, assumindo a identidade de habitantes permanentes do circuito migratório dos grandes projetos”. Assim, mesmo entrando na profissão de ‘Pião Trecheiro’ por questões situacionais, se o trabalhador não desistir da carreira ainda no início, dificilmente se afastará dela depois. Isso ocorre porque, segundo eles, aos poucos se acostumam e, como dito por Diniz, por causa do costume, “*o cabra acaba ficando viciado*”.

Eu sou Pião, porque já faz parte da minha vida. É o que sei fazer ... Tô nessa vida há muito tempo... Desde muito cedo, quando eu precisei trabalhar... Aí a gente vai trabalhar... Quando eu era jovem fiz uns cursos, mas já trabalhava. Trabalhava e fazia o curso... Curso de encanador industrial. Depois, eu tive uma oportunidade de trabalhar em uma obra... Lá no Rio mesmo. Era na construção de umas estradas... Aí foi assim... Acabou o trabalho e eu conheci umas pessoas... Fiz amizade com gente de outros lugares, né?... Fiz umas amizades... Aí um dia um desses cara me ligou: “*Olha tem uma obra aqui em Campinas, tu quer vir?*”... Eu fui. Depois fui trabalhar no Rio Grande do Sul, aí foi... Aí o trabalho acaba ali e alguém vai trabalhar em outro lugar. Lá precisa de gente, aí o cara que te conhece, que tá lá, se lembra de você. Aí te liga e diz: “*Vem prá cá, aqui tem coisa pra fazer*”. Aí você vai... Fui pegando gosto, conhecendo gente, né?... Você se acostuma e gosta. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

A vida de um pião... ‘Pião Trecheiro’.. Pelo que vejo... Pelo que já escutei dos outros aqui. Mesmo porque eu tenho pouco tempo nessa vida. É... É... Vamos dizer, uma vida de andança. Você tá trabalhando hoje aqui, amanhã vai trabalhar em outro lugar.. Vários lugares... Tem gente aqui que já trabalhou até no estrangeiro... Aí é uma vida arriscada. Tem uns

que se acostumam... Que gostam. Tem outros que... que tá nessa vida porque precisa trabalhar mesmo... Não foi assim uma escolha, né? Mas existe uma identificação, pelo menos para mim eu posso dizer que me identifico, porque pra continuar tem que pelo menos se identificar com essa vida. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

Escutei muitos relatos de mortes de ‘Piões Trecheiros’. Muitas histórias que envolviam a relação com mulheres ou a acidentes de veículo. Na primeira visita que fiz à refinaria, duas assistentes sociais conversavam sobre os encaminhamentos que estavam realizando para o enterro de dois trabalhadores. Disseram que haviam sofrido um acidente quando vinham do Maranhão, em um trecho da BR tentaram ultrapassar um caminhão e bateram de frente com outro veículo em direção contrária. Havia quatro trabalhadores no carro. Dois deles, um de 27 e outro de 39 anos, morreram na hora. Os dois sobreviventes tinham sido socorridos e, apesar dos ferimentos, estavam bem.

Sobre acidentes e mortes, muitos relatos dos trabalhadores trazem a questão da experiência com o perigo e a possibilidade da morte como algo presente na vida deles, o que incorpora e estrutura um estilo de vida ligado à convivência com o desconhecido e a fatalidade. Como elucidam os entrevistados, em todo lugar o trabalhador que está longe de casa lida com essas questões:

Risco é a pessoa, vamos supor... Atravessar uma avenida e pode ser atropelado. Passar muito tempo fora de casa é um risco. É deixar de... Vamos supor... Trabalhando em altura a pessoa deixar de usar o sinto de segurança, tá correndo risco. É deixar de se prevenir. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

Nós estamos constantemente convivendo com o risco. Nas sextas-feiras a gente larga mais cedo... Aí se junta uns quatro que mora na mesma cidade e diz, vamos alugar um carro e vamos pra lá. Aí vai, pega a estrada umas 5, 5h30 da tarde... Dirige..., vamos dizer... Um 6, 7, 8 horas. Como eu já fiz, quando minha esposa não estava aqui comigo, tava em Paulo Afonso, que eu tenho um sítio lá. Aí dirige, na estrada, BR, à noite, depois de um dia de trabalho... Isso não é risco?... Muita

coisa pode acontecer quando você sai do trabalho, mas se o cabra for viver com medo ele não faz nada. Tem que saber se cuidar. No caso da estrada, o que é que se faz? Divide o tempo para dirigir com os amigos. Nunca fica um dirigindo e os outros dormindo, tem que pelo menos mais um estar acordado e conversando... E, caso precise, para em um lugar e descansa um pouco. Mas tem coisa que não depende só da gente, pois não se está na estrada só... Tem outras pessoas em outros carros. Sempre existe a possibilidade de algo acontecer. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

O Miro fez uma analogia da convivência do Pião com os riscos. Comparou o dia a dia do ‘trabalhador de trecho’ a viver eternamente sobre uma ponte. De um lado da ponte, estão os riscos ao quais estão expostos no cotidiano do trabalho; do outro, estão os riscos vivenciados fora dele. Completou a explicação afirmando que o pião é aquele que “*vive nessa ponte*”. Isso faz lembrar a explanação da contingência dos riscos, presentes em vários estudos (Beck, 2010; Pereira, 2010; Brüseke, 2001; Luhmann, 1992, 1993, 1996). Como afirma Pereira (2010, p.42), a “contingência não se refere ao acaso simplesmente”, entre outros fatores, ela está presente em questões que incluem decisões individuais e/ou coletivas.

Assim, os riscos podem ser agravados pelas condições de trabalho, pelas características culturais da localidade, por descuidos ou por possibilidades que estão fora do controle, como é o caso citado por Toni: mesmo ele tendo cuidado ao dirigir numa estrada, ele não está nela sozinho, envolve outras pessoas dirigindo outros carros (Brüseke, 2001; Peretti-Watel, 2000).

Sobre as condições de trabalho, certo dia travei um diálogo interessante com três trabalhadores vindos do Rio de Janeiro. Todos eram da mesma empresa e revelaram estarem a apenas quatro meses residindo em Gaibu. Antes de virem para Pernambuco, tinham ficado um ano trabalhando na instalação de uma hidrelétrica em Roraima.

Esses trabalhadores disseram que as condições de trabalho da Refinaria Abreu e Lima eram bem superiores as da hidrelétrica que trabalharam. Segundo eles, o ambiente de trabalho em Roraima era totalmente insalubre,

fétido e arriscado. Não se passavam três meses sem que houvesse uma morte no ambiente de trabalho (por acidente de trabalho ou por brigas), além de ocorrerem casos de adoecimento constante e violência externa ao local de trabalho. Falaram que nenhum trabalhador aceitava passar mais que um ano nas atividades da instalação da hidrelétrica e alguns chegavam a pedir demissão após sua primeira folga de campo, que se dava no período de três meses. Para esses trabalhadores, trabalhar em Suape era o mesmo que estar num paraíso em comparação ao trabalho na hidrelétrica.

A percepção de maior ou menor risco varia de acordo com as experiências anteriores, mediadas pela cultura, onde crenças e valores são compartilhados (Douglas e Wildavsky,1982). Por exemplo, alguns dizem que as condições atuais de trabalho são melhores, outros já relatam serem piores. As falas demonstram uma variedade de questões que os cercam no que se refere a risco e segurança, e essas são palavras sempre presentes em seu discurso, quando falam do exercício da profissão ou quando se referem às interações locais:

Os riscos são grande... Nosso dia a dia... Quer dizer, na profissão da gente, a relação que a gente tem com o lugar envolve muito risco. Não só na profissão, mas, às vezes, é no contato do uso do ambiente, (...) por isso que as empresas exigem tanto. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Lá onde eu trabalhei, era a segurança em primeiro lugar, mas aqui é pressão... É produção em primeiro lugar. Isso reflete no físico, no psicológico e, com a pressão, aí pode acontecer problemas. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

O risco está 24 horas do nosso lado... A gente quando chega do trabalho ainda está correndo risco. São vários fatores que colaboram com o risco aí... Agora, por exemplo, nós estamos numa atividade de greve, de paralisação, onde muitos estão indo para casa... Então? Ah!... Não tem riscos?... Tem! Porque são várias culturas diferentes. Com pensamentos diferentes! Onde cada um não entende o que o sindicato quer. Não entende o que a empresa quer. Não entende o que ele mesmo quer... Ai

ocorre o contexto. Tá aquele grupo aglomerado ali, tentando entender, aí vem outro grupo, joga logo uma bomba, outro dá logo um tiro... O trabalho da gente é sempre um risco, até na hora de ir embora, é eminente que se corre riscos. O motorista está trabalhando, nós vamos para o alojamento descansar... Para casa descansar, mas no percurso, de lá para cá, são vários riscos que a gente confronta. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

O risco depende da pessoa e da situação. Tem o risco óbvio do trabalho. Sobre a segurança... Tem que ter muita segurança pra não acontecer um acidente. E aqui tem os riscos de não andar mexendo com as coisas que não deve... Drogas, mulheres... (Joel, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

Nosso trabalho é arriscado. Porque a própria segurança vem fazer nós forte. Apesar de lá onde eu tô, lá tem os EPI todinho, completo... Todo mundo é obrigado usar! (...) Nós vivemos com o risco, mas também com a segurança. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Alguns argumentos carregam a ideia de que a convivência e o enfrentamento dessas questões fazem com que se acostumem em lidar com os riscos, já que eles estão em toda parte (Beck, 2010). O cuidado é discurso presente, além da preocupação em não prejudicar os outros trabalhadores por causa de um descuido. A repetição de uma mesma atividade, de cumprir uma rotina, também é citada como elemento que pode levar ao relaxamento e com isso problemas pode vir a acontecer:

Eu tenho muito cuidado na área que eu trabalho... Eu tomo muito cuidado pra não me envolver em acidente. É uma profissão arriscada. Qualquer descuido você pode se acidentar e pode prejudicar outrostambém. Às vezes, é só o cara relaxar um pouco, aí pronto... o acidente acontece. (Joel, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

Chega um certo tempo, depois que faz uma mesma coisa, da mesma forma por muito tempo, né?... Acabam não se ligando em certas coisas... Eu digo, assim... É... É... tomar cuidado com alguns procedimentos... Acontece os problemas. Pode acontecer a qualquer momento, com qualquer um. (...) As pessoas pensam que só acontece com o próximo, com um colega. Acho que é a falta de consciência de cada um. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

Então, risco é... Eu considero como um perigo oculto. Um perigo que ele não é anunciado. Qualquer pessoa ali oferece um risco... Qualquer pessoa oferece um risco. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos – grifo meu).

Demonstram em geral ter consciência da importância de se prevenir, usam estratégias para minimizar os riscos (equipamentos de proteção, atenção aos perigos, procuram não saírem sós, etc.), mas afirmam que acidentes acontecem. Para isso basta um momento de descuido. O descuido pode ser dos outros, e o erro de um pode colocar o coletivo em perigo.

Também falam que uma vez que o risco não é anunciado, o que parece não ser arriscado, muitas vezes é. Em maior parte, guardam uma ideia do risco como algo perigoso que está em toda parte, que não se sabe onde ele se esconde. Como disse Breno, é “*um perigo oculto*”. É fácil se exporem a riscos, por várias questões: relaxamento, descuido e mesmo nos momentos de prazer - prazer leva ao relaxamento e deixa a pessoa desatenta, podendo provocar várias complicações, inclusive de constituição de vínculos.

No item a seguir, trago alguns elementos referentes a essa dinâmica; sobre a constituição dos vínculos especificamente, tratarei no capítulo seguinte.

### **3.4. ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: ENTRE O PRAZER E OS RISCOS**

Mesmo se utilizando de elementos para minimizar os riscos, nem tudo pode ser evitado. Certo é que a convivência e o costume de usar equipamentos de segurança na obra e o discurso denotam ideias da importância da segurança e prevenção. Porém, em se encontrando em ambientes descontraídos, sem o

monitoramento do cumprimento de normas de segurança, na interação do lazer, em busca do relaxamento e do prazer, os trabalhadores experienciam outras formas de lidar com o risco.

Os homens utilizam várias estratégias para relaxar e se divertir. Mesmo durante a semana, quando se chega do trabalho, muitos tomam uma cerveja após a janta para relaxar, enquanto acessam a internet ou assistem a um filme em DVD. Alguns até improvisam petiscos (ou 'tira-gosto', como gostam de dizer) e convidam outros a tomar umas cervejas na área do alojamento mesmo. Após o expediente, também é momento de ligar para família, falar como foi o dia e se inteirar das coisas de casa.

Eu particularmente, já chego, boto um filme, pego um livro, pego o notebook vou ver a internet... Se saiu uma notícia, eu vou buscar a notícia. Final de semana, já tem os colegas, já desce pra jogar futebol, quer dizer, a gente busca meios de se divertir dessa maneira. (...) Das opções de lazer, as que mais procuram é tomar umas cervejinhas, fazer um churrasquinho, ouvir uma música, esse é o básico. (...) Pega as cervejas, escolhe um cantinho aí tranquilo, bota a churrasqueira, bota um sonzinho e aí toma o dia às vezes... É o básico. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos de idade).

Às vezes acontece dos cara chegar no alojamento... Aí pra relaxar, depois do banho, né?... Primeiro janta, depois pega uma cerveja... A maioria tem sempre umas cervejinhas na geladeira... Aí vai, senta pra assistir um filme e conversar com os companheiros. Tem vez que alguém traz uma coisinha pra beliscar, aí chama outros, aí se junta 4, 5, 6 caras aí fora mesmo e tome conversa... É cerveja e conversa... Mas isso é menos frequente, e quando acontece é sem exageros, porque no dia seguinte tem trabalho. A não ser nos fins de semana, aí o negocio é outro. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

Chega por aqui por volta das 18h ou 18h30. Aí a gente toma banho... Prepara a janta... Eu, no meu caso, tenho meu notebook... Acesso a internet. Aí eu procuro me conectar com as notícias do que acontece no Brasil e no mundo, acesso a internet. Ligo pra casa, pra namorada,

né?... Procurar saber como o pessoal está. Fala do dia... Às vezes tomar alguma coisinha, uma cerveja, só uma pra relaxar e não todo dia, uma vez ou outra... Por volta das 21h, 21h30, eu vou dormir, porque no outro dia todo mundo acorda cedo. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

Nos finais de semana, a diversão se amplia, os bares passam a ser um local de grande procura pelos homens de Suape. Também revelam gostar de passear pela região, aproveitar o potencial turístico local e frequentar as praias.

Eu pego um filme vou assistir na TV, ou então vou dar um passeio, como estou num estado diferente, a gente vem pra aqui pra trabalhar, tem uma obra pra trabalhar, mas em uma folga a gente vai conhecer o local, conhecer a cidade, quer dizer, o aspecto turístico da cidade. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Nos finais de semana eu saio, vou pro shopping, vou tomar um chopinho com os amigos, vou pra praia. (...) Jogar um futebol, (...) vou nos brega... Tem umas festas boas por aqui. Aqui tem uns locais legais, mas a gente vai se divertir em outros lugares também. Já fui no Recife, em Olinda, já fui em Porto de Galinhas, na Cachoeira do Urubu, tudo pra distrair a mente. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

O bar é um lugar de encontro e descontração (Nascimento, 1995a, 1999b). *“Tomar uma cerveja é pretexto para uma conversa”*, como disse Miro, mesmo durante a semana, após o trabalho; dependendo do dia, alguns *“vão pro barzinho tomar uma cerveja, vão bater papo”*.

Beber tem um sentido de compartilhamento (Silva, 2005). Os homens dizem que quase sempre bebem acompanhados. Enquanto bebem, falam sobre tudo, mas os assuntos mais presentes são trabalho, família e mulheres. A bebida também é citada como um elemento que ajuda na aproximação com as mulheres, mas, da mesma forma que deixa a pessoa mais descontraída nas paqueras, pode se configurar um empecilho para a relação sexual, caso haja exageros.

Bebida, bebida... Quando a pessoa para pra tomar uma cerveja, nunca é só. Só não funciona. Geralmente a gente bebe com os amigos. Eu particularmente, geralmente tomo minhas cervejas com dois, três... Serve pra isso, pra bater um papo, conversar um pouquinho, ouvir uma música, se distrair, aí tomo e pronto. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Arranjo uma diversão... É uma conversa, um chope com os amigos, uma voltinha, um passeio, vai num bar, vai dançar, né?... Vai na praça aqui, que tem show nos finais de semana, vai arrumar o que fazer. (...) Às vezes sozinho, mas geralmente com os amigos. (...) É mais nos finais de semana. Tens uns que pegam pesado, mas não é assim... de se alterar, né?... É de ficar alegre. Fica mais relaxado, mais descontraído. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Geralmente eu bebo acompanhado por um colega meu, de lá da minha cidade, de São Luís. Ele viajou agora mesmo pra lá. Geralmente eu bebo com ele, quando ele estar viajando, pode ser que eu tome uma com outro colega, mas só, geralmente eu não bebo. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

Aqui, pelo menos a grande maioria, o que a gente faz aqui nos fins de semana... Faz uns churrasco aqui mesmo. Toma umas cervejinhas e conversa bastante. Também vai nos bar por aqui que têm algum tipo de música ao vivo... Eles vão pra lá. Quando não, tem algum evento, banda de forró aí no Cabo... Aí na “Asa Braga”... E também tem as praias aí no final de semana, que são bastante movimentadas. Aí, nessas horas de lazer se bebe. Tá com os amigos é motivo pra tomar uma... A bebida é um relaxante... Também nos barzinho, a gente tá bebendo, aí vê uma menina, já oferece uma bebida, se ela aceita, já é a abertura pra um papo e aí vai... Agora, quando eu saio aqui... Pra sair pro próprio bar... Pra transar... Eu não consumo bebida alcoólica muito... Assim... Pra que não haja... Assim... Perda de controle.<sup>45</sup> (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

---

45 Há dois sentidos para “perda de controle”. Um dos sentidos se refere à perda do discernimento para o uso do preservativo - essa é a que se refere o Breno. O outro entendimento apareceu muito em conversas com vários homens, diz respeito à possibilidade de não conseguir concretizar a relação sexual (broxar).

A circulação nos ambientes dos bares se dá em horários diversos, começando pela hora do almoço. É comum os trabalhadores almoçarem acompanhados, são dois ou até quatro homens juntos. Nesse momento, consomem duas ou três cervejas geralmente, não mais que isso. Após o almoço, por volta das 18h, o movimento começa a aumentar, crescendo bastante entre as 20h e 21h.

De segunda a quinta (com exceção dos feriados ou vésperas de feriados), após as 21h, os bares começam a esvaziar, ficando só alguns poucos homens nesses lugares. Muitos dos que permanecem são moradores locais e a maioria aposentados com mais de 60 anos. Já em finais de semana (sextas, sábados e domingos), principalmente em dias de pagamento (quinzenal ou fim/início do mês), os bares ficam lotados à noite.

Muitos dos bares são verdadeiros pontos de encontros e paqueras. A música está sempre presente nesses espaços e, pela forma que ela é executada, parece que se configura como um ponto de disputa ou forma de chamar a atenção, e também demarca intenções e valores, seja pelas expressões que homens e mulheres fazem uns para os outros (ênfatizando detalhes da letra) ou simplesmente pela dança.

Algumas mulheres rebolam de forma erótica ou sensual para chamar a atenção dos homens. Nos bares, as máquinas que imitam as antigas radiolas de ficha são acionadas a toda hora. Mesmo assim, alguns homens abrem o porta malas do carro e colocam seus sons em altura exagerada. Quase sempre duas ou mais músicas são tocadas ao mesmo tempo e fica difícil identificar qual é a música que estão apreciando. Percebe-se que os ritmos mais tocados são o brega, o sertanejo universitário (que tem um ritmo mais acelerado) e o funk.

Esse é um ambiente barulhento, pois como o som é sempre tocado em alta potência, as conversas nesses lugares, praticamente, são travadas aos gritos e as paqueras se iniciam em trocas de olhares nada discretos e gestos exagerados, como o de apontar para a mulher que se está afim e a chamar para beber algo ou convidar para uma conversa. Tudo acontece com muitos gestos, quase nenhuma palavra falada. Nos finais de semana, a quantidade de mulheres no

ambiente do bar aumenta consideravelmente, porém o quantitativo de homens é bem superior e a disputa pela atenção das mulheres é grande.

Quando elas chegam aos bares é sempre em grupo, que varia de duas a quatro, e às vezes, acontecia de chegarem até cinco mulheres juntas. Algumas já chegam acompanhadas por algum homem. É raro elas chegarem sozinhas ao bar. Muitos homens também chegam em grupos e, mesmo quando chegam sozinhos, logo se juntam a outros companheiros que já estão no local. É comum também surgirem jogos de desafios e gozações com os outros nessas horas.

Além do álcool, outras substâncias também fazem parte desse contexto. Entre elas, a que mais se percebe é a maconha, mas usualmente as pessoas se afastam da aglomeração para utilizá-la, e depois retornam.

Não é difícil encontrar pessoas oferecendo drogas. Eu mesmo cheguei a ser sondado se tinha interesse em adquirir alguma droga. Os trabalhadores falam sobre essas questões, mas, ao se referir às drogas, o consumo é sempre atribuído a outros. Nenhum dos trabalhadores com quem conversei revelaram consumir alguma droga ilícita. Sobre essa questão, de uso e oferta de drogas, os entrevistados também fizeram referências:

Eu não falo durante a semana, porque eu não saio muito nesses dias, mas nos finais de semana, drogas aqui rola muito. Você passa, tem nos bares aqui, você vê pessoas consumindo. Até mesmo em um bar uma vez, um cara, aparentemente já estava bastante noiado e veio me perguntar se eu vendia ou sabia aonde comprar. “Não, não”, eu disse e saí de lá. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

Nos barzinhos aqui rola muita bebida... Mas tem droga também. Eu não me meto com isso, mas a gente vê. Tem uns que oferece e tem outros que pega e vai lá pro lado da praia. No bar mesmo eles não consome não. (Joel, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

Aqui também tem drogas, mas o usuário por aqui é mais cuidadoso. Não é igual a lá no Rio de Janeiro, nem em São Paulo. Cuidadoso por causa de que aqui é mais escondido. Lá no Rio é em todo lugar, no meio da rua, na calçada, em qualquer lugar. (...) Aqui a gente vê, em certos locais, uns grupinhos reunidos perto das pedras lá na praia, mas é mais escondido. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Eu sou do Rio de Janeiro e lá, no Rio de Janeiro, a gente vê bastante drogas. Aqui?!... Bem, eu não sou muito de sair à noite. (...) Mas existe sim. A gente percebe pelos vestígios que são deixados em vários lugares, principalmente em cima das pedras, lá na praia. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

A droga ilícita que os trabalhadores dizem ser a de maior consumo entre os operários é a maconha. Contanto que não traga problemas para os outros companheiros, o uso da maconha não é visto como um problema. Acreditam que outras drogas são mais perigosas, e entre essas citam a cocaína e o crack. Afirmam que entre os usuários há pessoas boas e outras não, como na própria vida. Acreditam que as pessoas usam drogas como uma forma de relaxamento ou estimulante, em alguns casos (Moraes, 2010; Granja, 2010; Silva, 2005).

Alguns revelaram conhecer usuários que afirmavam que consumir drogas os ajudava a trabalhar melhor. Um colega que divide o apartamento com Diniz, afirmou ter conhecido um trabalhador em uma obra no Pará que era usuário da maconha. Disse que esse fumava um cigarro antes de começar a trabalhar e *“ficava mais calmo, não tinha medo de nada e tudo que mandavam fazer, ele fazia”*.

Como se percebe acima, a ideia desse trabalhador se fundamenta em questões como coragem e tranquilidade, pontos fundamentais para o tipo de profissão que executam, mas não leva em conta outros fatores que podem colocá-los em risco, como a alteração dos sentidos físicos, por exemplo. Também encontrei trabalhadores que afirmaram que a droga é ruim de qualquer jeito

e que os usuários não seriam dignos de confiança. Alguns desses elementos podem ser identificados nos relatos abaixo:

No trabalho também tem... São pessoas de todas as qualidades... Tem pessoas boas numa gama de várias atividades, viciadas e não viciadas. (...) A droga mais comum é a maconha. É a mais usada. Uns usam como estimulante, pra trabalhar mais. Já trabalhei com uns que quando fumava, você mandava ele fazer qualquer tipo de serviço, ele nem discutia. Agora, quando ele não tinha, ficava doente... Aí dava trabalho. Chegou a pedir as conta do trabalho, pois lá onde ele foi trabalhar não se conseguia com facilidade a droga. Mas não era agressivo. Não era uma pessoa má... As consequências, nesse caso, só prejudicava ele mesmo. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

No trabalho, o maior consumo é a maconha... Até porque, segundo quem consome, é ... é... A consequência não é tão drástica quanto um crack, quanto uma cocaína. As consequências para um drogado em crack é bem maior... Dificilmente a gente vê nessa função alguém viciado em crack. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Porque drogas você sabe, o nome já diz 'droga', porque não presta. Droga tem em tudo que é lugar do mundo. Em todo lugar do mundo tem o que não presta... É a palavra correta. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Lá na empresa tem muita gente que usa drogas. Eu conheço. Trabalhei com um encarregado que ele usava... Usava maconha e usava cocaína. No trabalho são normal... Mas fora do trabalho são maus companhia pra pessoa sair. Coloca até a vida da pessoa em risco... Porque usuário de drogas pode tá devendo, é suspeito e gasta tudo que tem... Gasta tudo que tem. Para o trabalho é normal, mas pro ambiente fora do trabalho não é bom de se relacionar não. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

Na empresa tem muitas pessoas que consome drogas. E durante o horário de trabalho alguns deles consomem também. Pelo que eu vejo lá,

a droga que mais se consome é maconha. Inclusive, quando eu cheguei, um cara que eu não tinha nem amizade, ele foi demitido por justa causa, porque o técnico de segurança viu quando ele estava usando, aí ele foi demitido. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

O convívio com trabalhadores que fazem uso de drogas no ambiente de trabalho é comum e, de acordo com o relato de alguns, os homens pegos em situação de uso na empresa ou no alojamento são punidos com a demissão. O que revela que a política adotada pelas empresas em relação às drogas é a de combate ao uso.

A Petrobrás investiu recursos para que a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio do projeto “Diálogos para o Desenvolvimento Social de Suape”, pudesse desenvolver ações direcionadas às questões de saúde de acordo com o que é preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as ações desenvolvidas no projeto, o uso abusivo de álcool e outras drogas foi um dos focos de atuação com os trabalhadores.

Dentro das empresas, no mês de setembro de 2012, o Instituto Papai (parceiro da UFPE nesse projeto) desenvolveu ações com o objetivo de promover o debate sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas, numa perspectiva de redução de danos. Porém, essas ações, na perspectiva das empresas e da refinaria, guardam limites tênues, onde se verifica tensões entre a forma que a instituição desenvolvia as ações, pautadas pelas recomendações das políticas de atenção ao usuário de drogas, e a maneira como as empresas pensam a questão do usuário, justificada pelo olhar da segurança (individual e coletiva). Não há, nas empresas, o olhar para o usuário pela perspectiva da atenção à saúde de uma forma mais integral. Assim, o funcionário que for descoberto usuário de drogas ilícitas corre o risco de demissão, mesmo que o consumo não se faça no ambiente de trabalho.

Outra questão abordada pelos trabalhadores é a violência que o uso das drogas engendra. Gael disse, certo dia, que na região ocorrem “*muitas mortes também, por causa de drogas*”. Os homens falaram sobre locais onde os usuários se reúnem para consumir, da certeza de que há boca de fumo na região e do

cuidado que todos devem ter para se preservar da violência que possa advir do tráfico:

Drogas... Aqui tem muito... Na praia... Na praia, por exemplo, essa hora<sup>46</sup>, se a gente for por aqui... Eles tão vendendo uma hora dessa... Vende muito... Lá é o lugar que mais se vende... Eu acho que é lá. (...) Eu fico mais aqui no alojamento. Não saio muito não. Por causa da questão das drogas, da violência por aí. Aqui é muito violento, já morreram muita gente, por causa das drogas e porque se envolveu com mulheres casadas, de vez em quando morria um... A maioria vindo de fora. Aí pra evitar qualquer coisa eu fico muito por aqui, quando saio é mais durante o dia e com um amigo de confiança. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

É só tomar cuidado com quem anda. Mesmo porque tem que tomar cuidado com aqueles que usam muito, porque são viciados. Mas tem outros que usam uma vez. Às vezes não chega a ser viciado, consome por uma abstração, um momento. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos de idade).

Em julho de 2012, ocorreu um fato que repercutiu muito nas rodas de conversas e que tem relação direta com a questão das drogas: a prisão de uma quadrilha que atuava em toda a área do Complexo de Suape<sup>47</sup>, principalmente na região das praias onde interagi com os sujeitos da pesquisa. Conversei em um desses momentos com três trabalhadores que residem em alojamento. Eles me contaram detalhes do ocorrido. Informaram que a quadrilha era composta por sete integrantes e entre eles havia quatro sergipanos. Dos sete suspeitos de compor a quadrilha, cinco eram funcionários de empresas do Complexo

---

46 Essa entrevista foi realizada num sábado à noite, por volta das 21h.

47 Esse fato foi noticiado pelos principais veículos de comunicação na época. Mais informações: [http://www.jornaldodiase.com.br/noticias\\_ler.php?id=1206](http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=1206) (acessado em 25 de janeiro de 2013); [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2012/06/01/interna\\_vidaurbana,376371/operacao-desarticula-quadrilha-de-trafficantes-de-drogas-em-gaibu.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2012/06/01/interna_vidaurbana,376371/operacao-desarticula-quadrilha-de-trafficantes-de-drogas-em-gaibu.shtml) (acessado em 25 de janeiro de 2013); [http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohlape/pt/edicaoimpressa/arquivos/2012/Julho/11\\_07\\_2012/0085.html](http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohlape/pt/edicaoimpressa/arquivos/2012/Julho/11_07_2012/0085.html) (acessado em 25 de janeiro de 2013).

de Suape e dois eram conhecidos de um dos entrevistados - esse também do estado de Sergipe, que me falou o seguinte a respeito do episódio: *“Aqui é gente de tudo que é jeito. Tem gente boa, tem gente que não presta. Como vai se saber quem é quem?... Não tem escrito na testa!... Nessa vida de pião se corre risco a todo momento”*.

Como visto, são várias as questões que envolvem o risco na vida desses trabalhadores e muitas delas reportam questões interligadas à violência; outras se interligam com questões da sexualidade. Muitas vezes, essas questões não podem ser vistas isoladamente; a vivência da sexualidade compõe um complexo de interligações que, mesmo numa dimensão de decisão individual, sempre se reporta a outros atores envolvidos, seja a família, os companheiros de trabalho/alojamento, esposa, outras mulheres da localidade, entre outros.

E referem-se também à forma como os homens compreendem as relações de poder entre os sexos, e entre eles mesmos. Essas questões sobre sexualidade, risco e vínculos, como já havia mencionado, serão mais exploradas no capítulo a seguir. Então, vamos a ele.

# 04

## RISCOS E SEXUALIDADE NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES ALOJADOS

Este capítulo tem por objetivo especificar como as relações sociais dos trabalhadores alojados organizam formas de vínculos que evidenciam as interações individuais ou coletivas. A partir das várias formas de interações, pode-se perceber que as ações dos sujeitos revelam como empreendem, compreendem e correlacionam as questões do trabalho, do risco e da sexualidade na dinâmica social. Essas formas apresentam diferenças entre como pensam o risco no espaço do trabalho e fora dele e como esses podem se configurar enquanto riscos coletivos e/ou individuais, onde nem sempre essa divisão é clara e possível.

Nas práticas sexuais, o risco aparece mediado por questões do trabalho (se a prática sexual for com prostitutas), ou por questões de lazer/prazer (nesse caso quando a prática sexual é com outras mulheres da região – não prostitutas). Por meio das práticas sexuais, também se revelam os riscos pela constituição de vínculos, que podem ser “vínculos de serviço”, “vínculos temporários” e/ou “vínculos permanentes”. Assim, há diferentes maneiras de lidar com os riscos na sexualidade e no trabalho.

Neste capítulo, trago referências de como os discursos e as ações dos interlocutores estão associados à ideia simbólica do “fazer parte” e “não fazer parte” (desenvolvido no capítulo 3), que comporta simbologias da atividade do ‘Pião Trecheiro’ e se revelam na maneira como esses lidam com os riscos, que influenciam as várias formas de operar os vínculos com as pessoas e o lugar.

No item a seguir, pontuo alguns elementos sobre como se dá esse processo por meio da convivência nos espaços dos alojamentos e na interação social cotidiana.

#### **4.1. OS TRABALHADORES E A SOCIABILIDADE: ENTRE O CONVÍVIO, AS SAUDADES E OS RISCOS.**

Residir em alojamentos não é uma tarefa agradável, disse-me Breno. Exige-se um processo de adaptação que é citado como característica essencial da vida do pião. Vários disseram que existem regras para uma boa convivência que não são regras escritas em papel, mas são subentendidas por todos, o que promove uma ideia de organização e disciplinamento (Sellingman-Silva, 1994; Alvin, 2006).

De acordo com Miro, *“seguir a essas regras de convivência ajuda na adaptação”*. Essas regras têm como principal destaque, de acordo com Joel, o *“respeito ao outro”*. Subentendido que respeito, conforme relatado por Toni, significa *“não mexer nas coisas do outro sem permissão; não perturbar na hora do sono; não se meter na vida do outro; manter o espaço limpo e arrumado, e; não fazer nada que prejudique o companheiro”*.

É fato que há momentos que alguns descumprem itens da regra básica de convivência no alojamento. Se isso acontece, uma conversa pode ajudar a enquadrar aquele que infringiu. Dizem os alojados que brigas entre moradores de um mesmo alojamento é raro. Mesmo porque, *“quando um cara desgosta do outro, eles evitam conversar”*, como revelou um maranhense de 28 anos da cidade de São Luís, companheiro de alojamento do Diniz. Mas, quando o descumprimento é grave, a ponto de colocar em riscos os outros alojados, as atitudes são outras. Dependendo da gravidade, o trabalhador pode sofrer monitoramento das suas ações, ou até ser isolado pelo grupo.

O convívio no alojamento promove amizades e estreitamento de *“vínculos por alianças”*, com vistas à proteção em relação mútua, tanto de riscos ou perigos externos ao alojamento, quanto em ocultar eventuais descumprimentos de regras estabelecidas para o uso do alojamento. Ou seja, dentro dos alojamentos há as regras não escritas de convívio (como já mencionadas) e há as regras e normas decretadas pelas empresas. As regras de convívio estabelecidas por eles

(trabalhadores) são vistas como de maior importância que as determinadas pela empresa.

As empresas realizam monitoramentos periódicos nos alojamentos para verificar se as regras estabelecidas são cumpridas. Em alguns casos, se um ou outro alojado descumpri-las, pela questão da aliança estabelecida, nenhum deles denunciará o colega.

Alguns trabalhadores revelam que o impacto em lidar com costumes e culturas distintas é sentido de forma diferente pelos trabalhadores mais antigos na profissão de pião, que levam vantagem em relação aos mais novos. O pião que está nessa vida há muito tempo acumula a experiência de convívio em várias regiões e é chamado de ‘pião rodado’. Para o ‘pião rodado’ o processo de adaptação é muito mais simples porque, segundo Miro, a *“experiência de rodar de trecho em trecho, convivendo com culturas tão diferentes, torna o processo de adaptação meio que natural para o pião rodado”*. Pode-se verificar essa mesma ideia no relato do Diniz:

Dificuldade todos tem. O “pião novo” sente mais... Eu sou ‘pião rodado’... Já rodei muito. Eu tenho a vantagem... O conhecimento que o novato não tem... A adaptação pro ‘pião rodado’ é muito mais rápida... Por causa da experiência, né?... A experiência conta. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Para acelerar o processo de adaptação, criam estratégias de convívio e partilham momentos de lazer. Organizam passeios turísticos, saídas em conjunto para praia e idas às festas na região. Na área do alojamento, jogam dominó, assistem a filmes em DVD de forma coletiva, como também se organizam para assistir a jogos televisionados; nesse caso, alguns revelam preferir assistir na área externa dos alojamentos e outros dizem gostarem de acompanhar os jogos em bares da região (que disponibilizam telões ou televisores grandes para transmissão dos jogos).

Outra atividade de sociabilidade muito comum é a realização de churrascos improvisados. Nessas horas, colocam pedaços de carne para assar na churrasqueira, abrem “*umas cervejas e conversam um com o outro... Aí sai todo tipo de assunto, futebol, trabalho, mulher, (...) Mulher é um assunto que surge muito... A gente se diverte, não tem briga*”, como dito por Diniz.

Os momentos de lazer nos alojamentos são propícios para aproximá-los. A diversão é um pretexto para trocas de confidências e “*atualização das últimas notícias*”, expressão utilizada por Miro para dizer que falam sobre relacionamentos amorosos uns dos outros. É nesses momentos coletivos que revelam dificuldades em comum, confessam saudades da família e dos filhos. Mas, como insinuou Diniz no parágrafo acima, também conversam sobre mulheres - no caso, outras mulheres que não suas esposas, pois as esposas são citadas nos assuntos referentes à família.

Explicam também que a principal vantagem em estar residindo em alojamento é o fator econômico. Outros fatores subjetivos também são citados como vantagens: conhecer outras culturas, fazer novas amizades e ampliar a rede de comunicação entre os trabalhadores (a rede de trabalho – *network*), o que possibilita a indicação para possíveis vagas de emprego no futuro, e serve como oportunidade e facilidade para momentos de lazer turístico.

O Miro e o Toni falaram sobre como o processo de comunicação se configura uma vantagem em compartilhar o alojamento. Segundo eles, o convívio no alojamento e no trabalho faz com que se consolidem amizades, proporcionando que os colegas mais facilmente lembrem-se uns dos outros quando estiverem trabalhando em outras obras. O que faz com que o tempo desempregado seja reduzido. Para os trabalhadores que levam a vida de ‘pião de trecho’ isso é fundamental. Mas esse processo de comunicação não tem apenas o objetivo de articulações para o trabalho, nele também está inserido opções de turismo e lazer, para além da convivência durante o período do trabalho.

A comunicação se dá a partir da convivência nas obras, no alojamento... No convívio, né?... Quer dizer, hoje se tem uma afinidade entre mim e Toni. (...) A nossa afinidade começou aqui... No alojamento e no trabalho... Dei pra ele o telefone da minha residência que é lá em São Luís... (...) Nossa relação aí... De comunicação é essa. (...) Qualquer coisa que ele precisar de lá é só telefonar... Depois que a obra aqui acabar (...), eu vou pra casa. (...) Aí ele fica sabendo que tem uma obra em... Vamos dizer... Em Goiás... Aí ele vai pra lá. Chega lá ele liga pra mim e diz: “*Miro, tem uma vaga aqui pra tu. Tê interessa?*”... Aí eu mando o meu currículo e vou pra lá... Mas não é só pra trabalho não... Só é ele chegar no Maranhão e ligar prá mim que ele vai encontrar um parceiro lá. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Agora ele tem um amigo no Rio. No dia que ele for no Rio, ele tem pra onde ir, tem onde ficar. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

O ambiente do alojamento é permeado pela ideia simbólica do domínio masculino. Entre os momentos de interação, com certeza os churrascos são eventos privilegiados para observação. A bebida sempre está presente nessa hora e cada vez que consomem mais bebidas, os homens se sentem mais à vontade para contar/relatar histórias (Nascimento, 1999) ou provocar os outros com brincadeiras e apelidos.

Muitos dos apelidos remetem à ideia da identidade pelo estado de origem com expressões tipo esse é o “*arriégua*” ou “*cabeça chata*” (cearense), “*olha ali o tri-legal*” (gaúcho), ou até “*esse aqui é o maneiro*” ou “*da gema*” (carioca). Outras formas de apelidos utilizados por esses homens remetem a ideias de força e sexualidade: “*Bafo de Onça*”; “*Zé Galinha*”; “*Bode Véio*”.

A princípio, esses apelidos parecem se configurar atributos inferiorizantes. Dependendo do ponto de vista são mesmo, no entanto, ao investigar a simbologia que os alojados atribuíam a esses apelidos em especial, encontrei como significados dados pelos próprios alojados, símbolos ligados a expressões da sexualidade e poder, pois a ideia presente na simbologia dos apelidos

(ideias expressas por outros trabalhadores) concedia certo status de resistência à bebida, força e grande experiência sexual, para quem recebiam os apelidos.

Por exemplo, “*Bafo de Onça*” era um apelido com duplo sentido: tanto fazia alusão ao “bafo de cachaça”, quanto dizia respeito à capacidade e resistência desse trabalhador à bebida alcoólica, concedendo uma ideia de força pela capacidade deste em ingerir mais bebida que os outros e não ficar alterado.

O “*Zé Galinha*” recebeu esse apelido por ser um dos homens que mais namorava mulheres locais, era o “garanhão”, segundo expressão utilizada por outro colega dele. E, o “*Bode Vêio*” se referia a um trabalhador com cerca de 60 anos que se relacionava com uma mulher muito mais nova que ele; uma moça que, segundo informaram, tinha cerca de 20 anos. Essa jovem foi citada por um dos trabalhadores, em tom de gozação, como uma “cabrita nova”.

Percebe-se que os alojamentos para os homens, depois que passam pelo momento inicial de insegurança, configura um espaço de conforto, mas não de total segurança, pois não deixa de existir a tensão da relação com o ambiente de trabalho presente. E, dependendo de como um trabalhador se porte, ou assuma determinadas atitudes, pode levar problemas aos companheiros, colocando todos em risco.

Os conflitos de discordâncias de opiniões são encarados como normais, fazem alusão de que em todo relacionamento há esse tipo conflito. Um trabalhador se referiu ao convívio no alojamento pela metáfora de um casamento; segundo ele, estar em um alojamento dividindo e compartilhando os momentos tristes e felizes é mesmo que “*um casamento (...) tem que ter entendimento, se não, não dá certo... No casamento não deu certo, separa. No caso daqui... A separação pode significar a demissão*”.

Outro ponto fundamental que os trabalhadores especificam sobre o alojamento: trata-se de uma extensão do trabalho. Isso é um dos motivos alegados para que nunca estejam totalmente à vontade, como afirmou Gael: “*o alojamento é um lugar de descanso pra o trabalhador. Não é um local de trabalho, mas não é um lugar nosso. Não é a casa do trabalhador... Queira ou não é um espaço da empresa*”.

Assim, é possível refletir que o alojamento é um espaço mediado pelas questões do trabalho, mas a partir de outro aspecto, o do descanso e do lazer. No ambiente de trabalho, os espaços de lazer são muito acessados, principalmente, no horário do intervalo de almoço. Quando os homens estão reunidos nesses locais, são reproduzidos momentos muitos parecidos com o que observei nos alojamentos. As atitudes de interação são as mesmas, uns se reúnem para jogar dominó, ou baralho, outros jogam pebolim (totó), alguns vão assistir televisão, enquanto outros preferem deitar em local menos barulhento e cochilar.

Há diferenças primordiais entre os dois ambientes: na empresa, a interação se dá em curtos períodos e não há o consumo de bebida alcoólica. Mas, se compararmos o espaço de convivência e lazer nos ambientes de trabalho ou nos alojamentos, as regras de convívio determinadas pelas empresas são as mesmas. Contudo, as regras de convívio e proteção entre os trabalhadores também são as mesmas e ampliam-se as alianças, onde ‘piões’ e ‘peões’ se unem.

Disse-me um jovem trabalhador, morador de Piedade (peão de obra), referente a esse assunto: *“Aqui, todo mundo é igual. Aqui, todo mundo protege um ao outro. Somos diferentes, mas somos unidos. Porque se a gente não se une a empresa nos engole”*. Entendo essa afirmação por dois aspectos: um se refere às questões de conflitos entre empregados e patrões, que podem se fundamentar por questões históricas e sociais, que se refletem nas relações atuais do trabalhador brasileiro (DaMatta, 1986). O outro aspecto pode ser compreendido por questões de conflito, resistência e consciência de classe (Sellingman-Silva, 1994; Trachtenberg, 1980).

Sempre se destacam em conversas nesses dois ambientes as referências às famílias, tanto na linguagem dos trabalhadores como nos argumentos de cuidado e atenção às normas e regras de segurança. As assistentes sociais enfatizam constantemente que os trabalhadores devem ficar atentos aos riscos, pois eles são “pais de família” ou têm “uma família para cuidar”.

Os engenheiros das frentes de serviço, em seus breves discursos nos Diálogos Diários de Segurança, fazem colocações parecidas. Afirmações

parecidas com a que escutei de um desses engenheiros que, para enfatizar a importância do uso dos Equipamentos de Proteção Individual na obra, usou o seguinte argumento: *“lembrem-se que o uso dos equipamentos de proteção e segurança evita riscos desnecessários e garante que vocês voltem inteiros para o convívio dos seus familiares”*.

Tive oportunidade de dialogar com um grupo de homens mobilizados por uma das empresas, que os reúnem uma vez por mês para debaterem sobre a questão da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes na região<sup>48</sup>. Quando conversava com esses trabalhadores, de vez em quando se escutava alguma referência sobre a ideia de que *“ser pai de família”* é uma posição que merece respeito dos colegas, pois isso significa que o cara é uma pessoa mais confiável, *“é um chefe de família”*. O que leva a crer que o *status* de pai/chefe de família concede uma referência de honra e responsabilidade (Quadros, 2004; Sarti, 2005; Santos, 2003), muito valorizada naquele ambiente.

Como se vê, a família é uma entidade importante para pensar como esses homens reportam ideias de cuidado, trabalho, sexualidade e risco, que se reflete em suas vivências diárias. No próximo item, trago essas referências para poder refleti-las na composição de vínculos e nas práticas sexuais com mulheres locais.

## **4.2. FAMÍLIA É TUDO! ENTRE A DISTÂNCIA E OS RISCOS**

Todos os sacrifícios que esses trabalhadores passam por causa das exigências da vida de um pão trecheiro só podem ser entendidos pelo sentimento de responsabilidade em garantir uma vida melhor para suas famílias. Conforme mencionado por Toni: *“Desde que você tem consciência de que tem que trabalhar pra sustentar a família, (...) você enfrenta tudo... É por*

---

48 O objetivo desses diálogos, segundo a assistente social, era o de fomentar ideias entre os trabalhadores sobre essa questão, fazendo-os refletir que esse é um problema que eles podem contribuir para diminuir (os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes), seja conversando com outros trabalhadores, ou realizando denúncias caso fiquem sabendo de algum caso.

*causa disso... Dar uma vida melhor pra esposa, pros filhos. Quem tem família, tem responsabilidade”.*

Como mencionei, a família oferece um sentido de responsabilidade para os homens, como também reforça a ideia de provedores (Sarti, 2006; Quadros, 2004; Portella *et al.*, 2004). Ao pensar a família, deve-se levar em conta questões subjetivas de pertencimento ao grupo familiar. A referência de família também localiza referências de pertencimento a um lugar. Ou seja, mesmo que residam durante longo tempo em outra cidade, longe de onde está instalada sua família, eles não se sentem moradores da região, pois o lugar (região) deles é onde reside sua família. Nesse caso, alguns guardam a relação também com a região de referência afetiva pelo nascimento.

Mesmo que alguns consigam trazer a família, não significa que vão ficar para sempre nessa região, e afirmam que, acabando o tempo de trabalho deles nessa localidade, muito provavelmente retornam para o lugar onde moravam antigamente.

Esse é o caso de Toni. Quando veio trabalhar em Suape, residiu em alojamento durante mais de um ano. Dizia sentir muitas saudades da esposa, que morava no Rio de Janeiro. Resolveu então trazer a companheira para residir em Paulo Afonso (BA), pois tinha comprado um sítio nessa cidade durante um período em que esteve trabalhando por lá. Depois disso, passou a ir a Paulo Afonso quase todos os finais de semana, conforme relata:

(...) Toda sexta-feira eu pegava, quando largava do trabalho, metia o pé na estrada e ia pra lá. Às vezes chegava de madrugada... Era arriscado, mas era tudo pra ficar com ela. Aí eu ficava o sábado e uma parte do domingo... Voltava no domingo mesmo, depois do almoço. Foi quando falei lá na empresa e eles me fizeram a proposta de dar uma ajuda de custo pra eu alugar uma casa. Eu não pensei duas vezes, aluguei a casa e disse a ela: “vem pra cá”. Agora ela está aqui comigo e eu me sinto bem melhor... Agora eu mim sinto em casa aqui. (Toni, trabalhador vindo da cidade de Caxias/RJ, 48 anos).

Pertencimento não se refere ao lugar/região geográfica, mas a um lugar afetivo. Toni revelou que já está familiarizado com a comunidade. Diz gosta da região, frequenta um Centro Espírita Kardecista da localidade e já fez alguns amigos; considera que serão *“amigos para sempre”*. Porém, informou o seguinte:

Quando acabar as obras aqui, eu não sei se continuo por aqui não. Eu gostei daqui. Mas pra ficar aqui depende de trabalho. Minha cidade é Caxias. A cidade da minha esposa é Caxias, as nossas referências estão lá. Nossos outros parentes estão lá. Se alguma coisa acontece, de eu passar muito tempo sem trabalho, as pessoas que podem me ajudar estão lá.

Assim como Toni, Joel revelou sentimento parecido. Disse que se pudesse traria a esposa e a filha para morar com ele, como já fez em outros lugares onde trabalhou. Porém, da mesma forma que Toni, acabando o período de trabalho na região, voltaria para cidade de Guadalupe (PI), porque lá é onde está seu *“porto seguro”*. No caso, o porto seguro é uma referência aos outros parentes: pais, mães, irmãos, irmãs etc. Como disse Joel, *“quando eu não estou em casa e alguma coisa acontece, minha esposa recorre a mãe dela”*. A ideia do suporte familiar ou cuidado entre os parentes, outros trabalhadores citaram nas conversas que travei em vários espaços.

É evidente que trazer a esposa e os filhos para junto deles, na região onde trabalham, confere uma nova condição ao trabalhador e proporciona outro sentido ao lugar. Mesmo assim, a região ainda não será considerada como *“local permanente”*. Porém, residir na região com a família, confere um sentido de *“lar”* ao lugar. A simbologia do lar é percebida nas referências de outros alojados também.

Os homens trazem ideias de que o lar para eles é onde residem com a família. Estar com a família é se cercar de intimidade e afeto e é essa condição subjetiva que fornece a ideia de *“lugar permanente”*. Um lugar subjetivo por excelência, pois a região nem sempre será vista como *“lugar fixo”*. E, no caso do

alojamento, esse nunca terá a referencia de lar, por vários motivos: a intimidade nunca será completa; é um lugar de convívio entre colegas de trabalho; é uma extensão/concessão do trabalho e será sempre visto como “passageiro/temporário”.

A forma mais prática de manter o contato diário com a família é telefonando. Telefonam em vários momentos do dia. Atualizam-se de como estão as coisas em casa, perguntam pelos/as filhos/as e revelam saudades. As mínimas coisas que ficam sabendo sobre os/as filhos/as são grandes novidades, tais como: os primeiros passos; as primeiras palavras; namoros dos/as filhos/as adolescentes etc.

A longa ausência de suas casas reflete-se também em questões sobre a figura paterna e a relação com os/as filhos/as. Reconhecem os trabalhadores alojados que essa distância é prejudicial para todos. Não acompanhar o cotidiano dos/as filhos/as faz com que percam, na visão de alguns, os pequenos prazeres cotidianos, como as conquistas cognitivas cotidianas e os pequenos aprendizados sociais de uma criança, por exemplo.

Toni relatou como essas perdas são significativas para vida do pião. Disse ele que por causa do trabalho não pôde acompanhar o crescimento do filho e da filha. No caso da filha, nem no nascimento ele estava presente, na época trabalhava na cidade de Tocantins: *“Esse foi apenas um dos momentos que eu não estava presente. (...) A mãe cuidando e eu mandando dinheiro... A mãe via as mudanças, pois estava lá... Eu só via eles nas fotos que a mãe mandava ou nas folga de campo”*.

Essa é uma realidade de muitos trabalhadores. Assim como Toni, o Diniz e o Joel confessaram que, para eles, as situações foram muito parecidas. De acordo com Joel, se perde muito na ausência e distância do lar. Como ele só consegue ter contato com a esposa e a filha nas folgas de campo (cada três meses), disse que o último contato que teve com ela ficou impressionado, pois: *“(...) ela tava diferente de como eu tinha visto na outra vez. Falando coisas diferentes... Ela cresceu. Ela mudou muito no momento que eu não estava presente”*.

Nas falas dos trabalhadores, percebe-se com clareza o reconhecimento de que a distância imposta pela profissão que abraçaram promove perdas emocionais na relação familiar com filhos. Simbolicamente, o reconhecimento desta perda geralmente se dá pela observação do crescimento físico deles e, perceber que as crianças estão diferentes de como os haviam visto desde o último contato, carrega a certeza da perda que a ausência cotidiana ocasiona.

Outro ponto interessante de se destacar sobre paternidade e família diz respeito à reafirmação do papel social de provedor para o homem e a constatação de que, para a mulher, acaba sobrando o papel de dona do lar e cuidadora. É notório, na afirmação de Toni de que, era a “mãe cuidando” e ele (o pai) “mandando dinheiro”. Ou no argumento de outros trabalhadores, quando afirmam que fazem isso para manter a família. O sentimento de obrigação de sustentar financeiramente o lar reafirma, no campo da reprodução, a partir de uma leitura de gênero, a dicotomia homem/provedor *versus* mulher/cuidadora (Sarti, 2006; Portella *et al.*, 2004; Quadros, 2004; Grossi, 2004).

Os trabalhadores revelam o desejo de vivenciar outra relação de cuidado com seus filhos, mas as características e exigências da profissão acabam reconduzindo-os ao lugar destinado aos homens na dimensão cultural da reprodução. Sob a perspectiva de gênero, reflito que, talvez, o papel de provedor da família, no entendimento desses trabalhadores, pode ser compreendido como uma expressão de cuidado.

Para além das questões entre pais e filhos, outras têm relação direta com as famílias desses trabalhadores como, por exemplo, as referências sobre a figura das companheiras. As esposas são referidas como mulheres virtuosas que merecem todo o respeito dos seus maridos. Dois são os símbolos que permeiam a figura da esposa e que ressaltam a simbologia da mulher virtuosa, atribuindo-lhes valor: a mãe dedicada e; a mulher de confiança/respeito (Scott, Quadros e Longhi, 2002; Quadros, 2004; Dumont, 1985; Duarte, 1993). Pode-se observar essas ideias nos relatos abaixo:

Minha mulher é tudo... Se não fosse ela eu não sei se aguentaria tá nessa vida não... Ela cuida da nossa filha, ela me dá força, ela é uma

peessoa muito valiosa, muito boa. (Joel, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

Não há mulher que substitua a minha. Tudo que a gente passou juntos seriam poucas que aguentariam. Eu confio totalmente nela. Ela se dá ao respeito. Quando a gente ainda namorava, eu já tava nessa vida e ela podia dizer: “Esse tipo de vida eu não quero pra mim, vou arranjar outro”... Né? Porque eu já viajava muito... Mas não, ela ficou ali. Me ligava, se preocupava e assim a gente foi se conhecendo melhor... Ela sabia dos riscos que a gente, pião corre, né? (...). Além disso, esse tempo que a gente fica longe, ela tem que se dar ao respeito... Se não fosse assim, eu não vivia com ela. Porque mulher tem que se dar ao respeito. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Afirmam que a mulher virtuosa é aquela com quem o homem deve casar. Assim, a base da relação com suas companheiras reportadas como virtuosas, é a confiança. Enfatizaram também que no processo de conhecimento entre o casal, antes do casamento, chega-se um momento que é possível haver relações sexuais, isso não aparece enquanto um problema para a maioria. Manter a virgindade até o casamento, apesar de ser citado por alguns homens como importante, não é questão primordial para definir uma mulher virtuosa. Disseram que, com a mulher com a qual pretendem se casar, pode ocorrer sexo antes do casamento; porém, uma das diferenças de ter relações sexuais com a futura esposa ou com outra mulher (fora da possibilidade de casamento) estar no uso do preservativo. A classificação de tipos de mulheres em relação ao uso do preservativo é um sinalizador já verificado em outros estudos (Quadros, 2004; Portella *et al.*, 2004; Albernaz, 1996; Almeida, 2004; Arilha, 2000; Duarte, 1996; Paiva, 1996; Quadros e Scott, 1999).

Com as companheiras pode-se transar sem o preservativo, em alguns casos até deve-se transar sem o preservativo, pois reforça a relação de confiança mútua. Se há confiança, acreditam não se correr risco de contrair doenças. Pode-se até ocorrer gravidez, mas, nesse caso, apenas acelera-se o processo de casamento que é tido como natural nessas condições.

Tem que usar camisinha se não for a namorada ou a esposa... Tem que usar... Quando eu conheci minha mulher, a minha namorada, quando a gente transa... Até hoje quando a gente tem relação eu nunca uso... Porque tem a confiança. Mas com outra mulher tem que usar sempre. (Gael, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 33 anos).

Conhecer bem a pessoa é importante. Porque com uma mulher que a gente conhece, a gente não precisa se prevenir... Que é a esposa da gente, é a namorada... Então pra ficar com alguma outra mulher, a gente tem que se prevenir bem. (Joel, trabalhador vindo da cidade de Guadalupe/PI, 36 anos).

Não, não tem situação que dá para transar sem camisinha... Fora com a minha mulher. Aí não precisa, né?... Mas quando pensa com outra (...), não, não tem como. Com minha namorada, isso porque ela toma anticoncepcional e nós já fizemos alguns exames. Ela confia em mim e eu confio nela, então a gente tem relações sem camisinha, porque existe essa confiança. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

Olha, quando eu namorava com minha esposa, quando a gente nem era casado ainda, quer dizer, não morava junto... Nós não somos casados no papel, somos casados na vida... A gente tinha relações sim... Usava camisinha?... Não!... E por que não?... Por causa da confiança... Bem, se ela confia em mim, eu tenho que fazer por onde ser digno dessa confiança, né?... Então... Se eu uso a camisinha com ela, ela pode pensar que eu tive relações fora sem usar camisinha, né?... E se ela pede que eu use aí eu vou achar estranho... Naquela época, que a gente começou a namorar, um tempo depois ela engravidou... Ai a gente já foi morar juntos e estamos até hoje... Já com outras, que acontece de eu ter relações por aqui, uso sempre... Não deixo de usar... Porque eu não quero correr o risco de pegar nenhuma doença, nem de engravidar ninguém... Sem camisinha, só com minha esposa. (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

De acordo com o relato dos sujeitos, apesar de alguns se referirem a evitar gravidez, o uso do preservativo parece ser pensado muito mais como um instrumento de prevenção às DST e AIDS do que como método contraceptivo. Alguns dos homens com quem interagi afirmaram terem se casado ou se “juntado” com suas companheiras quando essas engravidaram. Muitos com os quais conversei relataram, assim como Miro, que eram “casados na vida” e não no papel, aparecendo a referência da união consensual como uma condição muito comum entre eles (Quadros, 2004; Portella *et al.*, 2004).

É interessante atentar que questões envolvendo a família se associam à forma de como esses homens agem e pensam suas relações e, junto com questões da natureza do trabalho que exercem, remetem ideias de como pensam o cuidado, a prevenção e os vínculos com as parceiras locais.

O longo tempo longe de suas companheiras é um dos motivos alegados pelos alojados como justificativa que os fazem procurar sexo fora do casamento. Como disse Diniz: *“Passar muito tempo longe da mulher, faz com que a gente procure outras por aqui. Mas com essas é só sexo, não tem compromisso... Apesar de que, tem cara que mantém mulher aqui também. Aluga casa, sustenta e tudo”*.

De acordo com a referência do Diniz, pode-se perceber que os vínculos com mulheres fora do casamento são possibilitados pela questão da sexualidade, mas não só; a ideia do trabalho também está presente na constituição desses vínculos, como veremos mais adiante. Aqui gostaria de enfatizar que o vínculo inicialmente se estabelece pelo interesse em sexo e, dependendo de como se estreite esse vínculo, pode expor o trabalhador, assim como as mulheres, a vários riscos - uma gravidez não planejada, uma DST/AIDS, violência e inclusive, mortes.

Tratarei sobre a violência no próximo item. Aqui, abordarei sobre a questão da gravidez. A gravidez é um aspecto interessante de se observar. É natural escutar entre os trabalhadores de trecho relatos sobre conhecidos ou amigos que são pais de crianças de relações extraconjugais. Alguns dos que conversei confessaram ter filhos de relacionamentos fora do casamento em outros Estados. Diniz é um desses. Segundo ele, todos os quatro filhos são de

relacionamentos diferentes. Mas afirma que *“todos são família, pois todos são meu sangue”*.

Ter filhos fora do casamento ou da união consensual, da consanguinidade como garantia de vínculo familiar (paternidade), como citado por Diniz, tal laço não é total garantia de reconhecimento afetivo. Como disse um trabalhador baiano, que reside no mesmo alojamento do Gael: *“saber que é pai, não faz o homem se sentir pai. Ele pode até pagar pensão, porque tem que pagar mesmo, mas ter contato mais próximo com a criança depende dele querer”*.

Apesar dessa afirmação, há muitos casos de homens que mantêm relações mais próximas com filhos de relacionamentos extraconjugais. O Diniz, por exemplo, afirmou que já reuniu todos os filhos e procura manter contato com o filho que mora na Bahia, segundo ele: *“(...) a ligação com um filho independe de ser casado ou não com a mãe... Casar é escolha, filho não”*.

Isso remete aos casos de reconhecimento de paternidade que escutei de assistentes sociais das empresas. Disseram duas delas que, de vez em quando, chegam às empresas notificação expedida por algum Juiz, convocando trabalhadores para responder a ações de reconhecimento de paternidade. Em muitos desses casos, os homens acabam realizando o teste de DNA para confirmar ou não a paternidade. Caso seja confirmada, as mulheres exigem o pagamento da pensão alimentícia, e dependendo da determinação do Juiz, ou do acordo selado com o trabalhador, em muitos casos, é autorizado o desconto da pensão diretamente dos proventos que o funcionário recebe ao final do mês.

Há casos, revelados por alguns trabalhadores, em que nem todos exigem o teste de DNA para reconhecer a paternidade. Um amigo de Miro, trabalhador negro, cerca de 50 anos, paraense, por exemplo, não exigiu o teste. Conversei com ele em um momento de descontração no alojamento, enquanto acompanhava uma partida de dominó. Disse-me ser casado há mais de 25 anos e, há cerca de 20 anos (mais ou menos), trabalhou em uma obra em São Paulo, durante dois anos. Lá conheceu uma moça com quem se envolveu: *“Ela era uma mulher direita, sabia da minha condição, mas gostava de mim, né?... Sabia*

*que eu era casado*”, disse ele. O relacionamento durou “*os últimos cinco meses*” em que trabalhou na cidade de São Paulo.

Quando voltou para o Pará, o relacionamento acabou. “*Foi duro para ela, mas ela sabia que esse momento ia chegar*”, acrescentou. Depois disso não teve contato com a moça durante muito tempo, não deixou endereço e nem telefone, tinha medo que ela resolvesse procurá-lo, já que o “*lance foi muito bom*”. Após cinco anos, recebeu uma carta dela. O conteúdo da carta revelava que ele era pai de um menino com quase cinco anos. Ela tinha descoberto estar grávida dele um mês após ele ter ido embora. A moça informava na carta que não soube como proceder, pois como não tinha o contato dele, não escreveu antes. Teve a criança sozinha e a criou com a ajuda da mãe.

“*Ela mandou fotos da criança dentro da carta*” e, afirmou ele que, ao ver as fotos, reconheceu ser o menino a cara dele. Revelou que ela havia conseguido o endereço dele com um amigo carioca, que trabalhou com ele naquela época e havia voltado a trabalhar em São Paulo e, por coincidência do destino, encontrou-se com ela na rua. “*Foi com ele, ela pegou meu endereço com ele, a gente acaba trocando os telefones um com o outro, dá o endereço,... essas coisas*”<sup>49</sup>. No início ficou meio confuso, sem saber o que fazer, mas resolveu falar com a esposa e explicar a situação. Depois enviou uma carta informando que nas férias iria a São Paulo e lá resolveria a questão de registrar a criança no nome dele. Para finalizar a história, esse trabalhador disse o seguinte: “*Reconheci sem precisar desse tal de DNA e não me arrependo. É meu filho, é a minha cara. Faz 18 anos esse ano e sempre que posso, trago ele pra visitar as irmãs no Pará*”.

Outros dois casos semelhantes a esse foram relatados. Um desses foi um jovem de 25 anos, carioca, que ao saber que a companheira local estava grávida, disse que reconheceria a criança, mas não iria se casar e assim fez.

O último caso tem especificidades. No relatado de um trabalhador baiano de 42 anos, da cidade de Cícero Dantas, ele não apenas reconheceu a paternidade sem teste de DNA, como ficou com a guarda do filho, com a concordância da

---

49 Situação muito comum entre esses trabalhadores – ao qual já me referi no capítulo anterior (rede de trabalho – network).

própria esposa e da mãe da criança. Segundo esse trabalhador, a esposa aceitou “*numa boa*”; eram casados há mais de dez anos e não tinham filhos. De acordo com ele, “*ela agora se sente uma mulher de verdade, ela é mãe*”.

Ao olhar para as relações de poder com vistas a essas articulações, percebemos que o olhar de gênero é fundamental para conceber e problematizar como a relação dos homens com a sexualidade é uma prática “boa para pensar” (Bourdieu, 1983). Primeiro pode-se perceber como esses arranjos evidenciam o peso atribuído tanto em relação à contracepção como à prática sexual, pelos vínculos constituídos a partir do entendimento dos homens. Como vimos, para alguns dos sujeitos, em caso de uma gravidez fora do casamento, o vínculo que se estabelece, na maioria dos casos, é mediado por questões biológicas ou jurídicas. Ou seja, os vínculos se estabelecem pela confirmação da paternidade via exame de DNA ou com presunção da paternidade, caso haja recusa em fazer o teste.

Há também os casos de reconhecimento de paternidade por vontade própria, sem exigência de teste para esta confirmação, o que pode apontar para a constituição de laços de afetividade, mesmo que seja apenas na relação com o/a filho/a. Em um dos casos, especificamente, há o indicativo de satisfação e conformação do modelo familiar tradicional. No caso do trabalhador baiano, com a aceitação do filho fora do casamento, a criança passou a residir com o casal “oficial”<sup>50</sup>, pois esses não tinham filhos, passando a família a ser vista aos moldes tradicionais, onde o homem é “pai e chefe da família” e a mulher, “mãe e a dona de casa”.

A ideia de família, portanto, é importante para a conformação do tipo de vínculo e evidencia como os riscos são mediados nessas relações. Constituir vínculos desse tipo pode gerar problemas para manutenção da “paz familiar”; em alguns casos, pode ser uma forma de ampliar a família (por questões consanguíneas ou afetivas) ou fortalecer o laço entre o casal pelo modelo da família tradicional.

---

50 Entenda-se oficial aqui, em relação a como os homens citam a referência à esposa. Alguns diferenciam os relacionamentos pela ideia de relacionamento oficial – com a esposa, e relacionamento extraoficial – com outras mulheres. Ou seja, aquela com quem eles dizem viver é a esposa oficial.

No próximo item, explanarei sobre a constituição dos diversos vínculos, da forma como percebi, que tem relação direta com a dimensão da sexualidade e também é mediada pelas questões do trabalho, na qual o risco se apresenta de várias formas.

#### **4.3. SEXO E TRABALHO: ENTRE RISCOS E VÍNCULOS**

Quase todos com quem conversei tinham alguma história sobre relacionamentos entre as mulheres locais e os homens das firmas. Um assunto muito repetido é sobre envolvimento com mulheres compromissadas. Nessas horas, destacam as mortes de trabalhadores alojados por conta de casos extraconjugais com mulheres que tinham “dono”.

Relacionamentos com mulheres compromissadas geraram muito problemas logo no início da instalação das obras da Refinaria, o que criou, segundo algumas pessoas com quem conversei, a representação simbólica de que os “*baianos*<sup>51</sup> *são afoitos e metidos, pois se metem com a mulher do outro*” (digo simbólica porque as referências são voltadas para os trabalhadores de fora, não significando que todos esses são do Estado da Bahia).

Um caso que resultou em morte foi relatado por Gael. Envolvia um trabalhador que veio do Rio de Janeiro, devia ter entre 28 e 30 anos, no máximo. Diziam que “*ele consumia drogas, vivia visitando a boca, mas a morte dele foi porque ele se envolveu com a mulher de um dos traficantes*”. Disse ainda que era um rapaz “*bem apessoado*”, mas muito malandro, “*toda semana tava com uma mulher diferente*”. *Aí, “deu no que deu... Pegaram ele no bar. Foi uns três cara, arrastaram pra uma banda aí e deram cabo dele*”. Depois do ocorrido, uns diziam que foi por causa das drogas, mas segundo um amigo dele, quando arrastaram ele do bar, os caras gritavam “*Tu vai aprender a não mexer com mulher de bandido*”. Finalizou a explanação afirmando: “*se meter com mulher*

---

51 A expressão “baiano” já foi mencionada no Capítulo 1. Apenas ênfase que todos os trabalhadores que vêm de outro Estado, independentemente de serem da Bahia, são chamados de “baianos”. Dizem que essa ideia se propagou porque, no início da construção da Refinaria, o maior contingente de trabalhadores vindos de fora de Pernambuco eram da Bahia. Ainda hoje, há muitos baianos instalados nos alojamentos. Porém, o quantitativo total de trabalhadores de outras regiões é bem maior.

*que tem 'dono' já é problema e com mulher de bandido... Aí, o problema é ainda maior".* Mesmo sendo esse rapaz um carioca, muitas das pessoas diziam que *"morreu mais um baiano"*.

Essa questão da violência entre os homens é mais uma faceta das marcas da cultura machista que revelam relações entre masculinidades e machismo. Não estou dizendo com isso que essa relação é direta, ou seja, que são os homens responsáveis pela reprodução da cultura machista, mas que as masculinidades se relacionam ao machismo por causa dos modelos de constituição de identidade aos quais homens e mulheres são submetidos, se submetem e reproduzem ao longo de suas trajetórias. Como afirma Villela (2005, p. 32), *"este modo de construir e vivenciar a masculinidade é múltiplo e variável"*.

Várias seriam as questões que poderiam derivar do debate acima, entre as quais poderia incluir o recorte de classe, raça/etnia e geração. Mas não vou aprofundar esse debate; apenas o cito porque acho necessário enfatizar que, para se realizar uma análise sobre esse ponto deve-se considerar muitas variáveis diante da complexidade do fenômeno.

O que almejo aqui é tratar das relações entre os homens trabalhadores das firmas e as mulheres locais, a partir do enfoque de gênero, tendo como elemento disparador dessa análise o envolvimento com o que denominam *"mulheres com donos"*.

Aliás, *"mulher com dono"* é uma expressão que alguns utilizam para afirmar não ser recomendável se envolver com mulheres compromissadas. De certa forma, essa expressão denota a maneira como eles percebem a relação com as mulheres e, quando vistas pela perspectiva de gênero, evidencia nas relações sociais uma das facetas de dominação engendradas nas construções de poder (Quadros, 2004). Uma vez que *"dono"* sinaliza para a ideia de propriedade; assim, se a mulher tem *"dono"* ela é propriedade de algum homem e esse não admite que *"mexam na propriedade"* dele. Certo dia, em uma conversa próxima ao alojamento, Diniz disse o seguinte: *"mexer com a 'mulher que já tem dono' é muito arriscado, porque nenhum homem quer levar gaia"*. Breno colocou a questão da seguinte forma:

Aqui o cara tem muitas opções pra se envolver ou não. Pra transar não é difícil arranjar mulher... É só ir nas festas que o cara arranja. Tem também aqueles que procuram os lugares específicos, né?... Os prostíbulos... Eu não vou, mas tem cara que vai... Isso é com cada um. Tem também várias mulheres que dão mole por aí. Mas o cara tem que ficar ligado... É bom saber se ela não tem namorado, se é casada, essas coisas... Essas coisas... Isso é pra não ter bronca depois. Porque o cara pode se envolver com uma mulher por aqui se quiser, mas tem que ver se essa é permitida, pra não vir bronca depois.

Quando se referem à sexualidade ou às relações extraconjugais, os homens revelam que essas questões podem ser interpretadas pelas dimensões do “permitido” e do “não permitido”. Nesse caso, permissão é uma categoria de referência a partir do que a maioria dos homens com quem conversei revelou atentar para constituição de vínculos.

Antes de entrar nas especificidades dos vínculos, trago outra possibilidade de interpretar a relação de “permissão” ou “não permissão”, revelada em uma conversa com um trabalhador. Vejamos a história que Miro me relatou. Disse que conheceu um jovem baiano, um trabalhador de 25 anos (mais ou menos, segundo ele), quando trabalhou em uma obra em Goiás. Esse jovem se envolveu com uma menina menor de idade, tinha entre 15 ou 16 anos. A relação, segundo Miro, era permitida. Permitida no sentido de não ser uma relação escondida. A jovem desejava a relação e “*até a família dela sabia*”. Ela engravidou desse operário, mas ele, apesar de dizer querer reconhecer o filho, não desejava se casar. Porém, pela exigência da mãe dela, eles se casaram. A mãe ameaçou o rapaz dizendo que se “*não houvesse o casamento denunciaria ele ao Conselho Tutelar*”. Finalizou a história enfatizando que, na verdade, essa era uma relação “*permitida e não permitida ao mesmo tempo*”.

A história de Miro, junto com as reflexões de Breno e as afirmações de Diniz, me levam a pensar que nem sempre é possível categorizar essas relações de forma tão simplista. Pois numa mesma situação podem estar misturadas as ideias de “permissão” e “não permissão”. Há variáveis. Por exemplo, para

alguns o sexo só é permitido dentro do casamento. Joel disse: “*Sexo pra mim, só com minha esposa, fora do casamento não pode. Não é permitido*”.

Para a maioria, sexo é permitido fora do casamento – ao homem. A condição de trabalho e o longo tempo longe de suas esposas influenciam na decisão de procurarem sexo na região. Como já foi mencionado, o trabalho aparece como fundamento importante para identidade masculina. Atesta a condição de provedor da família e se configura como um destaque que desperta interesse para constituição de vínculos com as mulheres, o que pode adicionar às práticas sexuais desses sujeitos ideias de liberdade, assim como atributo de poder nas relações (Quadros, 2004; Arilha, 1999; Cabral, 2003, Almeida, 2004; Villa, 1997).

As relações sexuais fora do casamento são citadas como consequência do longo tempo e da distância em relação à família, justificada pela ideia de necessidade natural de sexo para o homem. E, nesse caso, sexo fora do casamento só é pensado enquanto necessidade masculina, como enfatizou Miro: “*O sexo é uma coisa do homem... Assim... É... O sexo tá no hormônio masculino. (...) O homem não vive sem sexo. Por isso que ele procura, não dá pra ficar muito tempo sem*”. Apesar disso, alguns homens revelam que a prática do sexo, mesmo para os homens, só dentro do casamento (Quadros, 2004; Parker, 1991; DaMatta, 1986).

As questões de gênero e poder estão entrelaçadas nas formas como esses homens constituem vínculos e revelam como pensam os significados em relação aos tipos de relacionamentos que mantêm com as mulheres da região. No que concerne ao valor simbólico da confiança, suas esposas são referência de “vínculo permanente”. Porém, esse vínculo não é dado pela questão do trabalho, nem do sexo; opera-se por questões de “laços afetivos” ou “alianças”. Como fica subentendido nas palavras de Miro:

A ligação com minha esposa é pra sempre. Eu não posso dizer que o sexo com ela é a melhor coisa do mundo. Mas entre nós não é apenas sexo, é muito mais... É... É... Como eu diria?... É tudo que a gente tem junto: o carinho, os filhos, a confiança, tudo... Isso é muito mais que

sexo... É companheirismo, entendeu? (Miro, trabalhador vindo da cidade de São Luís/MA, 46 anos).

Como Miro, outros homens revelaram que o sexo fora do casamento é melhor que o “sexo em casa” (Parker, 1991; Corrêa, 1996). Mas não trocariam suas esposas por nenhuma outra mulher, porque a relação com a esposa é “*mais que sexo*”. As mulheres locais, para grande maioria dos homens, são vistas como interesseiras. Acreditam que elas se aproximam deles porque circula na região que os “homens das empresas” estão sempre com dinheiro no bolso.

As mulheres aqui pensam que é tudo bombado. Na verdade, elas veem a gente saindo e gastando dinheiro nos lugares, aí pensa: “*É tudo cheio de grana*”. O que é que acontece?... Já olha com interesse. Vê ali uma possibilidade. Tem muitas que se envolve pensando em formar uma família. Não importa se o cara é casado ou não, tem muitos que tão lá com aliança... Você acha que ela liga?... Não! Não liga não. Elas pensam em compromisso, a gente pensa em diversão. É um passatempo. (Diniz, trabalhador vindo da cidade de Petrópolis/RJ, 47 anos).

Elas são muito interesseiras... Estão todas de olho no que você tem para oferecer. Quando a gente chega nas festas, ficam todas lá... Dando mole. Encarando. É só o cara chegar... Oferecer alguma coisa, aí começa a conversar e pronto... Dali vai rolando um papo e a coisa pode ficar mais quente... Mas o cara tem que ter cuidado. Pois o interesse do homem qual é?... Sexo, um envolvimento rápido. Ela sabe disso. Pelo menos eu não escondo que sou noivo de ninguém, mas o interesse dela é outro... Ela quer muito mais e o cara não pode vacilar. (Breno, trabalhador vindo da cidade de Aracaju/SE, 24 anos).

Encontra-se então outro atributo, um tipo de mulher diferente da mulher virtuosa, “a mulher interesseira”. Com essa mulher, segundo os trabalhadores, deve-se ter muito cuidado, pois enquanto eles querem sexo, elas querem muito mais. Essas são mulheres tidas para “passatempo”. Subentendem que a condição de trabalho deles, trabalho temporário, evidencia o tipo de vínculo que eles desejam manter com elas, ou seja, um “vínculo temporário”.

Há trabalhadores que revelaram haver homens que estão namorando a sério com moradoras locais, mas não tive oportunidade de conversar com nenhum deles pessoalmente. Apenas o Diniz me disse que dividia alojamento com um colega, morador da cidade de Viçosa (interior de Alagoas), que namorava uma garota local. Inclusive, no dia em que ele me contou isso, esse rapaz havia ido para sua cidade natal e tinha levado a namorada para apresentá-la a família.

Com as “mulheres virtuosas” eles estabelecem “vínculos permanentes” e esses se baseiam na questão de “afeto” e “aliança”. Já com as “mulheres interesseiras”, estabelecem “vínculos temporários”, baseados no interesse pelo “sexo/diversão” durante um determinado período. Com as mulheres tidas como interesseiras também podem se estabelecer “vínculos permanentes”, mas na maior parte dos casos, a base do vínculo não se dá pela via do afeto, nem da aliança.

Na maioria dos casos, se estabelece pela vivência dos riscos, ou seja, quando há uma gravidez, que só acontece por causa do sexo sem proteção. Como dito por Miro: *“O risco do cara ficar com uma mulher por muito tempo é ele transar sem camisinha. O cara vai ficando com a menina, criando intimidade e coisa e tal... Pronto!... Transa sem camisinha!”*

Toni mencionou essa questão, dizendo ser grande o número de homens que se envolve com uma mulher local por um período longo e, *“se perguntarem se usam camisinha sempre, a maioria vai dizer que sim... Mas vá ver a quantidade de homens que têm filhos fora do casamento?... São muitos... E isso acontece por quê?... Porque usam o preservativo?... É claro que não!”*

Pode-se então perceber que o sistema de atribuições sociais de gênero influencia diretamente as questões da sexualidade. As práticas sexuais, da forma como são referidas, são encaradas como uma forma de poder masculino (Quadros, 2004; Parker, 1991). Assim, atribuir uma classificação para as mulheres nada mais é que uma forma de dominação revelada pela constituição desses vínculos. Pois, dependendo da tipificação atribuída, se evidencia um tipo de relação sexual referida. Mas, vou chegar lá, falta explicar sobre outro

tipo de vínculo possível com mulheres da região, que se dá por via do “vínculo de serviço”.

Os homens das firmas dizem que há duas opções para quem quer ter relações sexuais com mulheres na região. Uma já foi mencionada, é pelo estabelecimento do “vínculo temporário”, que, em alguns casos, pode gerar “vínculos permanentes” (depois voltarei a esse tipo de vínculo, para esclarecer uma particularidade em relação à natureza desse vínculo). O vínculo temporário relaciona-se diretamente ao que denomino de possibilidade de “sexo temporário”. Outra possibilidade de relacionamento com mulheres da região, os homens dizem ser com as prostitutas.

Referem-se às prostitutas como “mulheres de risco” (Martin, 2003), no sentido de que essas carregam a possibilidade (simbólica e real) de passar uma DST ou AIDS para quem transar com elas. Por isso, alguns poucos disseram que com essas mulheres eles não transam, como foi o caso do Breno: “(...) *tem muito trabalhador que procuram, né?.. Procuram as prostitutas. Eu não tenho nada contra, mas eu não... Eu não transo com prostitutas, mesmo com camisinha eu não transo*”.

Breno é um dos poucos que fez questão de afirmar que não tem relações sexuais com prostitutas. A maioria relatou que as procuram nas boates. Deram referências sobre os pontos onde se localizam as casas de prostituição, tanto nas áreas das praias de Gaibu e Enseada dos Corais, quanto no Centro do Cabo de Santo Agostinho. De acordo com Diniz, a prostituição é “*uma atividade que existe há séculos e em qualquer lugar*”. Alguns afirmaram que as mulheres que se prostituem fazem isso porque precisam. Outros admitiram a possibilidade da prostituição ser uma escolha consciente, feita por questões de necessidade e que pode se tornar uma atividade exercida com prazer. Essa última ideia é muito próxima à ideia de como alguns se reportam a profissão que exercem (Pião Trecheiro – ver capítulo 3).

Apesar da diversidade de opiniões a respeito das mulheres na prostituição, quando se referiam a elas, quase sempre, afirmaram serem essas “mulheres de risco” mais confiáveis para manterem relações sexuais do que com as “mulheres

interesseiras”. Pois elas, de acordo como afirmaram, estão “prestando um serviço” e, finalizado o serviço, ou seja, a relação sexual, finda o vínculo.

Dois aspectos são importantes de se ressaltar sobre a natureza desse vínculo, que são: 1. o vínculo é mediado pela relação de trabalho das profissionais do sexo (serviço/sexo pago), por isso tem uma natureza bem definida para ambas as partes e; 2. assim como na profissão deles, a atividade é referida como uma atividade de risco; nesse caso, o fator segurança e proteção são acionados e a cobrança (monitoramento) para o uso do preservativo (equipamento de proteção individual - camisinha) ocorre pela própria profissional do sexo. Para eles “*é prazer, para elas é trabalho*”, como afirmou Gael.

Para finalizar a descrição dos vínculos, volto á questão do “vínculo permanente”, que pode vir a ocorrer com a gravidez gerada a partir de um “vínculo temporário”. Dizer que a gravidez pode vir a gerar um “vínculo permanente” é certo, mas nesse caso, é bom frisar que o vínculo não é com a mulher e sim com a criança que venha a nascer. Como mostrei em item anterior, o nascimento de um filho pode gerar a possibilidade de reconhecimento da paternidade. Pode ocorrer uma aproximação afetiva ou não, como pode se configurar apenas uma ligação jurídica e/ou econômica. De uma forma ou de outra, foi gerado um “vínculo permanente” como uma das consequências de vivência dos riscos.

O que pude observar é que, em geral, os interlocutores não constituem laços fixos com o lugar onde trabalham, nem com as pessoas da região. Essa relação tem como referência o “fazer parte” e o “não fazer parte” como elementos constitutivos da geração de riscos. Percebem esses vínculos pela simbologia da atividade que exercem no trabalho. Ou seja, como são trabalhadores com vínculos temporários e migrantes, as relações que mantêm com o lugar são mediadas pela mesma ideia de “vínculo temporário” ou “vínculo de serviço”.

Apenas no caso de gerarem “vínculo permanente”, outras possibilidades de mediação podem acontecer por afeto, mas também podem estar diretamente

ligadas a questões econômicas (pagamento de pensão alimentícia) ou jurídicas e, nesses casos específicos, o vínculo é com o/a filho/a.

A forma como lidam com os vínculos ou como os constituem é reflexo do tipo de ligação pelo interesse no sexo, ou seja, se é sexo pago, os vínculos são bem definidos e só duram enquanto há execução do serviço (relação sexual). Se o sexo é temporário, o vínculo pode ser de curta duração (dias, semanas), ou mais longo (meses, anos). O tipo de vínculo estabelecido influencia diretamente na maneira como lidam com os riscos vivenciados nos relacionamentos e onde o comportamento sexual está ligado a valores de liberdade e autonomia (Quadros, 2004; Portella *et al.*, 2004).

Vê-se então como no processo de sociabilidade se revelam as interações e os discursos, evidenciando que suas vivências não estão isoladas de valores, ideias, práticas e organização familiar. Todas essas questões podem ser lidas a partir dos aspectos refletidos na dinâmica do trabalho desses sujeitos, por um princípio gerador de como esses constituem os vínculos, onde se apresenta a vivência dos riscos, fundamentadas nas relações sociais de gênero.

A perspectiva de gênero ajuda a perceber de que maneira essas representações constroem a noção de risco, organizando símbolos e seus significados de acordo com o modo como os sujeitos operam esses recursos. Por fim, vou às considerações finais, trazendo a síntese do que observei.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta etnografia buscou demonstrar como se apresenta a relação entre risco, trabalho e sexualidade, por meio da vivência dos sujeitos com quem interagi - homens trabalhadores do Complexo de Suape (PE). As observações que fiz referem-se a um determinado contexto e a experiências de um grupo social específico: homens trabalhadores de trecho (local onde ocorrem as obras por um determinado período de tempo).

Procurei trazer as questões fundamentais desta pesquisa a partir da perspectiva dos estudos de gênero e com base nas construções sociais engendradas nas diversas relações sociais presentes no cotidiano desses sujeitos, evidenciando relações pautadas por questões de poder nos processos de interação social.

Observar as relações sociais de modo mais abrangente, compreendendo vários aspectos da vida do 'Pião Trecheiro' ajudou a entender as formas como esses homens lidam com as questões de risco presentes e correlacionadas à dimensão do trabalho e da sexualidade. Parti da perspectiva de que seria importante olhar para essa questão no cotidiano dos trabalhadores em todos os seus espaços de convivência.

O esforço em dimensionar as questões de risco presentes nas interações, lazer e práticas sexuais dos sujeitos da pesquisa, devido ao contexto histórico e social da região pesquisada, me fez explorar elementos para além da interação sexual desses sujeitos, por perceber que o risco presente em seu cotidiano laboral forneciam importantes indicativos de como o trabalho, para esse grupo, fomenta a ideia de uma identidade coletiva (Eckert, 1995; Ribeiro, 2000), autodenominada 'Pião Trecheiro'.

A identidade de um 'Pião Trecheiro' é composta por símbolos como: trabalho (profissão), deslocamento (mudança, trânsito, migração, mobilidade) e período (tempo). Esses símbolos juntos compõem o *ethos* desse grupo e conforma um *habitus* (Bourdieu, 1983; Eckert, 1995). Assim, percebe-se que

a simbologia da profissão de ‘Pião Trecheiro’ influencia diretamente na forma de interação e constituição de vínculos, tanto com o lugar, quanto com as pessoas. A profissão de ‘Pião Trecheiro’ exige especificidades de deslocamento (migração), pela busca de trabalho em outras regiões.

De certa forma, esse estilo de vida faz com que não se prendam a uma “região fixa”, o que comporta um tipo de relação simbólica com o lugar (região), mediada pela ideia de “fazer parte” e “não fazer parte”. Olhar para o risco pela relação entre trabalho e sexualidade ajudou a perceber como essas dimensões se correlacionam e, conseqüentemente, se refletem na forma como esses homens constituem os vínculos.

Observei essas questões por meio das diversas estratégias de sociabilidade desses sujeitos, para compreender como a criação e a manutenção de relações, a partir dessa perspectiva, possibilitou, ao mesmo tempo, olhar o singular e o plural. Nos espaços e práticas de sociabilidade dos trabalhadores aparecem elementos constitutivos de suas experiências e trajetórias.

Os discursos reafirmam ideias de divisão sexual do trabalho e demonstram como o grupo entende os atributos e as responsabilidades de homens e mulheres. Isso evidenciou que os sujeitos ainda estão imbuídos de ideias localizadas pelas atribuições de papéis de gênero, enfatizando funções e responsabilidades para o masculino e o feminino, que reverberam em formas de controle masculino.

Para analisar o risco como elemento presente no cotidiano dos interlocutores dessa pesquisa buscou-se, na revisão da literatura, entender como esse conceito está fundamentado por vários caminhos dentro das Ciências Sociais (Beck, 2010; Brüseke 2001; Peretti-Watel, 2000; Douglas, 1966a, 1986b, 1992c; Douglas e Wildavsky, 1982; entre outros).

Contudo, para a leitura do campo, adotei a perspectiva cultural desenvolvida pela antropóloga Mary Douglas (1966a, 1986b, 1992c) e também as contribuições de Douglas e Wildavsky, (1982). Úteis para refletir e analisar as informações observadas por abranger vários aspectos da dimensão dos riscos, fazendo-me compreendê-los a partir da dinâmica desses sujeitos ao

interligar as questões simbólicas da natureza do trabalho que realizam com as questões da sexualidade.

Na vida desses sujeitos, o risco aparece de forma ampla, dentro e fora do ambiente de trabalho. O estilo de vida que levam, como eles próprios relataram, faz com que se exponham a vários perigos, intensificados por causa das exigências de deslocamento/migração. A amplitude dos riscos a que estão sujeitos abarca questões interligadas tanto pela convivência nos alojamentos, quanto pela natureza do trabalho que realizam, assim como estar presente na interação com a região e a comunidade onde ficam residindo por determinados períodos.

Na interação com a comunidade local, incluem-se as relações com as mulheres, o que os levam a estabelecer vínculos. A classificação dos tipos de vínculos com as mulheres, além de mediadas por ideias de serviço (sexo pago) e diversão/prazer (sexo temporário), carregam dicotomias simbólicas quando se pensa o risco nessas relações. Como por exemplo, os atributos de “perigo” e “segurança” que reportam ao mesmo tempo para as profissionais do sexo, da mesma forma, atribuem a ideia de “confiança” e “perigo” na relação com outras moradoras da região.

Segundo os sujeitos, as prostitutas carregam o risco no próprio corpo, mas como exercem uma atividade de trabalho, a prevenção está sempre associada ao sexo, sendo a prática do sexo com essas mulheres considerada uma prática mais segura que com outras mulheres que residem na localidade.

O sexo com essas “outras” mulheres locais (não prostitutas) é mediado pela ideia de “diversão/prazer”. Como não são prostitutas, são vistas como mulheres de menor risco para prática sexual. Porém, quando a relação perdura por mais tempo, leva à intimidade e, nesses casos, o uso de preservativo nem sempre é tido como necessário, pois quando há intimidade atribui-se a ideia de confiança na relação.

Um “vínculo temporário” pode gerar um “vínculo permanente”. No caso, o vínculo permanente se inicia com a gravidez da mulher (que é referida como relacionamento temporário) e concretiza-se após o nascimento da criança e

o reconhecimento da paternidade. Nesse caso, o vínculo permanente é com o/a filho/a, não com a mãe da criança. Reconhecer a paternidade significa assumir o compromisso do “vínculo permanente” (Quadros, 2004; Cabral, 2003; Pimenta *et al.*, 2000; Arilha, 1999).

As questões acima revelam como esses homens vivenciam o risco nas relações extraconjugais e como lidam com a experiência da liberdade masculina. Enfatizam também questões ligadas às relações de poder intrínsecas à classificação das mulheres e dos riscos. Todos os homens revelaram o temor em contrair DST/AIDS, mas o temor não é dimensionado da mesma forma em relação à possibilidade de uma gravidez não planejada (Quadros, 2004; Portella e Nascimento, 2000; Corrêa, 1996; Parker, 1991; McLaren, 1990).

Os atributos tidos como masculinos apareceram ligados à questão de liberdade, autonomia, prazer e responsabilidade. Por meio desses atributos, os sujeitos da pesquisa compõem seus caminhos em relação a como constituem suas relações e como percebem os riscos por meio delas. As formas de vivência e percepção dos riscos estão ligadas à identidade masculina, reforçada pelo estilo de vida que a profissão impõe, influenciando diretamente a formação da identidade coletiva.

Na vida de um trabalhador de trecho estão presentes os símbolos de “deslocamento” e “tempo/período”, que compõem o *ethos* desse grupo. Essas ideias estão presentes na forma como processam as interações sociais, pela perspectiva do “fazer parte” e do “não fazer parte”. Isso os leva a pensar que, talvez, haja um subentendimento de que a ideia de “trabalho temporário” já evidencia qual é a natureza do vínculo que vão manter com o lugar e com as pessoas da região, inclusive com as mulheres.

O risco aparece como referência presente na vida desses trabalhadores, entendido como elemento intrínseco à profissão do ‘pião trecheiro’. A vida dos profissionais que - conforme a metáfora utilizada por um dos trabalhadores - “rodam”, que nunca estão durante muito tempo em um lugar fixo, reportam elementos tais como: aventura, força e coragem aos que fazem parte desse grupo seletivo.

Na ideia desses trabalhadores, esse tipo de profissão não é para todos, por impor certas exigências que marcam os que continuam na profissão pelo desejo e vontade de conhecer outros lugares, lidar com outras culturas, além de exigir posturas de desapego (às pessoas e aos lugares). Desapego que não se refere ao lugar onde está a família. A família, para os sujeitos da pesquisa, compõe o universo simbólico do lar.

Para entender as interações de gênero que constituem a vida desses sujeitos, a família deve ser levada em consideração. O lar desses homens é onde residem sua esposa e filhos; em alguns casos, outros parentes mais próximos como pai, mãe e irmãos/ãs. Mas, acima de tudo, o vínculo com a família se articula ao sentido subjetivo de lar, sendo esse mediado pelo “afeto” e “aliança” com a esposa e/ou ligação com os pais e/ou mães. O lugar onde está a família não é simplesmente reportado como um local geográfico (região). Assim, o lar para esses sujeitos será sempre onde estiver presente sua família, independentemente da região.

Ao falar de suas companheiras, a maioria dos homens lhes atribuem as responsabilidades de cuidado dos filhos e da casa. Essa ideia é reforçada pela dinâmica do trabalho ao qual estão submetidos, que os fazem passar longos períodos ausentes de seus lares, compartilhando poucos momentos familiares. O que auxilia e reforça a ideia de que o cuidado com o lar é de responsabilidade das mulheres, pois eles trabalham para sustentar a casa. Alguns revelaram sentir a necessidade de participar mais da vida cotidiana dos filhos e do cuidado com a casa, mas poucos citaram tais cuidados como elementos que fazem parte das atribuições masculinas.

Ao mencionar o cuidado com crianças, referiram atividades que os aproximavam de espaços de lazer ou atribuições para fora do lar, como: levar ou trazer o/a filho/a da escola; brincar com os filhos e; levá-los para passear. O que evidencia os sinais de desigualdades presentes nas relações familiares desses sujeitos, pois a ideia de cuidado com os filhos os aproximam dos espaços de lazer/rua e mantém as mulheres no espaço da casa – responsabilidade em cuidar da casa (Quadros, Scott, 1990; Sarti, 1994). Isso não significa que esteja

afirmando que os sujeitos não se veem na obrigação de cuidar; porém, indica que o papel de provedor pode ser entendido como uma atribuição de cuidar.

Como demonstrado, no entendimento dos interlocutores, as vivências e sacrifícios que fazem parte da vida deles são referidas como necessárias pela responsabilidade em cuidar da família. Essa responsabilidade é entendida, principalmente, como garantia do sustento financeiro. Em relação aos filhos, as expressões de cuidado são mais ligadas à diversão e, no caso de filhos/as de relacionamentos extraconjugais, entendem que a responsabilidade se dá em “assumir a criação” (Quadros, 2004; Almeida, 2004; Arilha, 1999; Jardim, 1995; Villa, 1999). Embora esta se resuma a pagar pensão alimentícia na maioria dos casos, mas, há alguns relatos de aproximação afetiva.

Não foram poucos os que relataram que cuidavam de suas roupas, faziam comidas e arrumavam os alojamentos, mantendo-os limpos. Essas eram atividades de cuidado, que alguns até disseram reproduzir em seus lares, como foi o caso de Toni. Porém, muitos só desenvolviam essas tarefas nos alojamentos, poucos foram os que afirmaram assumir essas atribuições em seus lares. Quando admitiam fazer, citavam realizar tarefas como cozinhar para família, geralmente em momentos específicos (reuniões familiares, festividades etc.), referida como uma atividade prazerosa e, mais uma vez, reportada a momentos de lazer.

As questões de hierarquização dos papéis sociais, da forma como são evidenciadas pelos sujeitos, remete à ideia de divisão sexual do trabalho, ainda muito presente na relação desses homens com suas companheiras (Quadros, 2004; Almeida, 2004; Arilha, 1999; Jardim, 1995; Villa, 1999). Mesmo porque, ao admitir realizar determinadas tarefas enquanto estão residindo nos alojamentos (passar roupa, cozinha, lavar pratos, arrumar o ambiente, lavar banheiro etc.), e quando reafirmam que em casa essas tarefas ficam a cargo das esposas, revelam questões da hierarquização dos papéis de gênero.

E, por outro lado, demonstram também que o alojamento é percebido como uma concessão/extensão do trabalho e uma atividade exercida “fora do lar”. Portanto, realizar essas atividades fora de casa, é realizá-las vinculadas ao

trabalho. Isso dá indicativos de que, para esses sujeitos (homens trabalhadores com garantias trabalhistas), as atribuições sociais de gênero ainda são muito marcadas pela dicotomia casa/rua.

No caso de homens casados ou com namoradas, todas as relações extraconjugais foram reportadas pelo viés dos interesses sexuais. Os sujeitos se referiram ao vínculo com as moradoras locais como temporários. Simbolicamente, a ideia de “vínculo temporário” remete a sua situação na região, “situação temporária” (passageira), e evoca a ideia de movimento e deslocamento, presente na simbologia da identidade do ‘Pião Trecheiro’. Assim, pode-se afirmar que os relacionamentos extraconjugais, nesse contexto, indicam que a condição de trabalho desses sujeitos influencia diretamente na forma como pensam esses vínculos.

A classificação da natureza do vínculo se dá pela ideia de risco. Para eles, o risco existe tanto nas práticas sexuais com as profissionais do sexo, quanto com outras mulheres locais, de formas diferentes. O sexo com as prostitutas é referido como mais seguro, por condicionar o uso do preservativo à atividade de serviço/trabalho (mesmo que sejam referidas como mulheres que carregam o risco em sua profissão).

Segundo os trabalhadores alojados, isso se dá por conta da natureza da atividade que as profissionais do sexo exercem, ou seja, atividade considerada de risco (Martin, 2003) – assim como eles também exercem atividades consideradas de risco. O que faz com que, essas profissionais não se esqueçam da questão de prevenção dos riscos, fazendo o monitoramento de segurança, exigindo o uso preservativo (como no trabalho deles se exige o uso dos equipamentos de proteção).

Já nas relações sexuais com outras mulheres, a ideia de risco perpassa pela questão da intimidade: estreitá-la pode levar ao risco do sexo sem proteção.

Pode-se dizer que o sexo com a profissional/prostituta, mesmo sendo reportada como atividade de lazer/prazer, é mediada pela ideia de serviço (atividade de trabalho das mulheres). Mas o sexo com outras mulheres da região é mediado pela ideia de lazer e prazer, onde, na prática, a prevenção

dos riscos não perpassa pela questão de exigência/monitoramento ao uso de proteção.

Parece também haver a ideia de que, ao se reportarem ao tipo de trabalho que fazem e evidenciando que são de outras regiões, deixam autoevidente o não interesse em estreitar a relação com outras mulheres. Esse é um jogo de autoevidências que lhes proporciona criar uma ambiência, não sem a convivência das mulheres e das empresas, para exercerem um hábito que lhes é concedido socialmente, ou seja, terem mulheres temporárias onde estão trabalhando, e mulheres fixas, no local que consideram como suas casas.

O trabalho já se apresenta na vida desses sujeitos desde muito jovens (Sarti, 1994; Portella *et al.*, 2004; Grossi, 2004). Muitos relataram terem começado a desenvolver atividades que gerassem renda ainda na adolescência e a questão da renda, por vezes, atribuía certo *status* para eles. Essa condição também foi citada como um diferencial de poder em relação aos que não trabalhavam.

Uma das vantagens citadas pelos sujeitos no que diz respeito a terem condições de garantir recursos financeiros para bancar suas saídas (diversão), os colocavam em destaque na interação e conquista de mulheres. Assim, uma das constatações possíveis, a partir das observações realizadas, é que o trabalho e a sexualidade são questões fundamentais para identidade desses sujeitos (Quadros, 2004; Arilha, 1999; Cabral, 2003, Almeida, 2004), porque o dinheiro lhes atribui condições simbólicas de dominação sobre quem não detém a posse dele.

Outro elemento referido pelos sujeitos, sobre a importância do trabalho assalariado, é a ideia de que um homem honrado não pode ser sustentado por uma mulher. Afirmam ser somente pelo trabalho que o homem deve galgar a possibilidade de realização de desejos, como também a melhoria de vida, para eles e para a família. Nessa dimensão, o trabalho assalariado é simbolicamente ligado a ideias de valorização e honra masculina (Sarti, 1994; Nascimento, 1999; Quadros, 1994, Portella *et al.*, 2004). Além de conceder a posição de provedor do lar, também fornece a condição de ser o garantidor da diversão

fora de casa, o que simbolicamente atribui um *status* de poder entre as partes envolvidas (homens e mulheres).

Superar as dificuldades da profissão que exercem (distância dos familiares e amigos, dividir alojamento com pessoas desconhecidas e com costumes diversos, tristezas e saudades provocadas pelo longo tempo sem visitar o lar, etc.) só é possível pelo sentimento de responsabilidade que têm para com a família. A família e o trabalho aportam aos sujeitos um sentido de responsabilidade e reafirmam a ideia de provedor. (Quadros, 2004; Portella et al., 2004; Sarti, 1994).

Os 'Piões Trecheiros' se autorreferem como um grupo seletivo. Para ser considerado um verdadeiro profissional desse grupo, um 'pião rodado', é necessário tempo no exercício da profissão. Alguns dos indicativos de que o sujeito está realmente se tornando um 'pião rodado' consistem em: reconhecer e demonstrar gosto pela vida profissional; revelar coragem para enfrentar situações desconhecidas e; adquirir maior facilidade em adaptar-se às diferenças culturais. Para chegar a ter reconhecimento dentro do grupo, o sujeito deve conhecer bem a profissão pela vivência dela e, sua vivência, é revelada pelo migração/deslocamento, já que a prática do 'pião' é 'rodar' (circular por diversas regiões por conta do trabalho; ir onde tem trabalho).

É importante enfatizar aqui como a linguagem dos riscos está presente no cotidiano desses trabalhadores e se apresenta de formas diferentes na constituição dos vínculos. Retomo essa questão porque as características de como o trabalho revela as identidades desses homens e se apresenta nas formas de como lidam com os vínculos, são evidenciadas tanto pela dimensão do trabalho quanto pela vivência das práticas sexuais.

No trabalho, as normas e exigências estabelecidas conformam um linguajar próprio, e por meio dele reproduzem uma ideia de prevenção dos riscos pelo constante monitoramento do cumprimento das normas. Passam a ideia de que riscos e práticas de segurança são indissociáveis para o 'pião'. Mas, em outras dimensões do cotidiano, isso não se reproduz da mesma forma.

No ambiente de trabalho, a forma como as normas são inseridas na profissão coadunam com a ideia de riscos, prevenção e segurança como indissociáveis. Essas ideias os ajudam a cumprir as exigências de prevenção dos riscos dentro do local de trabalho, evitando colocar em perigo o grupo. Sendo que, no ambiente de trabalho, o cumprimento das regras é monitorado permanentemente por agentes das empresas, e evitar os riscos sempre é reportado como uma “responsabilidade coletiva” (Douglas e Wildavsky, 1982). Assim, a obrigação de todos é cumprir a rotina preestabelecida de segurança.

Contudo, fora do ambiente de trabalho, mesmo os sujeitos relatando terem consciência de que os riscos continuam a lhes acompanhar, que são conscientes da importância da adoção de atitudes seguras para evitar os riscos, as decisões são entendidas como de caráter e “responsabilidade individual”. Assim, companheiros de trabalho não devem interferir na ação do outro, a não ser que venha a colocar em risco outros companheiros de alojamento (nesse caso o risco é entendido exclusivamente como perigo).

Parece que o reconhecimento dos riscos está presente em várias esferas da vida desses trabalhadores, mas este reconhecimento não é suficiente para tornar a atitude preventiva um hábito também extensivo às várias esferas da vida. A ideia de prática de prevenção do risco só se manifesta quando a noção passa a ser de “risco coletivo”, o que revela como a importância dos colegas de trabalho é grande – maior, inclusive, que o temor de pegar alguma DST/AIDS ou engravidar uma mulher.

As decisões que os levam aos vários tipos de vínculos, vistas como responsabilidades individuais, podem ajudar a revelar facetas da relação de poder engendradas nessas decisões. A liberdade e autonomia de escolha em como vivenciar os riscos, relacionadas às práticas sexuais masculinas, assim como a questão de como serão condicionados esses vínculos (serviço, temporário – que pode vir a se tornar permanente), evidenciam a hierarquização imbricada nessa relação, num contexto de total desigualdade de poder nas decisões.

A tipificação das mulheres também revela outro indicativo de como são travadas as relações de gênero, pois ao estabelecer categorias de “mulheres virtuosas”, “mulheres interesseiras” e “mulheres de risco”, também se infere a ideia das vivências de riscos pelo tipo de vínculo com essas mulheres. Assim, os sujeitos guardam ideias de que as únicas mulheres com quem não se corre riscos são as mulheres virtuosas, as esposas – citadas como confiáveis e referendadas como responsáveis pela casa e filhos/as. O que reforça a ideia de “dona de casa” e garante a eles a ideia de “chefe da família”. Muitos são os estudos sobre família e reprodução que mostram como a reprodução está para as mulheres assim como o sexo está para os homens (Quadros, 2004, 2011; McLaren, 1990; Arilha, 1999; Scott, 1990).

A noção de risco, para esses sujeitos, está vinculada à ideia de necessidade de sexo para o homem. O longo tempo distante da família provoca sentimentos de tristeza e saudade nos alojados. Para enfrentá-los, buscam compartilhar momentos em diversões coletivas, como jogos de dominó, churrascos improvisados na área dos alojamentos, assim como assistir a jogos televisionados e outras atividades.

Nos momentos de lazer, a bebida alcoólica é quase sempre presença garantida. Entre as formas de interação social, também é frequente a visita a bares, shows e boates. A interação que ocorre nesses lugares tem como objetivo a procura por mulheres para relacionamentos temporários com vistas ao “sexo sem compromisso”.

O sexo aparece como um dos elementos importantes para esses sujeitos, pois é entendido como uma necessidade biológica, não podendo passar muito tempo sem praticá-lo. Segundo os sujeitos, sexo também ajuda a relaxar do *stress* da vida que levam. Todos afirmam da importância da prática do sexo seguro nas relações extraconjugais. O preservativo, nessa perspectiva, é referido como um elemento de segurança para se evitar riscos, principalmente o risco de se contrair DST/AIDS, o que pode levar prejuízo para a família.

Mesmo assim, poucos mencionaram preocupação em relação às mulheres da região, com exceção das profissionais do sexo (prostitutas), de os colocarem

em risco, no sentido de se infectarem e infectarem suas companheiras/esposas. Além disso, poucos citaram a importância do preservativo para prevenção a gravidez. Na prática, pelas inúmeras histórias que tive contato, o uso do preservativo não é tão frequente quanto reportado nos discursos sobre sua importância.

Em relação aos relacionamentos com as mulheres locais e a ligação com os riscos nesses envolvimento, é importante ressaltar que o maior risco considerado é a violência. Trata-se de um risco em contexto específico: não se envolverem com mulheres que tenham “dono”. Essa expressão revela a questão da cultura machista presente nos discursos desses sujeitos, e reforça a questão da aceitação simbólica do modelo de masculinidade hegemônica, aliada à hierarquização de gênero.

Ressalto ainda que a região onde foi realizado esse estudo engloba uma infinidade de fatores e particularidades que também influenciam e se refletem na interação social desses sujeitos. Além disso, há outros aspectos relacionados à vivência desses trabalhadores em relação à sexualidade e riscos que foram pouco explorados aqui. Por exemplo, questões ligadas a práticas sexuais de homens que fazem sexo com homens (HSH), ou como essas questões de riscos são reportadas por trabalhadores mais jovens sem vínculos amorosos em suas cidades de origem, ou até, quais as diferenças de visão dos trabalhadores a partir do recorte geracional, entre outros.

Esses foram alguns elementos que surgiram na interação com os sujeitos, mas em relação à primeira questão (homens que fazem sexo com outros homens), ao tentar explorá-la, percebi que se tratava de uma questão mais delicada e de difícil trato diante da dinâmica que adotei em campo.

A segunda questão que mencionei (homens mais jovens sem vínculos amorosos), apesar dos homens solteiros estarem presentes em muitos dos espaços em que circulei, mostraram-se mais difíceis de acessar, não demonstrando muito interesse em dialogar com outro homem sobre essas questões em espaços de interação social. Consequentemente, acabei não explorando essas questões, apesar de achá-las pertinentes.

Quanto a terceira questão que abordei (visão dos homens a partir do recorte geracional), afirmo que tinha até elementos para poder traçar algumas análises a esse respeito, porém, o tempo para finalização da pesquisa não me permitiu incluí-la; por isso, preferi não correr “o risco” de fazer algo pouco elaborado.

Outro elemento não explorado, dessa vez não por conta de dificuldades em dialogar sobre essa questão, mas por ser um assunto pouco referendado pelos interlocutores, diz respeito ao amor romântico. Esse foi um assunto que os interlocutores quase não falaram e, todos esses assuntos, apontam para temas que podem ser explorados em outras pesquisas.

Identifica-se assim que, no entendimento dos sujeitos da pesquisa, risco é um elemento que está presente na vida, assim como o sexo faz parte da vida. As vivências desses homens dimensionam os riscos de várias formas, revelados nas maneiras como interagem com a região e a população residente.

Entendem os riscos muito mais como um aspecto negativo, mas assim como o sexo, acreditam que esse é um elemento essencial da vida do homem. Para uns, o “*risco é um perigo oculto*”: as pessoas sabem que ele existe, mas não compreendem como operar com eles de forma clara. Pois, mesmo que ajam com segurança, todos se expõem aos riscos em algum momento, seja por decisão própria, por questões de prazer, por descuido coletivo, ou descuido de um companheiro (descuido individual), ou até por sua natureza imprevisível (Douglas, 1966a, 1986b, 1992c; Becker, 2010).

Acreditam que os riscos devem ser evitados sempre que possível, com ações de prevenção. Mas sempre haverá riscos, principalmente em relação às práticas sexuais. Às vezes, a vivência dos riscos vale pelo prazer, contanto que não traga danos para si, familiares ou para os colegas.

O vínculo com as mulheres da região não é valorizado. Na verdade, o único vínculo que demonstram perceber como valoroso são os “vínculos permanentes” e, na maioria dos casos, os que são mediados pelas questões de “afeto” e “aliança” – não valorizam os vínculos gerados por questões de obrigação, por conta de uma gravidez fora do casamento (filhos extraconjugais).

Contudo, lembro que esse tipo de “vínculo permanente” pode gerar laços de afeto entre o pai e o/a filho/a, ou até mesmo de “aliança” familiar, quando a esposa desse sujeito acolhe a relação com a criança.

Finalizo minhas considerações refletindo que os assuntos abordados nesta dissertação, da forma como se mostraram, evidenciam questões pertinentes para se pensar a prevenção as DST/AIDS, tanto a nível micro (pensando a região específica onde o estudo foi realizado), quanto a nível macro (pois dizem respeito a homens que circulam entre regiões – migram). O trabalho também evidencia como as questões de gênero são importantes na análise desses fatores, pois revelam estruturas hierarquizantes de poder, que interferem e influenciam as formas de negociações quanto ao uso do preservativo, além de evidenciar questões da dominação masculina - presente nas relações desses homens com as mulheres.

Outras questões também são suscitadas, interligadas ao campo da saúde e da sexualidade, tais como: contracepção, planejamento familiar, serviços de saúde, acesso a insumos, violência (como um problema de saúde – acidentes, drogas, etc.) e segurança no trabalho, entre outras. Há também questões ligadas ao campo da segurança pública – especificamente os casos de violência (mortes, ou envolvimento com roubos e tráfico de drogas).

De modo geral, essas questões ultrapassam as fronteiras regionais, pois dizem respeito a homens que migram por causa do trabalho. Isso não significa dizer que, para onde esses vão, as mesmas questões terão configurações idênticas, pois o contexto local é muito importante para essa leitura. Contudo, lembramos que os elementos presentes nos aprendizados socioculturais que se revelam na socialização desses sujeitos são reflexos de suas trajetórias.

Ou seja, são consequências das práticas e ideias adquiridas ao longo de suas vidas, que não se desvencilham dos sujeitos, independentemente de onde estejam e, somadas aos contextos específicos (como é o caso de Suape), reverberam em questões que podem promover grandes impactos sociais para as pessoas.

No caso das comunidades do entorno de Suape, esse impacto se mostra nos números negativos para região, tanto sobre o crescimento das notificações de casos de AIDS<sup>52</sup>, como também no aumento de casos de violência na região<sup>53</sup>. Isso porque as formas de interação promovidas com a instauração das obras no Complexo de Suape mexeram com a estrutura social da região e, conseqüentemente, com a dinâmica local, impactando substancialmente a vida das pessoas que ali sempre viveram.

---

52 Ver: Boletim Epidemiológico AIDS – DST 2011.

53 Ver: Mapa da Violência 2012 (Instituto Sangari).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. Feminismo, porém até certo ponto: representações do feminismo no contexto das práticas profissionais e de gênero. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Fechando com chave de ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares do Rio de Janeiro. Campinas, 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Codex, 1995.

ALMEIDA, Rosana; RODRIGUES, Daniele Rocha; MENDES, Jussara M. Rosa; PRATES, Jane Cruz e BULLA, Leonia Capaverde. Os processos migratórios no Brasil e seu impacto na família. Trabalho apresentado no “X Salão de Iniciação Científica – PUCRS”, 2009.

ALVIM, Mônica Botelho. A relação do homem com o trabalho na contemporaneidade: uma visão crítica fundamentada na Gestalt-Terapia. In: Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 6, N. 2, 2º Semestre. 2006.

AQUINO, Francisca Luciana de. Homens “cornos” e mulheres “gaieiras”: infidelidade conjugal, honra, humor e fofoca num bairro popular de Recife-PE. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco. 2008.

ARILHA, Margareth. Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. Questões de saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p. 445-467.

ARILHA, Margareth. Masculinidades, Gênero e Saúde: tensões e interfaces entre discursos sobre reprodução. In: Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, VI, 2000, Salvador. Anais. Salvador: ABRASCO, 2000. Texto 1505. 1 CD ROM.

BAUER, Martin. W. e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagen e som: Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. Ed. 34. São Paulo, [1985] 2010.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO AIDS – DST 2011. Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais Brasília, ano VIII, n. 01, 2012.

BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya. Entre saias justas e jogos de cintura. (Org.) Alinne Bonetti e Soraya Fleisher – Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39, 1983. p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39, 1983. p. 82-121.

BRANDES, Stanley. *Metaphors of Masculinity: Sex and status in Andalusian Folklore*. University of Pennsylvania Press, 2. ed., 1985.

BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Migração Interna no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. *O Nordeste brasileiro*. Biblioteca Nacional (Catálogo de Exposição). Divisão de publicações e divulgação. Rio de Janeiro, 1970.

BRÜSEKE, Franz. *A técnica e os riscos da modernidade*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CABRAL, Cristine S. *Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro*. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.19, suplemento 2, p. 5283-5292, 2003.

CANDIDO, Paulo Rogério. *O trabalho faz o homem e o enobrece: reflexões sobre a construção da identidade masculina entre homens pobres*. In: *SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.05, v.1, pp.84-103. Set. 2009.

CARRADONE, Vânia Maria; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Relações de gênero, sexualidade e AIDS: apontamentos para reflexão*. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2002.

COLLIER, J. F. ; YANAGISAKO, S. J. *Gender and Kinship. Essays toward a unified analysis*. Stanford, Stanford University Press. 1987.

CONNELL, Raewyn. W., HEARN, Jeff, and KIMMEL, Michael. "Introduction". In: KIMMEL, Michael, HEARN, Jeff, and CONNELL, Raewyn. W. (eds.). Handbook of Studies on Men and Masculinities. California: Sage Publications, p. 1-12. 2005.

CORRÊA, Sonia. Saúde Reprodutiva, Gênero e Sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: Seminário Internacional do Programa de Saúde Reprodutiva e Sociedade, 1996. México. Anais... México: Colégio do México, 1996. 26p.

COSTA, Jurandir Freire. A Inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 195p. 1995.

COSTA, Roseli Gomes. Mediando Oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: Gênero em Matizes. (Org.) Heloísa Buarque de Almeida; Rosely Gomes de Souza; Martha Célia Ramirez; Érica Renata de Souza. (Coleção Estudos CDAPH . Série Historias e Ciências Sociais) – Bragança Paulista, 2002. 412p.

COSTA, Roseli Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teoria da concepção. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, n.2, p. 339-355, 2002.

DaMATA, Roberto. A casa e a rua. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1986.

\_\_\_\_\_. O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter "Anthropological Blues". Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional (27). 1978.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo: ensaios sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa, Edições 70, [1966] 1994.

\_\_\_\_\_. La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales.

Trad. Víctor Abelardo Martínez. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1996.  
\_\_\_\_\_. Risk and blame. Essays in cultural theory. Londres: Routledge. 1994.

DOUGLAS, Mary e WILDASKY, Aaron. Risk and culture. An essay on the selection of technical and environmental dangers. Berkeley, CA: University of California Press. 1982.

DUARTE, Luis Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DUARTE, Luis Fernando Dias. Muita vergonha, pouca vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. IN: LOPES, José Sérgio Leite (org.). Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura das classes trabalhadoras. Rio de Janeiro: Editora da UERJ/Marco Zero, 1993.

DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ECKERT, Cornélia, Do corpo dilapidado à memória re-encantada. In: Corpo e Significado: ensaios de Antropologia social. (Org.) Ondina Fachel Leal – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. P. 139-154.

FARIA, Mariana Vilhena de; ITABORAHY, Nathan Zanzoni. Uma análise do uso do tempo livre dos jovens do bairro Santo Antônio (Juiz de Fora – MG): da ameaça social à possibilidade do encontro das diferenças. In: [www.ufjf.br/revistageografia](http://www.ufjf.br/revistageografia) - número especial. v.1, p.1-9, 2013.

FONSECA, Cláudia. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade II. O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Graal. 1984.

GARCIA, Sandra. Homens na intimidade: masculinidades contemporâneas. 156p. Holos Editora, 2006.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.  
\_\_\_\_\_. El antropólogo como autor. Trad. Alberto Cardín. Barcelona/Buenos Aires/México, Paidós. 1989.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 8ª ed., Rio de Janeiro: Petrópolis, [1959] 1999.  
\_\_\_\_\_. Frame analysis: an essay on the organization of experience. 2th ed. Boston: Northeastern University Press, [1974] 1986.

GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género e sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: RODRIGUES, Regina (ed.). Fin de siglo. Género y cambio civilizatorio. Santiago: Isis internacional, Educaciones de las mujeres, n. 17, p. 83-110, dec. 1992.

GOMES, Romeu. Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(5):901-911, mai, 2006.  
\_\_\_\_\_. Marcas identitárias masculinas e a saúde de homens jovens. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24 (7): 1556-1564, jul, 2008.

GONÇALVES, Marco Antonio. Produção e significado da diferença: re-visitando o gênero na Antropologia. In: Lugar Primeiro, PPGSA-UFRJ, N. 4. 2000.

GRANJA, Edna. Crack, pânico social e desafios atuais. In: Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde. (Org.) Maristela Moraes, Ricardo Castro, Dênis Petuco. (Série Homens e Políticas Públicas). Recife: Instituto PAPAÍ, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, p. 4-37, 2004.

HELBORN. Maria Luisa. Usos e Abusos da Categoria de Gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.) Y Nosotras latinoamericanas? Estudos sobre Gênero e raça. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, p. 39-44, 1992.

\_\_\_\_\_. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. In: Revista Estudos Feministas. V. 1, nº 1, s/p, 1983.

HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. “Ciências sociais e sexualidade”. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). Sexualidade: O olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., (7-17), 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens... In: Estudos Feministas, Florianópolis, n.2, v.6, p. 370-374, 1998.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37 n. 132, p. 595-609, set/dez 2007.

INSTITUTO PROMUNDO. Prevenindo e vivendo com HIV/AIDS. Rio de Janeiro. 98p., il. (Série Trabalhando com Homens Jovens; 5), 2002.

INSTITUTO SANGARI. Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil. 1ª edição, São Paulo, 2011.

JARDIM, Denise Fagundes. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: LEAL, Ondina (Org.) Corpo e significado: ensaios de Antropologia social. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1995. p. 193-206.

KIMMEL, Michael. La producción teórica sobre la masculinidad: nuevos aportes. In: RODRIGUES, Regina (ed.) Fin de siglo. Genero y cambio civilizatorio. Santiago: Isis International, Ediciones de las mujeres, nº 17, p. 129-38. 1992.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: Horizontes Antropológicos. 9:103-17, 1998.

LE BRETON, David. Passions du risque. Paris: Métailié, 1991.

LE BRETON, David. Conduites à risque. Des jeux de mort au jeu de vivre. Paris: PUF, 2004.

LEAL, Ondina Fachel. Cultura reprodutiva e sexualidade. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 376 – 392, 1998.

LESSA, Sérgio. Mundo dos Homens, trabalho e ser social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 287p.

LONGHI, Márcia e QUADROS, Marion Teodósio. Perfil da situação de saúde do Ibura. Documento de circulação interna da Pesquisa: “estilos reprodutivos masculinos e femininos e organizações representativas: gênero, idade e saúde

reprodutiva no sertão de Pernambuco e na região metropolitana do Recife”. FAGES/UFPE, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUHMANN, Niklas. La contingencia como atributo de la sociedad moderna. In: Beriain, Josexto (org.), Las consecuencias perversas de la modernidad: Modernidad, contingencia y riesgo. Barcelona: Anthropos, 1996, p.173-197.

\_\_\_\_\_. Risk: a sociological theory. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

\_\_\_\_\_. Sociologia del riesgo. Guadalajara: Walter de Gruyter Co., 1992.

LYRA, Jorge. Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção. (Mestrado em Psicologia Social), São Paulo: PUC/SP. 140p. 1997.

MACCORMACK, Carol; STRATHERN, Marilyn. Nature, culture and gender. Cambridge, Cambridge University Press. 1980.

MACHADO, Paula Sandrine. Entre homens: espaços de gênero em pesquisa antropológica sobre masculinidade e decisões sexuais e reprodutivas. In: Entre saias justas e jogos de cintura. (Org.) Alinne Bonetti e Soraya Fleisher – Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. São Paulo: Abril S.A. Cultural. 1976.

MARTIN, Denise. Riscos na prostituição: um olhar antropológico. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2003.

MARTINS JR, Geraldo. Performance e análise de molduras: a contribuição de Erving Goffman para o teatro. Universidade de Brasília – UNB, S.D..

MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital e Salário, preço e lucro. Karl Heinrich Marx – 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, [1849], 2006.

McLAREN, Angus. A History of Contraception: from Antiquity to the Present Day. Oxford, UK e Cambridge, USA: Blackwell, 1990.

MEDRADO, Benedito. O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. PUC/SP. 1997.

MEDRADO, Benedito e LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. In: Estudos Feministas, Florianópolis: v.16, n.3, p.809-840, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. O homem no processo de ter filhos. Dossiê Humanização do Parto Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, São Paulo/SP, p. 24-24, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde. 7.ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 2010.

MONTEIRO, Simone. Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MORAES, Maristela. Gênero e usos de drogas: porque é importante articular esses temas? - In: Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde. (Org.) Maristela Moraes, Ricardo Castro, Dênis Petuco. (Série Homens e Políticas Públicas). Recife: Instituto PAPAI, 2010.

MOSSE, George. *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity*. Oxford University Press. 1998.

MOTA, Murilo. Gênero e sexualidade: fragmentos de identidade masculina nos tempos da Aids. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 14(1):145-155, jan-mar, 1998.

MOTT, Luiz. *Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais*. Universidade Federal da Bahia, S.D..

NASCIMENTO, Pedro. “Mulher é o Cão”: a construção da identidade masculina em bar da feira central de Campina Grande. Campina Grande, 1995. Monografia (Bacharelado) Ciências Sociais, UFPB.

\_\_\_\_\_. “Ser homem ou nada”: diversidade de experiências e estratégias de atualização da masculinidade hegemônica em Camaragibe/PE. Recife, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado em Antropologia), 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. In: *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006.

NEVES, Delma Pessanha. “Nesse terreiro o galo não canta”. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. *Anuário Antropológico* 83, Rio de Janeiro, p. 199 - 224. 1985.

NEVES, Ednalva Maciel. *Antropologia e ciência: uma etnografia do fazer científico na era do risco*. São Luís: EDUFMA, 213p, 2008.

NEVES, Ednalva Maciel; JEOLÁS, Leila Sollberger. Para um debate sobre riscos nas ciências sociais: aproximações e dificuldades. *Revista de Ciências Sociais*, n. 37, - pp. 13-31, Outubro de 2012.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, 2000.

NOLASCO. Sócrates. De Tarzan a Homer Simpson, RJ: Rocco, 1998.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. e JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. In: São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality. Cambridge, Eng. 1981.

PAIVA, Vera. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, R e BARBOSA, R. (Org.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p.213-234.

PARKER, Richard. Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

\_\_\_\_\_. A Construção da Solidariedade: AIDS, Sexualidade e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

\_\_\_\_\_. A construção social e cultural do risco sexual, ou Como fazer pesquisa (em sexualidade) em uma epidemia. In: PHYSIS. Revista de Saúde Coletiva. V. 5, n. 1, 1995.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. "A análise antropológica dos rituais". In: O dito e o feito. Ensaios de Antropologia dos rituais. Marize Peirano (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 7-42. 2000.

PEREIRA, Alexandre Barreto. Os riscos da juventude. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, PAG. 36-50, 2010.

PERETTI-WATEL, Patrick. Sociologie du risque. Paris: Armand Colin. 2001.  
\_\_\_\_\_. La société du risque. Paris: La Découverte. 2003.

PIMENTA, Cristina; RIOS, Luis Felipe; BRITO, Ivo; TERTO JR, Veriano e PARKER, Richard. Passagem segura para a vida adulta: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2000.

PORTELLA, Ana Paula.; MEDRADO, Benedito; SOUZA, Cecília de Mello et al. Homens: sexualidades, direitos e construção da pessoa. Recife, SOS Corpo – Gênero e Cidadania e Instituto PAPAI, 2004.

QUADROS, Marion Teodósio. Homens, valores e práticas relacionadas à contracepção em grupos populares. In: Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência. Marion Teodósio de Quadros e Liana Lewis [organizadoras]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 173 p. – (Família e gênero ; n.º.13), 2011.

\_\_\_\_\_. Homens e a contracepção: práticas, ideias e valores masculinos na periferia do Recife. Recife. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.(Tese de Doutorado) 2004.

\_\_\_\_\_. Construindo uma nova paternidade? As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. 1996. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).

QUADROS, Marion Teodósio; SCOTT, Russell Parry. O masculino na saúde sexual e reprodutiva em Pernambuco. In: II Congresso de Ciências Sociais e Saúde. São Paulo, 1999.

QUEIRÓS, Margarida. Uma reflexão sobre as perspectivas metodológicas na análise do risco ambiental. ACTOS do Colóquio Geografia dos Riscos, Planigeo. FLUL. Lisboa, 2000.

QUEIRÓS, Margarida; VAZ, Tereza; PALMA, Pedro. Uma reflexão a propósito do risco. Centro de estudos geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2006.

REBELO, Fernando. Riscos Naturais e Acção Antrópica. Coimbra, Imprensa da Universidade, 274 p. 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Bichos de Obra. Fragmentação e reconstrução de identidades”, in Cultura e Política no Mundo Contemporâneo. Brasília: EdUnB, 2000.

RIOS, Felipe. Parcerias e práticas sexuais de jovens homossexuais no Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2):S223-S232, 2003.

RUBIN, Gayle. O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Tradução: DABAT, C.; ROCHA, E.; CORRÊA, S.; Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTANA, Anabela Maurício. Mulher mantenedora//Homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. In: Revista Fórum Identidades. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8, jul-dez de 2010.

SANTOS, Sandra Mara Pereira dos. “Um brinde pra mim”: rivalidades e concepção de talento dos hip-hoppers de Marília. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista- Campus de Marília. 2007.

\_\_\_\_\_. Relações de Gênero no Cenário do Rap Brasileiro: mulheres negras e brancas. UNESP – Marília/SP. S.D.SANTOS, Valdonilson Babosa dos. A construção social da masculinidade sob o foco das atividades lúdicas infantis. Recife-PE, Programa de Pós-graduação em Antropologia - Universidade Federal de Pernambuco, 2003. (Dissertação de Mestrado).

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 3a ed. São Paulo: Cortez. 2005.

\_\_\_\_\_. A família como ordem moral. In: Caderno de Pesquisa, São Paulo, Nov. 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Vol. 20, no.2, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In.: BURKE, Peter.(Org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, pp.63-95, 1992.

SCOTT, Russell Perry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico, Cadernos de Pesquisa, nº 73, maio, São Paulo, PP. 38-47, 1990.

\_\_\_\_\_. Gerações e famílias: polissemia, mudanças históricas e mobilidade. In: Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

SCOTT, Russell Perry; QUADROS, Marion Teódosio e LONGHI, Márcia. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. In: SCOTT, P. e QUADROS, M. T. (Orgs.) In: A diversidade no Iburá: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela. Série Antropologia, Brasília, 1998.

SELLINGMAM-SILVA, Edith. Desgaste mental no trabalho dominado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. In: Psicol. Cie. prof. vol.20, n.3. 2000.

SILVA, Sirley Vieira da. Os pankararu e o uso da bebida alcoólica: do ritual ao cotidiano. Recife- PE. Trabalho de conclusão do curso. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE)

SPINK, Mary Jane Paris. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. Cadernos de Saúde Pública, 17(6): 1277-1311, 2001.

\_\_\_\_\_. Construção social do risco na sociedade contemporânea. In: Anais Seminário Cultura, Saúde, Doença. Brasília; Londrina: PNUD/Ministério da Saúde; CIPSI - Centro de Intervenção e Pesquisa em Saúde Indígena, 2003.

\_\_\_\_\_. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. In: Cadernos Saúde Pública, v. 17, n. 6, nov./dez, p. 1277-1311. 2001.

SPINK, Mary Jane Paris; MEDRADO, Benedito; MELLO, Ricardo Pimentel. Perigo, Probabilidade e Oportunidade: A Linguagem dos Riscos na Mídia. Psicologia. Reflexão e Crítica, Porto Alegre/RS, v. 15, p. 151-164, 2002.

\_\_\_\_\_. Perigo, probabilidade e oportunidade: A linguagem dos riscos na mídia. Psicologia, Reflexão e Crítica, 15, 151-164. 2002.

SPINK, Mary Jane Paris; PEREIRA, Adriana Bernardes; BURIN, Livia Barbosa; SILVA, Mariana Adão da; e DIODATO, Priscila da Rocha. Usos do glossário do risco em revistas: contrastando “Tempo” e “Públicos”. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 1-10. 2008.

TORNQUIST, Carmen Susana. Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na Antropologia dos movimentos sociais. In: *Entre saias justas e jogos de cintura*. (Org.) Alinne Bonetti e Soraya Fleisher – Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

TRACHTENBERG, Mauricio. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1980.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis – Revista Saúde Coletiva*, vol. 5, n. 1, Relume-Dumará: IMS/ UERJ, Rio de Janeiro, 1995.

VIANNA, Claudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. In: *Cadernos Pagu*. : pp.81-103, 2001.

VILLELA, Wilza. Gênero, saúde dos homens e masculinidades. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1): 18-34, 2005.

VIEIRA, Nadjanara Alves. Entendendo quem entende: comportamentos, atitudes e práticas de risco e de prevenção para AIDS entre homens que fazem sexo com homens. Recife – PE, Pós-graduação Lato Sensu do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz (Dissertação de Mestrado). 2006.

VILLA, Alejandro M. “Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos”. In: COSTA, Albertina (org.) *Direitos*

Tardios. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina. São Paulo: FCC/Ed. 34, 1997. p. 115-140.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcante da; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; GUEDES, Rebeca Nunes; LUCENA, Kerle Dayana Tavares de; e COSTA, Ana Paula Teixeira. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. In: Rev Saúde Pública, 43(1):85-90, 2009.

ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 176p. 2004.

ZANIRATO, S. H.; RAMIRES, J. Z. S.; AMICCI, A. G. N.; ZULIMAR, M. R.; RIBEIRO, W. C. Sentidos do risco: interpretações teóricas. In: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 785, 25 de mayo de 2008

# ANEXO

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Dados pessoais

Nome:

Idade:

Empresa em que trabalha:

Como você se classifica em relação a sua cor ou raça? (Branca / Preta / Amarela / Parda / Indígena – Outra/Qual?)

### Processos migratórios, família e convivência

1. De que cidade você é (onde morava antes)?
2. Há quanto tempo está trabalhando aqui? Por que você veio trabalhar nessa cidade?
3. Qual a sua função na empresa?
4. Você já trabalhava na mesma função antes de vim para cá?
5. O que é morar em alojamento/república (Divide o quarto com quantas pessoas, vantagens, desvantagens)?
6. Acontecem problemas de convivência para dividir o espaço com outros? (Se sim, que tipo de problemas/exemplos)
7. Quais exigências que são feitas pelas empresas a quem reside em alojamento? (quais são as regras, normas etc.)
8. Você é casado ou já foi casado (há quanto tempo é casado – se já foi casado, quantas vezes já se casou, etc.)? Tem namorada/o ou companheira/o fora daqui?
9. Tem filhos? Onde eles moram? Com quem eles moram ([ex]-esposa / namorada / companheira e/ou filhos)?

10. Em que situação você morava antes de vir para Suape (com a família; com esposa [e filhos]; morava só; em outro alojamento; dividia casa com alguém etc.)?
11. De quanto em quanto tempo você tem contato com tua família (presencial)?

### **Trabalho e risco**

12. Na sua função no atual trabalho, o que realmente você faz?
13. O que você acha das condições em que trabalha (são boas ou não/o que poderia ser melhor/vantagens/desvantagens, etc.)?
14. Existem vantagens em trabalhar longe da cidade de origem, longe da família, etc.? Por quê?
15. O que é risco para você? (Me dê exemplos?)
16. Seu trabalho anterior tinha riscos? Quais?
17. No tipo de trabalho que você desenvolve atualmente há riscos? Quais?
18. Na tua opinião, por que muitos homens aceitam trabalhar em condições como essa (longe da família; morando em alojamento etc.)?

### **Impressões locais, sociabilidade e família**

19. Como é teu dia-a-dia, tua rotina, ou seja, o que você geralmente faz antes do horário de trabalho, no trabalho, incluindo o intervalo, em momentos de descanso (dentro e fora do local de trabalho) e depois do horário do expediente quando volta para o alojamento?
20. O que você faz para amenizar a saudade da família (esposa, namorada, filhos, etc.) estando tanto tempo longe de casa?
21. Como são teus dias quando não está no trabalho? O que você costuma fazer para se divertir? E os dias de folga (finais de semana, feriado

- etc.)? O que você faz nesses períodos quando não pode está com os familiares?
22. Quais são as opções de lazer/diversão que são mais frequentes, ou mais procuradas pela maioria dos homens? Os trabalhadores mais jovens procuram a mesma diversão dos mais adultos?
  23. E as mulheres, as daqui, como são elas (São receptivas aos homens de fora, ou não; São alegres, ou fechadas, etc.)?
  24. Você gosta de beber (bebida alcoólica)? Com que regularidade (diariamente, só em fins de semana, quase nunca etc.)?
  25. Quando você bebe, na maioria das vezes é acompanhado? (Se sim) Em companhia de quem?
  26. Quais são os assuntos mais conversados e/ou discutidos quando se está em momento de descanso ou lazer? E nos bares, quais os assuntos que mais é comentado quando se bebe? Falam sobre o quê?

## **Sexualidade e risco**

27. E os relacionamentos amorosos? Acontecem muitos?
28. É mais fácil ou mais difícil ter relacionamentos amorosos sendo um trabalhador de Suape? Isso tem haver com idade, ou seja, é mais fácil para os jovens ou para os trabalhadores mais velhos?
29. Você tem namorada ou paquera por aqui na cidade? Conhece companheiros de trabalho que mantêm relacionamentos com mulheres locais?
30. Por que você acha que trabalhadores casados, que residem em alojamentos procuram relacionamentos com mulheres da localidade?
31. Como você define sexo? O que é sexo para você?
32. Qual a importância do sexo para o homem? É diferente para a mulher?
33. Um homem consegue ficar quanto tempo sem sexo?
34. O que é importante para se ter uma boa relação sexual?
35. Como se faz para namorar residindo em alojamento? Pode se trazer

mulheres para o alojamento?

36. Há muitos casos de homens das empresas (Suape) que se relacionam com mulheres casadas? O que você acha sobre isso?
37. Há meninas novas que tem relacionamentos/namoram com trabalhadores de Suape? Que idades aparentam ter essas meninas?
38. Há prostituição nessa área onde está localizado o alojamento? Qual sua opinião sobre isso?
39. Quando se tem uma relação sexual com uma garota de programa (prostituta) deve-se ter algum cuidado? Qual? Por quê?
40. E ao se relacionar com uma pessoa que não seja prostituta (uma moça que se sabe onde ela mora; sabe-se quem é a família) deve-se tomar algum cuidado? Qual? Por quê?
41. Se uma pessoa bebe muito e depois acaba tendo uma relação sexual, ela precisa usar camisinha? Por quê?
42. Existem momentos que dá para se ter relações sexuais sem usar preservativo/camisinha? Quando?

## **Drogas e saúde**

43. E as drogas? Como é essa questão por aqui?
44. Você já teve contato, ou conhece alguém, que faz uso de alguma droga?
45. Em sua opinião qual é a droga ilícita (ilegal) que os trabalhadores mais utilizam?
46. Você vai, ou já foi a unidade de saúde daqui da região? (Se sim, perguntar prá quê; Se não, perguntar por que nunca foi?)
47. Você já fez algum teste de HIV/AIDS? Há quanto tempo?
48. Quando você acha que uma pessoa deve fazer um teste para saber se tem HIV/AIDS?
49. Depois de finalizar o trabalho que você faz aqui, o que pretende fazer? Quais são tuas perspectivas para o futuro? Pretende ir para onde? Vai

ficar morando aqui? Quais as possibilidades que você vislumbra para o futuro?

50. Tu acha que existe algum risco para você, ou tua família, diante da vida que você leva por conta do teu trabalho? Quais?

51. Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

**Obrigado pela disponibilidade em conceder a entrevista!**



Coleção Teses & Dissertações

*Título* **Pião trecheiro: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE)**

*Organizadores* **Sirley Vieira da Silva**

*Projeto Gráfico/Capa* **Ildembergue Leite**

*Revisão de Texto* **Os Autores**

*Fechamento e revisão técnica* **João dionisio**

*formato* **digital**

*fontes* **Myriad Pro, Minion Pro**

*Editoração eletrônica* **TIC EdUFPE**



A pesquisa, assim como o ensino e a extensão, é uma colaboração indispensável que as universidades proporcionam à sociedade. Os desafios da realidade brasileira são consideráveis, demandando dos pesquisadores sensibilidade e perseverança para executar estudos que sejam traduzidos em efeitos práticos para o bem comum. Nesse contexto, concretizar o saber inclui necessariamente o compromisso de permitir o amplo acesso às produções acadêmicas.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) notabiliza-se, há quase sete décadas, como uma das mais proificuas instituições de ensino superior brasileiras, condição reiteradamente atestada, por exemplo, pelas avaliações desenvolvidas pelos Ministérios da Educação (MEC) e de Ciência e Tecnologia (MCT). Um dos maiores méritos da UFPE tem sido o espírito de democratização que norteia não só o acesso às vagas de graduação e pós-graduação, mas, em especial, a circulação do saber que sua comunidade acadêmica produz.

A equipe da Editora da UFPE (EdUFPE) sente-se honrada em colaborar com a disseminação do legado científico da universidade a quem serve como órgão suplementar. Mais e mais, cresce o rol de livros publicados por professores, alunos e servidores, chegando facilmente a mais de uma centena de títulos por ano, patamar alcançado por poucas congêneres do mercado editorial universitário. Em especial, os membros da nossa comissão editorial têm trabalhado incansavelmente na elaboração de pareceres para centenas de originais, submetidos à análise em nada menos que quatro editais de publicação: *Teses e Dissertações*; *Livros-Textos*; *Novos Talentos*.

Desta feita, congratulamo-nos com o leitor por ter à mão um dos títulos aprovados pelo edital da coleção *Teses e Dissertações*, mais uma vez publicada sob os auspícios da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq). As páginas que o convidam à leitura concretizam, em papel, a importante colaboração de um(a) mestre(a), doutor(a) ou pós-doutor(a) da UFPE ao mais lúdimo propósito de desenvolvimento científico e social.

ISBN 978-85-415-0821-6



9 788541 508216 >

  
Editora  
UFPE

